



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 059 – QUARTA-FEIRA, 14 DE MAIO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p style="text-align: center;">Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p style="text-align: center;">1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p style="text-align: center;">3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Shhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
<p style="text-align: center;">CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (1) Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p style="text-align: center;">Corregedores Substitutos Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p>	<p style="text-align: center;">PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores</p>	
LIDERANÇAS		
<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 24 (PT, PTB, PSB, PL)</p> <p style="text-align: center;">Líder Tião Viana</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL – PSDB)</p> <p style="text-align: center;">Líder Efraim Morais</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p style="text-align: center;">Líder Aluizio Mercadante</p>	<p style="text-align: center;">Vice-Líder João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PMDB - 20</p> <p style="text-align: center;">Líder Renan Calheiros</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PFL -18</p> <p style="text-align: center;">Líder José Agripino</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PSDB – 11</p> <p style="text-align: center;">Líder Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Romero Jucá Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PDT - 5</p> <p style="text-align: center;">Líder Jefferson Péres</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Almeida Lima</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p style="text-align: center;">Líder Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">Vice Líder Patrícia Saboya Gomes</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Márcia Maria Corrêa de Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 54ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE MAIO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nº 137/2003, de 7 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 684, de 2002, do Senador Olivir Gabardo. Ao Arquivo..... 11070

1.2.2 – Aviso da Ministra de Estado das Minas e Energia

Nº 66/2003, de 8 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 684, de 2002, do Senador Olivir Gabardo. Ao Arquivo..... 11070

1.2.3 – Ofícios

Nº 212/2003, de 12 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Designação do Senador Ney Suassuna, como Suplente, para compor a referida Comissão..... 11070

Nº 117 e 118/2003, de 13 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membros para compor a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 11071

Nº 27/2003, de 12 do corrente, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 113, de 2003. 11071

Nº 29/2003, de 13 do corrente, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Educação. Designação da Senadora Heloísa Helena, como titular, para compor a referida Comissão..... 11071

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR *EFRAIM MORAIS* – Defesa do Poder Judiciário e ressalta necessidade de sua reestruturação..... 11071

SENADOR *JOÃO RIBEIRO* – Solicitação de recursos do Fundo Constitucional do Norte – FNO para o Estado de Tocantins..... 11076

SENADOR *NEY SUASSUNA*, como Líder – Registro da recente viagem de S. Ex^a aos EUA para participar de reunião com a cúpula do grupo financeiro Twenty Twenty, interessado em investir no Brasil..... 11079

SENADORA *JEFFERSON PÉRES*, como Líder – Defesa de um debate internacional para a descriminalização das drogas, medida imprescindível para a erradicação do narcotráfico..... 11080

SENADOR *MAGNO MALTA*, como Líder – Registro de debate na Câmara dos Deputados sobre projeto de lei de combate ao narcotráfico, aprovado no Senado Federal. Apreensão com a possibilidade de a Câmara dos Deputados emendar o projeto e atrasar a sua tramitação. 11081

SENADOR *TIÃO VIANA* – Importância do encontro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com governadores da Amazônia, realizado no último final de semana, em Rio Branco/AC. 11083

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Apresentação de projeto de lei do Senado que inclui os representantes comerciais como optantes do SIMPLES – Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. 11084

SENADOR *SIBÁ MACHADO* – Resultados do encontro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com governadores da Amazônia, realizado no último final de semana, em Rio Branco/AC. 11084

SENADOR *AELTON FREITAS* – Sucesso alcançado pela 69ª Exposição Internacional do Gado Zebu (EXPOZEBU 2003), realizada em Uberaba/MG. 11085

SENADOR *ROBERTO SATURNINO*, como Líder – Satisfação pela decisão do governo de restaurar a Rádio Nacional. 11086

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 336, de 2003, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde seja encaminhado ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, além da Comissão constante do despacho

inicial. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....	11086	da República e dos Ministérios, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 103, de 2003. Apreciação sobrestada.	11093
1.2.6 – Leitura de projetos		Item 3	
Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.	11086	Medida Provisória nº 104, de 2003, que revoga o art. 374 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (dispõe sobre a compensação de dívidas fiscais e parafiscais). Apreciação sobrestada.	11093
Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.	11087	Item 4	
Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que modifica o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.148, de 8 de novembro de 2000, que dispõe sobre prioridade de atendimento as pessoas que especifica, e dá outras providências. À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.	11088	Medida Provisória nº 101, de 2002, que dispõe sobre a contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para Seguridade Social – COFINS devidas pelas sociedades cooperativas em geral. Apreciação sobrestada.	11093
Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2003, de autoria do Senador Geraldo Mesquita, que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para modificar a definição de bebidas alcoólicas e algumas normas relativas às advertências sobre o seu consumo e à propaganda em serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em serviços de televisão por assinatura. Às Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.	11089	Item 5	
Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2003, de autoria do Senador Leonel Pavan, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, incluindo como beneficiário da lei os representantes comerciais. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.	11091	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2003, que altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 107, de 2003. Apreciação sobrestada.	11093
1.3 – ORDEM DO DIA		Item 6	
Item 1		Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1999, tendo com primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito). Apreciação sobrestada.	11094
Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2003, que reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, dá nova redação à Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 94, de 2002. Apreciação sobrestada.	11092	Item 7	
Item 2		Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2001 (nº 1.676/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências. Apreciação sobrestada.	11094
Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência		Item 8	
		Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2000 (nº 2.308/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre a divulgação, através da Internet, dos dados e informações relativos a licitações realizadas pelos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em todos os níveis da administração pública, e dá outras providências. Apreciação sobrestada.	11094
		Item 9	
		Requerimento nº 188, de 2003, do Senador Álvaro Dias e outros senhores Senadores, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda a remessa do Relatório Final do Banco Central do Brasil sobre as causas que levaram ao saneamento financeiro, intervenção e conseqüente pri-	

vatização do Banco do Estado do Paraná. Apreciação sobrestada	11094		
1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia			
SENADORA <i>ÍRIS DE ARAÚJO</i> – Homenagem pelo transcurso do Dia do Zootecnista. Necessidade das reformas propostas pelo governo. .	11095		
SENADOR <i>EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS</i> – Recebimento de desculpas do Presidente da República pelo equívoco de não convidar o Governador Marcelo Miranda, do Estado de Tocantins para a reunião dos governadores da região norte. Comunicação a Casa pela conquista do prêmio Academia Ibest 2003, na categoria Política, pela página do Senado Federal na internet.....	11098		
SENADOR <i>ALMEIDA LIMA</i> , como Líder – Solicitação de apoio à aprovação de requerimento de autoria de S. Ex ^a , que cria comissão temporária interna, para estudar a reforma política, eleitoral e partidária.	11101		
SENADOR <i>RAMEZ TEBET</i> , como Líder – Anúncio da criação de agência de desenvolvimento para Centro-Oeste feito durante o encontro dos governadores com o ministro da Casa Civil, José Dirceu.	11103		
SENADOR <i>JOÃO CAPIBERIBE</i> , como Líder – Reunião histórica do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os governadores da região Norte, ministros de Estado e líderes políticos locais, ocasião em que foi discutido um calendário objetivando o projeto de desenvolvimento sustentável para a região.	11106		
SENADOR <i>JOÃO BATISTA MOTTA</i> , como Líder – Regozijo com a aprovação, pela Comissão de Infra-Estrutura do Senado, da indicação do nome do Sr. Luiz Alfredo Salomão, para o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo – ANP. Apelo para que o Estado do Espírito Santo seja contemplado com um representante na referida Agência. Recondução do Deputado Átila Lins para a Presidência do Grupo Parlamentar Brasil-Rússia.	11111		
SENADORA <i>ANA JÚLIA CAREPA</i> – Comentários sobre a onda de assaltos ocorridos em Belém/PA, no dia 9 de maio de 2003. Considerações sobre o risco a que estão submetidos os bancários em decorrência dos assaltos a bancos. Críticas à falta de investimento em segurança bancária.....	11112		
		1.3.2 – Leitura de requerimento	
		Nº 337, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do advogado Celso Bastos, eminente jurista brasileiro, especializado em Direito Constitucional.....	11116
		1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação	
		SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> – Considerações sobre o grave problema que se defronta o Município de Manicoré – AM, no tocante a reservas indígenas.....	11116
		SENADOR <i>MARCO MACIEL</i> – Necessidade urgente de reformas políticas para preservar a estabilidade política, a governabilidade e a eficiência institucional.	11124
		SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Comentários à publicação que trata do problema da dívida pública do Brasil, no Caderno Adenauer editado pela Fundação Konrad Adenauer da Alemanha....	11127
		1.3.4 – Comunicação da Presidência	
		Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.	11129
		1.4 – ENCERRAMENTO	
		2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 13 DE MAIO DE 2003	
		3 – ATOS DA COMISSÃO DIRETORA	
		Nºs 18 e 19, de 2003.	11130
		4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL	
		Nº 57, de 2003.	11136
		5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
		Nºs 3.490 a 3.500, de 2003.	11136
		6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA	
		7 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	

Ata da 54ª Sessão Deliberativa Ordinária em 13 de maio de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Mão Santa

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Iris de Araujo – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Renildo Santana – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sérgio Cabral – Sérgio Zambiasi – Serys Shessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO

DO MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

_ Nº 137/2003, de 7 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 684, de 2002, do Senador Olivir Gabardo.

AVISO

DA MINISTRA DE ESTADO DA MINAS E ENERGIA

_ Nº 66/2003, de 8 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 684, de 2002, do Senador Olivir Gabardo.

As informações foram anexadas ao processado do Requerimento, que vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lida a seguinte:

OF.GL/PMDB Nº 212/2003

Brasília, 12 de maio de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ney Suassuna, como membro suplente, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência designa o Senador Ney Suassuna para compor, como suplente, a Comissão de Serviço de Infra-estrutura, nos termos do ofício que aca-

ba de ser lido, a fim de possibilitar que S. Exa participasse da reunião da Comissão hoje, às 14 horas.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte.

OF. Nº 117/03-GLPFL

Brasília, 13 de maio de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Efraim Morais pelo Senador Paulo Octávio, como suplente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Atenciosamente, – **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

OF. Nº 118/03-GLPFL

Brasília, 13 de maio de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Renildo Santana pelo Senador José Jorge, como titular, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Senador Renildo Santana passará a ocupar a vaga de suplente.

Atenciosamente, – **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

Ofício nº 27/2003 – GLDBAG

Brasília, 12 de maio de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Sibá Machado como representante do Bloco de Apoio ao Governo para integrar, na qualidade de titular, a Comissão para análise da Medida Provisória nº 113, de 2003, que “estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003 e dá outras providências”, em vaga atualmente ocupada por mim.

Atenciosamente, – **Tião Viana**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Ofício nº 29/2003 – GLDBAG

Brasília, 13 de maio de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Heloísa Helena como representante do Bloco de Apoio

ao Governo para integrar, na qualidade de titular, a Comissão de Educação.

Atenciosamente, – Senador **Tião Viana**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência designa a Senadora Heloísa Helena para compor, como titular, a Comissão de Educação, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, requeiro minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Assim como o Senador Leonel Pavan, requeiro minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, igualmente, requeiro minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^{as} terão assegurado o uso da palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Desta Presidência, deixo o meu nome inscrito como quarto colocado, na expectativa da oportunidade do uso da palavra, conforme dispõe o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Morais, do Partido da Frente Liberal do Estado da Paraíba, por cessão do Senador Edison Lobão.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as críticas do Presidente Lula ao Poder Judiciário, que ocuparam re-

centemente as manchetes dos principais jornais do País, pecam pela generalização. Não há dúvida de que o Poder Judiciário carece de reforma estrutural, que lhe dê maior eficácia e agilidade e o faça chegar a toda a população. Mas não é justo atribuir-lhe a posse de uma caixa-preta, em que ocultaria mazelas deliberadamente produzidas pelos seus integrantes.

Sabemos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que há maus juizes, assim como há maus governantes e maus parlamentares, mas não se pode deixar de reconhecer que a maioria esmagadora dos integrantes desses Poderes é gente decente e, em muitos casos, abnegada, como é o caso dos magistrados recentemente assassinados em São Paulo e Espírito Santo, na heróica e desigual luta contra o crime organizado.

Sr. Presidente, essa guerra sem quartel contra o narcotráfico, que o Estado brasileiro está perdendo, tem encontrado na magistratura um paradigma de bravura e resistência. Se há juizes que vendem **habeas corpus** – e sabemos que, infelizmente, há –, há também, e em maior número, juizes que sacrificam a vida no enfrentamento dos criminosos.

As mazelas do Poder Judiciário decorrem de sua estrutura arcaica, de seu gigantismo paquidérmico, que o impedem de atender às crescentes demandas da população. Decorrem também de uma legislação processual anacrônica, que faz com que um mesmo processo gere uma infinidade de recursos, retardando ou mesmo impedindo a produção de justiça.

Justiça atrasada, já ensinava Ruy Barbosa, “não é Justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”. São indispensáveis, além de modernização e aperfeiçoamento da estrutura material dos tribunais, mudanças urgentes nas codificações processuais, onde é rotina, numa mesma causa, haver inúmeros agravos de instrumento e recursos a tribunais superiores, protelando indefinidamente um desfecho.

A insuficiência estrutural do Poder Judiciário, que não acompanhou o crescimento da sociedade brasileira e a conseqüente expansão de sua demanda por justiça, está na base de suas dificuldades operacionais, que os magistrados são os primeiros a reconhecer.

Basta ver as proporções, aqui e no Primeiro Mundo, de juizes por número de habitantes. No mundo desenvolvido, segundo dados da OAB, citados por seu ex-presidente, Reginaldo Castro, no livro **Cidadania e Justiça**, a proporção é de um juiz para cada cinco mil habitantes. Aqui, essa proporção é dez vezes maior: um juiz para cada cinqüenta mil habitantes.

Não é só: há ainda a má distribuição de trabalho, que sobrecarrega uns e poupa outros. Há um déficit crônico de vagas de juiz. As poucas que há são de difícil preenchimento, tal a deficiência do ensino jurídico no País. Os sucessivos concursos públicos para preencher vagas de juiz, promotor, defensor público ou assessor jurídico resultam em fiasco. Há, hoje, milhares de vagas de juiz e promotor em todo o País aguardando preenchimento, enquanto a demanda por Justiça não pára de crescer.

O Brasil possui cerca de sete mil juizes, para atender a 175 milhões de habitantes. Para que se tenha uma base comparativa, a Alemanha, com 79 milhões de habitantes, dispõe de 120 mil juizes – quase 18 vezes mais do que nós.

Na Itália, o Tribunal de Apelação, que corresponde ao nosso Superior Tribunal de Justiça, possui 400 juizes. O nosso STJ possui apenas 33, para atender a uma demanda bem maior que a italiana, cuja população corresponde a menos de um terço da nossa. Até o final da década passada, o Supremo Tribunal Federal recebia uma média de três mil recursos extraordinários por ano, o que já é uma marca inadmissível. Em 1995, segundo a mesma fonte – o ex-presidente da OAB, Reginaldo de Castro, em seu já citado livro – registraram-se mais de 25 mil recursos junto ao Supremo. Não há no mundo nada semelhante.

Para que se tenha uma idéia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Suprema Corte dos Estados Unidos, que se considera sobrecarregada, julga anualmente algo em torno de 200 a 300 processos, dispondo de estrutura física e administrativa bem superior à nossa.

Em função dessa sobrecarga absurda de nosso Poder Judiciário, o que temos não é propriamente uma caixa-preta, ocultando mazelas, como mencionou o Presidente Lula, num descuido retórico, mas uma estrutura saturada, anacrônica, incapaz de dar resposta às crescentes demandas da sociedade brasileira.

Se não reformarmos o Judiciário, Srs. Senadores, não o dotarmos dos meios necessários para que cumpra a sua missão – e isso envolve desde a sua estrutura física até a reforma da legislação processual –, não teremos meios de enfrentar com a eficiência necessária o crime organizado.

A mídia fala em impunidade, critica a expansão do crime organizado e do narcotráfico, mas não associa essas aberrações à ineficiência estrutural do Poder Judiciário. Enquanto não enfrentarmos essa

questão sem subterfúgios, continuaremos a perder essa guerra.

Nesse aspecto, considero as palavras do Presidente Lula, à parte os excessos verbais que já mencionei, oportunas e verdadeiras.

Entendo que, quando o Presidente fala em controle externo, não se refere a controle de sentenças, controle de consciências, o que seria inadmissível e equivaleria, aí sim, a suprimir a independência daquele Poder.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Efraim Morais?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Com muito prazer, ouço o aparte do nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Efraim Morais, não sei se é conveniente interrompê-lo nesse discurso tão oportuno, em que V. Ex^a analisa a importância do Poder Judiciário. E, para sorte minha e de V. Ex^a, está do nosso lado o Senador Edison Lobão, que também tem grande preocupação com o tema. Temos conversado sobre a reforma do Poder Judiciário, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Na legislatura passada, não tivemos tranqüilidade para, pelo menos, iniciar a discussão e votação de alguns itens da reforma. Assim, V. Ex^a, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo ilustre Senador Edison Lobão, terá a oportunidade de rever praticamente todo o processo a que, com tanto empenho, o Senador Bernardo Cabral se dedicou por mais de ano. Coroando o que V. Ex^a disse, destaco a importância do Poder Judiciário. Exerci minha função como policial por 50 anos e constatei que o Poder Judiciário é o equilíbrio dos outros Poderes. Se não tivermos um Judiciário forte e respeitado, praticamente a desesperança tomará conta da população, da sociedade e de todos nós. Então, quando V. Ex^a ressalta a importância do fortalecimento do Poder Judiciário, tem de ser aplaudido. V. Ex^a, que é um Senador respeitado por toda a sua história política, pelo desempenho na Câmara, traz seu conhecimento para o Senado. Estamos felizes por ouvirmos uma pessoa habilitada mostrar o que é o Poder Judiciário e que falta lhe faz uma legislação correta. Houve emendas demais aos Códigos, Senador, projetos de lei, aqui e ali, até que se tornaram colchas de retalhos. Precisamos repensar, de forma geral, o Código de Processo Penal e o Código Penal. O crime deve ser combatido de modo ordenado, com base em uma legislação que permita ao juiz condenar e manter o preso na cadeia. As nuances jurídi-

cas realmente dão a impressão da impunidade, dão a impressão de que a Polícia prende e o Judiciário solta. Cumprimento V. Ex^a pela análise que faz, esperando obter uma cópia do seu espetacular discurso.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Romeu Tuma, agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Até parece, Sr. Presidente, que o Senador Romeu Tuma foi co-autor deste discurso, porque S. Ex^a adiantou diversas passagens do meu pronunciamento, porque vou me referir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao nosso ex-companheiro, Senador Bernardo Cabral, que, infelizmente, não voltou a esta Casa para continuar o seu trabalho. Temos de cobrar de nós mesmos a continuidade da reforma do Judiciário, que passou nove anos na Câmara dos Deputados, onde foi submetida à votação. O Senado, na legislatura passada, mesmo tratando-se de ano político, deu encaminhamento à matéria, e agora, sob o comando do grande Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vamos avançar na apreciação da reforma, porque ela é necessária e urgente.

Nobre Senador Romeu Tuma, agradeço e incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Quando o Presidente fala em controle externo, não se refere, repito, a revisão de sentenças, controle de consciências etc. O controle externo deve ser compreendido como forma de racionalizar o exercício do poder, de torná-lo transparente perante a sociedade. Este Poder Legislativo, por exemplo, é diariamente vasculhado pela mídia e, mesmo assim, não deixou de dar continuidade à sua missão. Quantas vezes não tivemos que cassar companheiros na Câmara dos Deputados e aqui no Senado? Mesmo assim o nosso Poder Legislativo não se sente ameaçado em sua independência e continua sua missão. Nos últimos anos, a imprensa brasileira submeteu o Poder Legislativo a um verdadeiro **strip-tease** político, colocando no banco dos réus diversos de seus membros.

O Poder Executivo, por sua vez, submeteu-se, há uma década, ao **impeachment** de seu então titular, o Presidente Collor. Esse controle externo, no entanto, de modo algum afetou sua independência ou limitou o exercício de suas prerrogativas.

Por que, no caso do Judiciário, haveria de ser diferente?

O futuro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Maurício Corrêa, foi, segundo a **Folha de S. Paulo**, “um entusiasta do controle externo do Judiciário”. Foi, inclusive, autor de emenda à Constituição de 88 propondo o estabelecimento desse controle ex-

terno. Esperamos que S. Ex^a, preste a assumir a Presidência do Supremo Tribunal Federal, favoreça e estimule essa discussão.

O controle externo do Judiciário foi proposto na reforma aprovada há dois anos na Câmara, através da criação do Conselho Nacional de Justiça. Se aquela proposta de reforma está longe de atender a todas as demandas da sociedade, nem por isso deixa de registrar avanços. E o principal me parece ser exatamente a proposta de criação do Conselho Nacional de Justiça, antigo pleito da OAB e da sociedade civil brasileira. Esse Conselho daria transparência administrativa, credibilidade e eficácia ao Judiciário e funcionaria também como instância disciplinar, pondo fim à impunidade e ao espírito de corpo, inevitáveis em qualquer instituição incumbida de julgar a si própria.

Há também, naquela proposta de reforma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, medida de conteúdo moral extremamente importante: o instituto da quarentena, que proíbe a nomeação, por três anos, para cargos em qualquer tribunal, de pessoas que tenham exercido mandato eletivo ou função de ministro de Estado, secretário de Estado, procurador-geral de Justiça, advogado-geral da União ou integrado o Conselho Federal da OAB.

A reforma, no entanto, está estacionada aqui no Senado. Mas agora, sob o comando do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o nosso Senador Edison Lobão, haveremos de agilizar a tramitação da matéria, porque há uma cobrança da sociedade pela reforma do Judiciário. Antes de estacionar, porém, chegou a movimentar a CCJ, tendo como relator o Senador Bernardo Cabral – como colocou há pouco o Senador Romeu Tuma, o Senador Bernardo Cabral, que era o nosso relator, tentou movimentar a Comissão e Justiça na legislatura passada, mas, infelizmente, a proposta não avançou.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, está para ser indicado pelo Presidente o relator da proposta; tenho visto essa movimentação. Pela imprensa, tomei conhecimento – li isso no último dia 24, no jornal **O Globo** – de que o Governo Lula não concorda com a reforma como está. Isso significa, segundo o jornal, que voltaremos à estaca zero, ou seja, a proposta deverá voltar ao exame da Câmara dos Deputados e recomeçar a sua peregrinação.

Se não me engano, essa proposta chegou ao Congresso em 1992, há aproximadamente doze anos, levou nove anos para ser votada na Câmara e até agora não foi apreciada pelo Senado, onde está há dois anos. É claro que assim não é possível. Temos pela frente, Senador Almeida Lima, uma missão enor-

me, principalmente V. Ex^a, que é jurista, e os demais membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de desenvolver essa matéria.

Antes de ouvir V. Ex^a, Senador Almeida Lima, vou ouvir o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, meu companheiro, meu amigo, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Efraim Morais, desde logo os meus cumprimentos pela sua disposição de tratar desta matéria no dia de hoje. O Poder Judiciário precisa ser visto com outros olhos, com olhos de maior interesse pela sociedade, pelo Governo e pelo Poder Legislativo. Precisamos situar o Poder Judiciário dentro da órbita na qual nós todos desejamos que ele se encontre, ou seja, cumprindo o seu papel de prestação jurisdicional a tempo e não a destempo. Nós temos reclamado dos atrasos nos julgados do Judiciário, mas precisamos compreender que os nossos juízes e os ministros das cortes superiores, de um modo geral, são, todos eles, capazes e extremamente operosos. O que ocorre é que a legislação não favorece uma ação veloz do Poder Judiciário no Brasil. Daí a necessidade real de se promover reforma do Poder Judiciário, que se encontra há apenas dois anos no Senado Federal, tendo ficado cerca de onze anos na Câmara dos Deputados, onde foi elaborada, melhorada, estudada etc. Aqui, foi para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que elaborou um substitutivo, veio ao plenário, que não pôde votá-la a tempo – recebeu cerca de 200 emendas –, e voltou à Comissão de Constituição e Justiça. Quanto à informação que nos transmite V. Ex^a de que o Governo deseja que o projeto seja iniciado na Câmara outra vez, não podemos concordar com isso. Vamos cumprir o nosso papel aqui. O Senado não está subordinado à iniciativa de quem quer que seja para cumprir ou deixar de cumprir a sua tarefa. Vamos votar aqui o projeto que se encontra sob o nosso exame na Comissão de Constituição e Justiça, melhorando-o no que pudermos. Vamos receber as sugestões do Poder Executivo – seguramente o Poder Executivo haverá de ter boas sugestões a nos oferecer, e vamos recebê-las de boa vontade –, vamos receber também as do Poder Judiciário e vamos elaborar, a nosso ver, a melhor reforma que pudermos. V. Ex^a é um ilustre e brilhante representante da Paraíba. Ainda ontem eu conversava com um ministro de um tribunal superior que me dizia que os Estados têm poder concorrente com o da União Federal para legislar no que diz respeito a inúmeras matérias. Se bem feita, contribuirá para uma espécie de minirreforma do Poder Judiciário. Dispõe o art. 24 da Constituição Federal: “Compe-

te à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; II – orçamento; III – juntas comerciais.” E continua com um elenco imenso de atividades que estão sujeitas a uma legislação estadual, o que ajudaria muito na celeridade do Poder Judiciário. Pois bem, foi o Estado de V. Ex^a, a Paraíba, o único que até agora incursionou pelo art. 24 da Constituição, favorecendo a ação rápida do Poder Judiciário. Veja que há aí a imaginação criadora da Paraíba, além da coragem da Assembléia Legislativa de ingressar concorrentemente na legislação que desafoga o Poder Judiciário. Cumprimentos a V. Ex^a pelo discurso que faz, pela análise lúcida, clara e brilhante a respeito do Poder Judiciário do nosso País.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, e o incorporo ao meu pronunciamento, pela experiência e pelo conhecimento que tem desta matéria. Agradeço o registro sobre o Tribunal de Justiça da Paraíba, que V. Ex^a faz com autoridade, e que o Tribunal merece receber, pela competência que tem, graças a Deus.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ouço o Senador Almeida Lima e, posteriormente, o Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Senador Efraim Moraes, para contribuir com o andamento dos trabalhos, sem prejuízo dos apartes que V. Ex^a vai conceder, lembro aos apartes que se atenham aos dois minutos regimentais, uma vez que temos outros oradores inscritos e uma extensa Ordem do Dia.

Agradeço a V. Ex^a e aos apartes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Logo em seguida, Sr. Presidente, concluirei o meu pronunciamento.

Senador Magno Malta, peço permissão a V. Ex^a para ouvirmos o Senador Almeida Lima.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a é quem manda em mim.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Efraim Moraes, nesta oportunidade, eu não poderia deixar de me congratular com V. Ex^a pelo seu pronunciamento, até mesmo pela cobrança da reabertura do debate sobre a reforma do Poder Judiciário por esta Casa, tema de magnitude e importância para a população brasileira. Quero também dizer a V. Ex^a que sou

daqueles que concordam plenamente com o controle externo do Poder Judiciário, indispensável não apenas para a transparência dos seus atos, mas sobretudo para a fiscalização e até para a imposição de penalidades. Se não tivermos um Poder Judiciário que atenda às necessidades do povo, não poderemos afirmar, em hipótese nenhuma, que o Estado está aí também para a prestação jurisdicional a que o cidadão tem direito. Prazos, no Poder Judiciário, existem apenas para as partes e seus advogados. Para citar apenas um exemplo, os prazos, sobretudo na legislação processual, são peremptórios apenas para os advogados, não para os magistrados. Como já disse em outra oportunidade, sou um advogado militante. No Fórum de Sergipe, tenho ações – e o meu exemplo não é único, não é solitário – com autos conclusos para juízes para a sentença, com as custas antecipadamente pagas, já há quase um ano, e a sentença não é prolatada. Como disse bem V. Ex^a, citando Rui Barbosa, “justiça tardia não é justiça”. É como se eles estivessem aguardando até mesmo vencer as partes pelo cansaço, pelo desestímulo, para promoverem a conciliação, muitas vezes, com receio e até com medo de prolatar a sentença, para não agradar a “A” e desagradar a “B” ou vice-versa. Isso é impraticável. Que a reforma judiciária retorne à discussão. Que saia do Congresso Nacional uma reforma não para atender à cúpula do Poder Judiciário, mas à população brasileira. Uma reforma que não atenda ao cidadão que clama por justiça, que vai aos tribunais pleitear a prestação jurisdicional por anos a fio e não a recebe, não é reforma, não é justiça. A reforma precisa atender à sociedade e não apenas aos interesses da estrutura superior do Poder Judiciário. Muito obrigado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Almeida Lima, agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo na íntegra ao meu pronunciamento, que ficará enriquecido pelas suas colocações.

Vamos ter bastante tempo para discutir este assunto, mas o importante é não continuarmos a empurrar com a barriga, pelos séculos afora, a reforma do Judiciário.

Ouç o Senador Magno Malta com muito prazer.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Serei breve, Sr. Presidente. Senador Efraim Moraes, agradeço a V. Ex^a por me conceder este aparte, porque sou seu fã. V. Ex^a discute hoje um dos assuntos mais palpitantes e pelo qual a sociedade mais clama por ver solucionado, que é a reforma do Judiciário. Da tribuna desta Casa, tenho feito um apelo seriíssimo: precisamos voltar a debater, o mais rápido possível, o controle externo e a reforma do Judiciário. Dizia o Presidente da

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Edison Lobão, que não vamos abrir mão do nosso papel de comandar este processo. V. Ex^a recebeu o aparte do nosso querido Senador Almeida Lima, um brilhante advogado, diferente de mim, que já fiz vestibular para Direito três vezes e não passei em nenhum, mas que tenho o sentimento da dor da população que se sente desassistida por um Poder que somente fica abaixo do de Deus. É verdade que precisamos fazer essa reforma com muita urgência. O pedaço que apodreceu no Judiciário segue o caminho de tudo o que ocorre na vida pública: a parte menor apodrece e leva a parte maior consigo para a vala comum. Precisamos discutir o novo Código de Processo Penal, o Código Penal, com seriedade, sem discurso, sem poesia, sem tanta reunião. Precisamos discutir instrumentos para que o Judiciário de bem possa agir em favor da sociedade, pois os instrumentos são ruins, e apesar de o Judiciário de bem aplicá-los bem, os resultados não são satisfatórios. Então, a reforma do Judiciário é extremamente necessária, como necessário é o seu controle externo. V. Ex^a traz à baila um dos assuntos mais importantes. O Judiciário precisa, sim, de controle externo, do controle da sociedade. A classe política é controlada. Nós somos controlados a cada quatro anos. A mídia, o Ministério Público, todos nos controlam. Todos somos controlados, toda a instituição é controlada. Não há controle para o Judiciário, porque, se houvesse, não assistiríamos a magistrados ficarem ricos sem nunca terem herdado nada de ninguém. Com cinco ou oito anos de magistratura, compram mansões, acumulam patrimônio e não há qualquer reação das suas Corregedorias. Um controle externo por parte da sociedade, que envolva parte significativa da Ordem dos Advogados, dos Poderes constituídos, da sociedade organizada. Os homens de bem do Judiciário estão batendo palmas para isso, porque não têm nada a esconder. Agora, a reforma de que V. Ex^a fala urge. Que saíamos do discurso e passemos para a prática, para que possamos dar uma resposta à sociedade, que não tem a quem recorrer senão ao Parlamento e aos homens de bem, como V. Ex^a, que tem coragem de discutir um assunto dessa natureza.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, garanto a V. Ex^a que em dois minutos encerrarei a minha fala.

As reações à fala do Presidente Lula, ainda que, em certa medida, compreensíveis, não podem ofuscar a essência do que foi dito por ele. O Presidente errou na forma, descuidou-se da retórica, mas acertou

na essência. É preciso reformar a Justiça, para que ela chegue a todos, quebre a cultura da impunidade e reverta a escalada da violência e criminalidade que aflige hoje todo o País.

Esperamos que a indignação que a fala do Presidente Lula provocou seja direcionada para restabelecer essa discussão, mais que nunca urgente e fundamental para que o País volte a confiar em suas instituições. Sem Justiça eficaz e acessível ao povo, é inevitável o desgaste e o descrédito das instituições públicas e, por conseguinte, da própria democracia.

Por essa razão, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, encerro esta fala cobrando do Governo Federal e de seus aliados nesta Casa uma ação objetiva em torno da reforma do Judiciário. Se a proposta que aqui tramita não agrada ao Governo, conforme informa **O Globo**, que outra seja imediatamente remetida. Não há tempo a perder, e o alerta de Lula não pode ser um mero gesto retórico, sem consequência prática.

Estamos em uma situação-limite. As grandes cidades brasileiras vivem em ambiente de guerra civil não declarada. Não podemos continuar meramente contemplativos diante desse quadro e nem continuar a subestimar a paciência do povo brasileiro. É hora de agir. E a reforma da Justiça é o ponto de partida desse processo.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a e encerro as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Ribeiro, do Partido da Frente Liberal do Estado do Tocantins.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos, Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), de que tratam as Leis nºs 7.827, de 1989, 9.126, de 1995, e 10.177, de 2001, divulgou, não faz muito tempo, a proposta do Plano de Aplicação dos Recursos correspondente a este exercício com vigência até 2005.

Em pouco mais de uma década de fecunda existência, como se vê, ele permanece oferecendo notável contribuição ao progresso de nossa região, para o que conta com a inestimável participação do Banco da Amazônia, responsável pela gestão dos investimentos demandados pelo processo regional de desenvolvimento.

É imprescindível afirmar que o Banco da Amazônia, consolidando-se como um insubstituível agen-

te de fomento, tem participação relevante no provimento de meios para os planos e programas setoriais de desenvolvimento econômico e social, nas áreas de sua atuação.

No citado processo, a atuação do Fundo identifica-o como instrumento necessário à obtenção dos resultados econômicos requeridos pela sociedade, como a geração de excedentes de produção de emprego e de renda, a par da promoção da melhoria da qualidade de vida da população, da redução das desigualdades regionais e do êxodo rural, além de promover a inserção da economia da região Norte no processo brasileiro e internacional de desenvolvimento.

O FNO gerencia diversos programas de desenvolvimento, tais como o Programa de Desenvolvimento Industrial; o de Apoio ao Desenvolvimento da Agro-indústria; o de Desenvolvimento do Turismo Regional; o de Apoio à Exportação; o de Apoio à Infra-Estrutura Econômica; o de Eficiência Energética; o de Apoio ao Comércio e à Prestação de Serviços; o de Fortalecimento da Agricultura Familiar; o de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal; o de Apoio à Pequena Produção Familiar Organizada; o de Desenvolvimento Rural; o de Apoio ao Desenvolvimento Florestal, e o de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

A região alcançada pelo FNO, ostentando um Produto Interno Bruto (PIB) próximo de R\$43 bilhões, compreende o Estado do Tocantins, mais o Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. Conta com 449 Municípios, na sua quase totalidade atendidos pela ação creditícia de fomento do Banco da Amazônia. Possui uma extensão territorial de 3,8 milhões de quilômetros quadrados, ou 45% do território nacional, e uma população estimada em 13 milhões de habitantes, a sua maioria vivendo nas áreas urbanas.

Com a realização, pelo Banco da Amazônia, do Encontro Técnico de Planejamento Participativo para a Aplicação dos Recursos do FNO, nos dias 26 e 27 de agosto de 2002, no Tocantins, foram definidas, com a finalidade de garantir totais eficiência e eficácia na destinação de verbas, as prioridades econômicas e espaciais para cada Estado da região Norte.

Dessa forma, relacionaram-se as atividades produtivas prioritárias e as áreas de maior potencial de desenvolvimento em cada Estado. Assim, na totalidade do Tocantins, indicaram-se, no setor rural, trabalhos de reflorestamento; de fruticultura tropical; de grãos, como arroz, sorgo, milho e feijão; de extrativismo de pequi, babaçu e frutas nativas; e de pecuária de corte, além da pecuária de leite praticada em 25 Municípios da bacia produtora.

Registraram-se, também, as atividades relacionadas às plantas medicinais e aromáticas, em Araguatins; às plantas ornamentais, no Entorno de Palmas; à caprinocultura e à ovinocultura, nos Municípios relacionados em estudo do Sebrae; às oleaginosas, como o girassol e a soja, nas regiões de Pedro Afonso, Porto Nacional, Vale do Javaés, Dianópolis, Alvorada e Campos Limpos; e como a mamona, o gergelim e o amendoim, nas regiões produtoras com base familiar.

Segue o documento registrando as atividades relacionadas à mandioca em Darcinópolis, regiões de Palmas, Araguaína e Porto Nacional, além de Tocantinópolis; aos hortigranjeiros, no entorno das maiores cidades; aos sistemas agroflorestais com espécies nativas, na região norte do Estado e extremo norte, a partir de Araguaína.

Registra-se, finalmente, a cultura do tomate, para fins industriais, em Araguaína e no Vale do Javaés; do algodão subirrigado, no mesmo Vale; e do algodão sequeiro, nas áreas produtoras de soja, bem como a piscicultura, nas regiões de Porto Nacional, Araguaína, Gurupi, Araguatins, Paraíso e regiões do Bico do Papagaio e Barrolândia.

Encerram a relação o café irrigado, em Campos Lindos, nas regiões de Dianópolis e Gurupi e naquelas cidades localizadas em regiões com altitudes acima de 750 metros; e a melancia subirrigada, no Vale do Araguaia.

No setor industrial, foram consideradas áreas potenciais, em todo o Estado, as de atividades produtivas prioritárias relacionadas à agroindústria, compreendendo frutas tropicais; tubérculos – especialmente a mandioca –; couros e subprodutos; grãos, como arroz, soja e milho; a aqüicultura e o beneficiamento de carne.

Igualmente, mas com prioridade para os parques, registraram-se o artesanato, confecções, construção civil, infra-estrutura, cerâmica, movelaria, seralheria, indústria naval, setor coureiro-calçadista, alimentos de uso humano e animal, embalagens e reciclagem.

Por derradeiro, registraram-se como atividades produtivas prioritárias, em todo o Estado, o turismo, compreendendo o ecoturismo, o turismo cultural, o turismo de lazer, o agroturismo e o turismo de negócio, indicando-se como áreas potenciais o Jalapão, a Ilha do Bananal, o Cantão, Arraias, Lagoa da Confusão, Lagoa da Hidrelétrica, Monte do Carmo, Natividade, Porto Nacional, Palmas, Araguanã e cidades às margens dos rios Araguaia e Tocantins.

Encerram a relação às atividades de mineração, de calcário e cristal, nas cidades de Dianópolis, Novo Alegre, Natividade, Filadélfia, Itaguatins, Guaraí, Lagoa da Confusão, Cristalândia, Formoso do Araguaia, Xambioá, Pium, Arapoema, Bandeirantes e Monte Santo; e as de gesso e granitos para revestimento, nas regiões central, sudeste e norte do Estado.

Quanto ao setor de comércio e serviços, o documento acrescenta que são ainda consideradas atividades produtivas prioritárias a comercialização de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial e de produtos artesanais e as voltadas para empreendimentos já apoiados pelo FNO e integrados aos setores rural e industrial.

Também são consideradas as atividades relacionadas à instalação de laboratórios de análises de solo e sanidade animal e a setores afins; as atividades ligadas ao armazenamento, conservação e comercialização de produtos agrícolas e pecuários; a instalação de hospitais e empreendimentos médicos; a instalação de estabelecimentos de ensino em localidades carentes e os eventos industriais, comerciais e de prestação de serviços.

O Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional Financiamento do Norte, do vigente exercício, reconhece que o Tocantins reúne toda uma série de condições para a recepção de novos investimentos, entre os quais a topografia, solo e clima apropriados ao desenvolvimento da agropecuária e a existência de universidade para ações de pesquisa e preparo da mão-de-obra qualificada.

O Estado dispõe de grande extensão de solos agricultáveis; de unidades de laticínios; de sistema intermodal de escoamento de produção; de zoneamento ecológico econômico; de programa de eletrificação rural; de frigoríficos; de crescente demanda de hortifrutigranjeiros; de programas de incentivo para novos projetos e de reestruturação dos órgãos públicos relacionados aos setores produtivos; de matéria-prima para industrialização e de Grupo Executivo de Irrigação.

Promove a implantação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães; a expansão da malha viária; a implementação do programa de capacitação do produtor rural; a implantação do eixo Araguaia/Tocantins; a implantação da Embrapa; e o desenvolvimento de empresas tecnológicas para a conservação de produtos. Beneficiário de localização geográfica estratégica, conta ainda com abundância de recursos hídricos, com o Fundo de Aval Fampe/Sebrae e com potencial nas áreas do turismo convencional, do agroturismo, do ecoturismo e do turismo esportivo, entre outros.

Para o corrente exercício, a previsão de repasse de recursos do Tesouro Nacional para o Fundo é de R\$532,2 milhões. Somada à estimativa de reembolso de créditos de R\$248,1 milhões e deduzida a estimativa de R\$179,7 milhões de despesas, chega-se a um saldo de R\$600,6 milhões, a serem destinados às sete unidades da região Norte. Assim, a previsão é de que o nosso Estado conte com R\$90,08 milhões no atual exercício; com R\$80,2 milhões, em 2004; e com R\$82,6 milhões, em 2005.

Espera-se que, com a aplicação de recursos do FNO, além de outros benefícios, ocorram aumentos do valor agregado bruto regional, da arrecadação de impostos e taxas, da oportunidade de emprego e da ocupação de mão-de-obra e avanços da massa salarial. Estima-se ainda que haja a diminuição do êxodo rural; a introdução de tecnologias aptas a superar o atraso da economia regional; o aumento de excedentes exportáveis; a internalização de renda; a redução, ao mínimo, das desigualdades dentro da região; a melhoria do abastecimento interno; a auto-sustentabilidade dos empreendimentos; o aproveitamento econômico da flora regional; a elevação da renda real do produtor; a melhoria da qualidade de vida; e a utilização da mão-de-obra representada pelos membros das famílias dos mini e pequenos produtos.

Adicione-se que, com a aplicação dos recursos do FNO na região, espera-se contribuir para maximizar a renda dos consumidores; para melhorar o bem-estar da população, em termos de padrão alimentar; para proporcionar mecanismo de reabilitação de áreas modificadas ou em via de degradação; para promover o desenvolvimento, de forma econômica e ecologicamente sustentável; e para deter a marcha do desmatamento desordenado.

Os apontados recursos do FNO, estabelecidos em R\$90,08 milhões, a serem aplicados no nosso Estado no corrente exercício deverão observar os percentuais e correspondentes setores da economia, definidos nos diferentes programas de financiamento. Dessa forma, na agropecuária serão investidos 54%; na agricultura familiar, 15%; na indústria, 11,2%; em comércio e serviços, 10%; em infra-estrutura, 6,8%; em agroindústria, 1%; em turismo, 0,6%; em extrativismo, 0,5%; em desenvolvimento florestal 0,5%; e, em exportação, 0,4%. Pretende-se, com esses investimentos, financiar cerca de 2.394 projetos, que devem gerar 16.526 ocupações e promover aumento do valor bruto de produção, calculado em R\$151,9 milhões.

O Plano de Aplicação dos Recursos confirmou como prioritárias para o Estado do Tocantins as atividades produtivas de maior valor econômico e destina-

das ao suprimento das demandas mais importantes. Desse modo, foi definido o elenco de produtos e as áreas a serem financiadas pelo Fundo, de sorte a favorecer o melhor proveito dos recursos. Incluem-se, entre as atividades produtivas prioritárias, as subordinadas aos setores de culturas de oleaginosas, de grãos, de tubérculos, de culturas industriais, de fruticultura, de criações, de turismo, de agroindústria, de mineração, de indústria em geral e de comércio e serviços.

Concluimos, Sr. Presidente, essas apreciações, sintetizando que o Plano de Aplicação dos Recursos do FNO, para o período 2003/2005, constitui, entre outras medidas indutoras do progresso econômico e social, relevante contribuição para fazer avançar, cada vez mais firme e celeremente, o processo desenvolvimentista delineado nos objetivos e prioridades do Governo Federal. Mas, com toda certeza, não são suficientes para atender às necessidades, nem tampouco às grandes possibilidades de investimento existentes em nosso Estado do Tocantins, dadas suas imensas potencialidades naturais.

O Sr. Leomar Quintanilha (PFL – TO) – Senador João Ribeiro, V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Por favor, aguarde um instante, Senador.

Historicamente, o Governo do meu Estado tem executado, do ponto de vista percentual, muito mais verbas que os demais Estados da Federação que compõem a região abrangida pelo Fundo.

Concedo um aparte a V. Exª, Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PFL – TO) – V. Exª compreende muito bem o mais novo Estado da Federação, o Tocantins, Senador João Ribeiro, Estado que V. Exª tem a honra de aqui representar, juntamente comigo e o Senador Eduardo Siqueira Campos. O nosso Estado luta de forma hercúlea para vencer o seu estágio de atraso e subdesenvolvimento, naturalmente buscando implantar obras de infra-estrutura essenciais, tão necessárias a qualquer processo de desenvolvimento, sem as quais não haveria como se pensar em desenvolvimento. E o Fundo Constitucional do Norte é muito importante. A partir do instante em que nós, do Tocantins, assim como os demais Estados que integram a região Norte, temos tido a preocupação de implantar uma infra-estrutura e de levar às diversas regiões do Estado estradas, energia elétrica e comunicação, insumos mínimos básicos necessários à implantação de um processo de desenvolvimento, entendemos a importância e o alto significado do Fundo Constitucional do Norte, com os seus

recursos para o financiamento da produção e do setor produtivo da nossa região. Por isso, quero cumprimentar V. Exª pelas considerações que traz a esta Casa. Solidarizo-me com esta luta para que a ADA, que foi criada em substituição à Sudam, seja ágil e competente na distribuição urgente dos recursos que possam se transformar em atividades produtivas, em novas empresas instaladas e em funcionamento no Estado e nas regiões, trazendo melhoria de qualidade de vida para o nosso povo e desenvolvimento para a nossa região. Muito obrigado.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Senador Leomar Quintanilha, agradeço a V. Exª o aparte, que incluo em meu discurso, uma vez que V. Exª também é profundo conhecedor da importância dos recursos do Fundo Constitucional do Norte, FNO, sobretudo dos benefícios que esses investimentos trazem a nossa região Norte, principalmente ao querido Estado do Tocantins.

Para concluir, Sr. Presidente, reivindico para o Tocantins que, doravante, obtenha maior parcela na divisão dos recursos do FNO. O Fundo Constitucional do Norte, como disse, é extremamente importante para financiar as indústrias e os projetos na região Norte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra em nome da Liderança do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, “a”, do Regimento Interno.

Senador Jefferson Péres, perdoe-me. V. Exª foi o primeiro a requerer a palavra. Porém, em seguida, eu a concederei a V. Exª.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na semana passada, há oito dias, pedi que fosse acelerada uma votação de plenário, porque eu precisava viajar. Fui aos Estados Unidos da América, à Califórnia, para, em nome do nosso Governo, fazer uma palestra na Universidade de Stanford para um grupo de empresários, o **Twenty Twenty** — vinte vinte, em inglês. Esse grupo, composto pelos 40 maiores fundos de pensão e investidores não só dos Estados Unidos, mas do Canadá, da Inglaterra, de Bahrein, enfim, são detentores de US\$8

trilhões que buscam mercados emergentes para investimentos.

Era muito importante que lá estivéssemos, porque o momento que a economia brasileira atravessa é propício para a chegada de investimentos novos no País. Não “dinheiro de motel”, que vem para passar uma noite; mas dinheiro que vem para permanecer como investimento e gerar desenvolvimento no nosso País.

Acompanhou-me nesta comitiva o Sr. Benny Parnes, Diretor do Banco Central do Brasil, e também o Sr. Luís Eduardo Freitas de Abreu, Vice-Presidente do Banco do Brasil, além do Sr. Ricardo Oliveira, empresário da área, da American Invest. Fizemos a palestra e foi muito salutar. Ouvimos dos empresários o interesse em investir no Brasil. Mas não foi essa a nossa maior conquista. Com certeza, muito milhões, se não bilhões, de dólares virão para serem investidos no País. O importante é que eles fazem duas reuniões anuais, e a segunda reunião, em outubro, seria na China. Devido à SARS, a pneumonia que está grassando na China, essa reunião foi cancelada e a África do Sul passou a ser cogitada como nova sede. Disputamos com a África do Sul e, no domingo, para nossa alegria, recebemos autorização do grupo para fazer oitenta reservas no Copacabana Palace. Essas pessoas irão ao Rio e virão a Brasília conversar sobre o assunto.

Agora há pouco, no almoço do PMDB com o Presidente Lula, fiz esse relato a Sua Excelência, que, muito gentilmente, disse-me que iria abrir esse encontro.

Imaginem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que se 1% desse dinheiro viesse para o Brasil, seriam US\$80 bilhões, mas quem nos dera que viesse 0,5%, ou seja, US\$40 bilhões.

Assim, parabeno o Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Beny Parnes, que fez uma exposição maravilhosa, e também o vice-Presidente do Banco do Brasil, Luiz Eduardo de Abreu, o qual apresentou uma palestra que orgulha a todos nós, brasileiros, porque aquela instituição, realmente, tem lutado desde 1808 pelo crescimento da nossa economia.

Essas são as informações que trago ao Senado da República, em nome do meu Partido, além da manifestação da nossa alegria por poder participar e influir no carreamento de recursos para o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson

Péres, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, “a”, do Regimento Interno.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a matéria é urgente porque o problema da violência no Brasil é urgente.

Duas notícias me chamaram a atenção nos jornais de ontem e de hoje, Sr. Presidente. A primeira trata do passeio do Sr. Luiz Fernando Beira-Mar pelo território brasileiro, que já custou mais de R\$300 mil aos cofres públicos.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Quatrocentos e vinte e seis mil reais.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Como me corrige o ilustre Senador Ney Suassuna, R\$426 mil.

A outra notícia dos jornais de hoje é de que a luta contra a criminalidade no Rio de Janeiro já causou a morte de cem pessoas em confronto com a polícia carioca.

Segundo declarações do Sr. Anthony Garotinho, durante os quinze dias em que está à frente da Pasta, cerca de cem pessoas morreram em confronto com a polícia carioca, supostamente bandidos – morreram cento e vinte seis soldados americanos em três semanas de guerra no Iraque. Em três meses, morreram cinquenta e dois policiais.

Dizer o quê? Esses números dispensam comentários.

Sr. Presidente, como grande parte das mortes violentas no Brasil, hoje, e da corrupção policial e carcerária estão relacionadas com o narcotráfico – já fiz um pronunciamento nesse sentido –, mesmo sob o risco de ser mal compreendido, insisto em quebrar esse tabu: já é tempo de se discutir a descriminalização, se não mesmo a legalização das drogas, em nível internacional, porque se o Brasil o fizesse isoladamente ficaria no pior dos mundos. Seria, por um lado, um exportador de drogas para os países que as proíbem e um importador de dependentes de drogas, que para cá viriam consumi-las legalmente.

Um país não poderia fazer isso isoladamente, mas creio que já era tempo de o Brasil, Senador Tião Viana, levar ao fóruns internacionais e à Organização das Nações Unidas a hipótese de uma legalização controlada das drogas no plano universal. Parece-me ser essa a única maneira - a única, não há outra - de se erradicar esse câncer chamado narcotráfico, que vive e sobrevive exclusivamente porque as drogas são proibidas.

Armando um silogismo: enquanto houver consumidores de drogas, haverá narcotráfico. Como sempre haverá consumidores de drogas, sempre haverá narcotráfico. O narcotráfico, portanto, é inerradicável.

Os Estados Unidos têm o maior aparato repressor de drogas do mundo, com polícia sofisticada, superequipada, cortina eletrônica ao longo do rio Grande, na fronteira com o México, guarda costeira no litoral e polícia investigativa, o que evita que o narcotráfico, como acontece no Brasil, ponha a cabeça de fora e desafie o poder. Lá, ele não desafia! No entanto, existe no subterrâneo, tanto assim que, nos Estados Unidos, há o maior percentual de consumidores de drogas, o que prova que todo esse aparato repressor não impede o seu comércio e consumo.

Portanto, essa é uma tese que desafia contestação. Não estou levantando uma hipótese. O narcotráfico é inerradicável. O máximo que se poderia conseguir, no Brasil, Senador Tião Viana – V. Ex^a é médico e é Líder do Partido que está no poder –, se tivéssemos uma efficientíssima política de combate ao narcotráfico, seria o que conseguiram os americanos, ou seja, impedir que o narcotráfico apareça e desafie a autoridade. Naquele país, o narcotráfico não fecha ruas, não metralha prefeituras, não faz guerrilha urbana. Existe subterraneamente, sobrevive. Tanto é assim que lá está o maior percentual de consumidores de drogas do mundo.

Portanto, se o Brasil chegar idealmente à eficiência das instituições americanas, o que terá conseguido? Jogar o narcotráfico para o subterrâneo. Logo, essa é uma luta perdida. Não vamos vencer o narcotráfico, porque, enquanto houver dependentes de drogas, haverá fornecedores - e sempre houve e haverá, no mundo, consumidores de drogas.

O Brasil não pode – repito –, isoladamente, legalizar as drogas. O País não pode ser um pária na comunidade internacional, atraindo drogados e exportando drogas para países que as proíbem. Seria um suicídio para nós.

Prego, Sr. Presidente, que comecemos a debater o assunto no Congresso, em seminários, e quebramos esse tabu. Vou propor, na Comissão de Assuntos Sociais, um debate aberto sobre legalização de drogas, para, depois, levá-lo aos fóruns internacionais e à própria ONU. Se todos os países, ou a grande maioria, concordassem em criar um convênio para a descriminalização das drogas, creio que daríamos um golpe mortal no narcotráfico. Entretanto, se existem inconvenientes e efeitos colaterais, isso será discutido.

Era o que tinha a registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder Magno Malta, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, “a”, do Regimento Interno, e peço a colaboração de todos os oradores, porque ainda temos inscrito, para antes da Ordem do Dia, o nobre Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não combinei nada com o Senador Jefferson Péres, mas quero tratar do mesmo assunto.

A Câmara dos Deputados, de modo especial a Comissão de Segurança – uma conquista da CPI do Narcotráfico –, inicia, hoje, um encontro, um mini Congresso, para debater a nova Lei de Narcotráfico, já aprovada por esta Casa em dois turnos.

O meu medo, nesse debate, é de que essa lei – que esta Casa já aprovou e de que a sociedade necessita – receba emendas, seja obrigada a voltar para o Senado e aqui hibernar por mais quatro ou cinco meses, voltando para a Câmara e hibernando por mais dois anos, uma vez que já foi votada há dois anos.

Trata-se de um projeto extremamente interessante, Senador Romeu Tuma, porque institui a chamada justiça terapêutica, que faz distinção entre o usuário e o dependente. E disse bem o Senador Jefferson Péres: nós estamos como que santificando o usuário, e alguns pedindo combate firme ao traficante! Traficante é erva daninha. Acaba-se com um aqui e nascem dez ali; matam-se dez ali, e nascem cem do outro lado. Mas só existe traficante porque existe consumidor.

Costumo dizer que se houver uma revolta e todo o mundo cismar de não mais usar calça jeans, as fábricas vão fechar. Mas o pobre consumidor trabalha, estuda e só cheira uma “carreirinha” no final de semana! Mas para que essa “carreirinha”, que esse papete chegou até suas mãos, um caminhão é roubado, um cidadão é morto, a polícia é corrompida, há corrupção na fronteira, um garoto é aliciado. É verdade que a Justiça terapêutica, aquela que faz a distinção entre o usuário e o dependente – o pobre do dependente já perdeu tudo, é um doente –, vai ter força, na lei, para ajudá-lo a se recuperar. Também a Justiça terá força para pegar esse usuário e fazer com que ele pague à sociedade prestando serviço comunitário. Hoje, como está, é uma brincadeira! A lei diz que o indivíduo pego fazendo uso de drogas é apenas identificado. Ora, isso é muito fácil! Quem alimenta o tráfico?

O usuário. Então nós não podemos fazer poesia com a questão das drogas!

A violência se estabeleceu no País! E algumas pessoas começam a discutir, de fato, a legalização das drogas. Há uns quinze dias, durante um debate, ouvi um jornalista dizer que seria a favor da legalização das drogas no dia em que ele estiver consciente de que entregará os seus filhos para estudarem em uma escola cujo diretor seja usuário; no dia em que ele tiver a segurança de tomar um táxi cujo motorista seja drogado; no dia em que tiver a segurança de ser cliente de um banco cujo gerente também seja drogado; no dia em que ele tiver a segurança de entrar em um avião cujo piloto seja drogado. Porque aí a droga será legal no País. Neste dia, dizia, ele concordará com a legalização das drogas. Eu também! No dia em que eu tiver a segurança de que o piloto do avião é cheirador de pó ou queimador de fumo, no dia em que eu pegar um táxi consciente de que o taxista é drogado, neste dia eu estarei preparado para aprovar a legalização das drogas!

Sr. Presidente, na minha experiência de 23 anos em recuperação de drogados – 23 anos da minha vida investidos em 150 drogados em duas casas de recuperação –, que é um investimento de vida, é o ar que sei respirar, tenho convivido com mães que choram. Aliás, a ciência diz que lágrima é H₂O mais cloreto de sódio. A ciência sabe muito pouco de lágrima. Lágrima mesmo quem conhece é uma mãe que tem filho drogado. Conviver com lágrima de mãe que sofre com filho drogado, conviver com famílias que vivenciam esse problema não é brincadeira! Sr. Presidente, chegamos ao absurdo de pai matar filho drogado pelo bem da família. E ao absurdo de filhos drogados matarem pais. Chegamos ao extremo! Batemos a cabeça no teto!

É preciso entender o papel da Senad. A Secretaria Nacional Antidrogas tem que ter uma política e muito recurso para poder fazer, Senador Romeu Tuma, a prevenção. Porque só a prevenção é que vai salvar, já que ela produz a informação, e a informação é que forma o indivíduo. A deformidade do indivíduo ocorre em função da informação que ele deixa de ter. Nós precisamos ajudar a Senad, que não tem recurso no Orçamento. Sabem V. Ex^{as} quanto ela tem hoje em caixa? Sessenta e oito reais! Não são R\$68 mil, não. São R\$68,00 para fazer prevenção no País.

Nobre Senador Tião Viana, V. Ex^a, que é Líder do Governo, sabe que a Senad hoje tem R\$68,00 para fazer prevenção no Brasil. Não são R\$68 mil, não; são R\$68,00.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Herança do governo anterior.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – É verdade. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando criou a Senad – e fez muito bem –, em um discurso na ONU, disse que erradicaria as drogas no Brasil em 10 anos. “Viajou na maionese”, porque ninguém vai erradicá-las. Mas quando Fernando Henrique criou a Senad, fez muito bem, e eu o aplaudo. Naquela época, quando estive com ele, disse-lhe: “Presidente, o papel da Senad deve ser preventivo e não como quer o General, ou seja, que a Senad mande na Polícia Federal. Isso é uma inversão de valores”. Nós teremos uma saída quando quem faz segurança pública no Brasil não raciocinar o individual, mas raciocinar o coletivo. Quando quem faz segurança neste País raciocinar como Ministério Público e como Justiça.

Sr. Presidente, ao encerrar, quero dizer que, com todo o respeito que tenho pelo Ministro Nelson Jobim, meu amigo pessoal – e quero marcar para que S. Ex^a me receba –, fiquei muito triste com a decisão de S. Ex^a no sentido de o Ministério Público não poder mais investigar crimes. Então, quem vai investigá-los? Principalmente com a precariedade da nossa polícia! E agora a Justiça está recebendo uma enxurrada de ações de advogados e de pessoas que foram investigadas pelo Ministério Público por crimes comuns e que vão para a rua. No Espírito Santo, bandidos do crime organizado que estão presos e que foram denunciados ao Ministério Público, com a decisão do Ministro Jobim, “vão para a galera”. E as pessoas tomando tiro na rua! E o crime organizado roubando os cofres públicos!

Sr. Presidente, entristece-me tudo isso. Entristece-me também a decisão do Presidente Lula, por quem tenho profundo amor, carinho, respeito – faço parte do Bloco –, de cortar a verba destinada à Inteligência da Polícia Federal. Quem faz discurso dizendo que segurança pública é prioridade, Senador Tião Viana, não pode cortar a verba destinada à Inteligência da Polícia Federal. Porque um país que tem 170 milhões de pessoas e só tem 7 mil na Polícia Federal é piada. Mas a piada maior é saber que em Brasília há 7 mil marinheiros! E Brasília nem mar tem. Temos apenas 7 mil homens na Polícia Federal no País inteiro e ainda se corta a verba da Inteligência.

Faço um apelo ao meu Presidente, que tem na Polícia Federal um superintendente extremamente competente – e das coisas boas que este País tem uma é a Polícia Federal, com todas as suas deficiências –, para que aumente a verba da Polícia Federal; que faça um concurso para elevar para 21 mil o efeti-

vo da PF, dos quais ela precisa para combater o crime organizado.

Sr. Presidente, encerro, agradecido, dizendo que a partir da próxima semana darei o relatório da viagem que eu e o Senador Sibá Machado fizemos à Itália. Voltamos convencidos de que em matéria de segurança pública a Itália já descobriu a roda. Apenas precisamos ter a humildade de a copiarmos e, a exemplo da Itália, que tem a Lei 41 Bis, que dá prisão perpétua para mafioso, criarmos aqui a prisão perpétua para o narcotráfico e para o crime organizado.

Sr. Presidente, ouço aqui o Senador Romeu Tuma dizer que o Ministro Jobim corrigiu o engano, o que demonstra ter sido um momento de fraqueza do Ministro, graças a Deus!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, alínea “a”, do Regimento Interno.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, informo ao Senado Federal e ao País que conseguimos realizar na Amazônia, mais especificamente no Estado do Acre, o maior encontro de políticos de nossa história, do qual participaram dez Ministros de Estado, o Senhor Presidente da República, os Governadores da Amazônia, Senadores e Deputados Federais. Tivemos como razão do encontro o interesse estratégico pela região e a afirmação da personalidade política e socioeconômica que tem a região nos cenários internacional e nacional.

No encontro, prevaleceu o sentimento da inteligência e da elevada defesa do interesse público. O eixo de integração das afirmações, das análises, dos diagnósticos e das proposições foi o Plano Plurianual, momento mais especial, eu diria, que tivemos durante todo o debate político amazônico, quando o Presidente Lula dispensou, mesmo com a atividade intensa que tem tido em favor do País, com seriedade, com comportamento de estadista – seguramente ficará marcado como o maior líder de toda a história da América Latina –, emprestou toda a humildade, toda a sensibilidade e tratou não só de um debate estratégico para a região, ouvindo todos os governadores, mas, principalmente, reafirmando o seu compromisso histórico com o sentimento humano.

O Presidente Lula encontrou presente, nos rincões da Amazônia, nos cantos esquecidos do Brasil, o sentimento humano, o aprendizado da relação com

os mais humildes, o aprendizado da relação com as peculiaridades regionais, a visão do desenvolvimento inteligente da região pela biotecnologia, pelo nosso patrimônio genético, pela nossa biodiversidade, enfim, um encontro intocável do ponto de vista de seu conteúdo, de sua importância, de sua contribuição efetiva ao cenário nacional e internacional, onde discutimos, em profundidade, a integração da América do Sul e a relação dos países amazônicos com o nosso País.

Acredito que foi um momento sublime, um dos momentos mais bonitos da história da Amazônia, em que foi firmado um compromisso moral com a região. As autoridades que representam os mais de 20 milhões de habitantes que povoam a região Amazônica e que têm o rio Amazonas como união estavam ali, na cabeceira dos rios, na cabeceira da Amazônia brasileira, discutindo o nosso presente, a nossa responsabilidade política e o nosso compromisso com o futuro. Eu diria que um momento igual a esse dificilmente teremos oportunidade de viver tão brevemente.

Outro fato fantástico daquele encontro foi a autoridade e a responsabilidade com que cada Governador expressou a sua situação estratégica hoje, o seu diagnóstico situacional e a sua visão de desenvolvimento, tendo como eixo de interligação da região o Plano Plurianual. Não debatemos coisas menores, problemas localizados, paroquiais, mas os interesses do desenvolvimento efetivo da região Amazônica.

Espero, sinceramente, que outras regiões do Brasil possam proceder da mesma forma, um momento em que a sabedoria de ouvir foi instalada pelo Presidente da República, a capacidade de apontar sensibilidade e reflexões técnicas por parte dos Srs. Governadores, dos Srs. Ministros, da Bancada Federal, dizendo que é possível, com a verdade colocada sobre a mesa, com responsabilidade técnica e política, construirmos um novo amanhã para todas as regiões deste País.

Sem a diminuição das desigualdades regionais, não estaremos à altura do Brasil que nos desafia. E o Presidente, em todos os momentos, deixou muito claro isso, que é preciso viajar pelo Brasil como governante; é preciso entender e olhar de perto o Brasil para podermos contribuir efetivamente com o seu desenvolvimento.

O Governador Jorge Viana recebeu, com absoluta capacidade de organização e controle de uma atividade política tão desafiadora, todos os Governadores, todas as autoridades do Estado e colocou com muita clareza: “planeja quem faz”. O encontro serviu para dar essa lição a todos nós.

E dividiu com o Presidente uma afirmação que é fantástica e que deve contaminar todos os governantes brasileiros: mais importante do que administrar é cuidar deste País, é cuidar das regiões, é cuidar dos Estados brasileiros.

Acredito que os Srs. Ministros – dez ministros de Estado que nos acompanharam naquele encontro – levaram uma grande, importante e fundamental motivação, que foi trabalhar a gestão pública, tendo como envolvimento fundamental o sentimento, a verdade e a análise técnica sobrepondo-se aos interesses menores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Arthur Virgílio, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, “a”, do Regimento Interno. (Pausa.)

S. Ex^a pede para postergar a sua fala.

Portanto, concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou encaminhando à Mesa projeto de lei que visa a incluir os representantes comerciais como optantes do Simples, nas condições especificadas pela Lei nº 9.317, de 1996, que institui essa forma simplificada de imposto.

Entendo, Sr. Presidente, que se cometeu uma injustiça para com os representantes comerciais ao vetarem sua adesão ao Simples, uma vez que a categoria não se enquadra nas restrições da lei que pede habilitação profissional legalmente exigida, porque a lei não lhe exige habilitação técnica, bastando que tenha vocação para o comércio para tornar-se um representante comercial.

O representante comercial é um profissional que se dedica à mediação de negócios mercantis, e tem sua profissão regulamentada pela Lei nº 4.886, de 1965, alterada pela Lei nº 8.420, de 1992. A sua imensa maioria é composta por pequenas empresas familiares, as quais têm como sócios marido e mulher e um ínfimo capital. Além de pagar os impostos federais, paga também o ISS para as prefeituras municipais.

Por isso, Sr. Presidente, usei este espaço para apresentar este projeto de lei, para que se faça justiça também com os representantes comerciais. Nós, Senadores, poderemos fazer justiça com esse importan-

te segmento que está lá fora e que foi aliado do Projeto de Lei do Simples.

Portanto, encaminharei este projeto à Mesa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero ainda, pelo que já foi dito pelo nosso Líder, Senador Tião Viana, tecer também alguns comentários a respeito da visita do Presidente Lula, de seu corpo de Ministros, dos Governadores e da Bancada Parlamentar ao nosso Estado.

Em primeiro lugar, agradeço a visita da Senadora Fátima Cleide, dos Senadores Valdir Raupp, Amir Lando, do Estado de Rondônia, Gilberto Mestrinho, do Estado do Amazonas, Augusto Botelho, de Roraima, e João Capiberibe, do Estado do Amapá; também os Governadores Flamarion Portela, de Roraima, Waldez Góes, do Estado do Amapá; Eduardo Braga, do Estado do Amazonas, e Ivo Cassol, do Estado de Rondônia.

Das características que posso dizer dessa reunião é que a maioria das pessoas tem uma visão de Amazônia – por ter 50% ou mais do território nacional, ter apenas 12% da população brasileira e representar apenas 6,5% do PIB nacional – como um lugar de pessoas preguiçosas e que não querem trabalhar.

Por último, a Amazônia é vista como um potencial de matéria-prima a ser recolhida e transformada em riquezas por outros Estados e por outros países.

Das lições que podemos tirar da visita do Presidente da República ao Estado do Acre e das soluções encontradas naquela reunião, podemos destacar, Sr. Presidente, em primeiro lugar, que o Governo se compromete a lançar o Programa Amazônia Sustentável, que será coordenado pela Ministra Marina Silva e pelo Ministro Ciro Gomes, que terão o prazo de 90 dias para apresentar o primeiro estudo básico para a construção do PPA. Os eixos apresentados pela Ministra Marina Silva são: produção sustentável com alta tecnologia, novo padrão de financiamento, reordenamento do território, inclusão social e infra-estrutura básica.

A segunda característica dessa reunião, Sr. Presidente, é a importância política, já muito bem esclarecida aqui pelo Senador Tião Viana, nosso Líder de

Bancada. Quero acrescentar apenas algo que penso ser uma grande lição: a visão do todo, a visão holística, a sensibilidade humana que um gestor público tem que ter na hora de seu planejamento.

Dos termos mais práticos de compromissos que foram tirados daquela reunião, quero destacar os seguintes: primeiro, a assinatura do termo de compromisso interministerial entre o MDA e o Ministério do Meio Ambiente para a elaboração de uma proposta, de um projeto de assentamento florestal para a Amazônia, em substituição aos atuais projetos de assentamentos que foram criados pelo Incra no passado; o segundo seria o lançamento oficial, pelo Governo, do Programa Pró-Ambiente, que é uma batalha de tantos anos, criada pelo movimento social daquela região, desde 1992. O terceiro programa, que foi assinado pelo Presidente da República e pelos Governadores, é o da reformulação do Banco da Amazônia para uma ação conjunta com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, a fim de que os caixas desses bancos sejam únicos. Assim, quem tiver o cartão do Banco do Brasil poderá usá-lo em qualquer caixa do Basa ou da Caixa Econômica Federal e vice-versa.

O Ministério da Integração anunciou a aplicação, este ano, de R\$1,92 bilhão na região e a liberação imediata de recursos contingenciados do FNO no BASA, da ordem de R\$226 milhões, além da reformulação imediata dos encargos financeiros do FNO.

A Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, anunciou a criação do Fundo Nacional de Energia Elétrica, com a matriz apontando para as comunidades isoladas.

Por fim, foram assinados vários programas com o Governo do Acre nas áreas de educação e saúde.

Sr. Presidente, recomendo que as demais Bancadas regionais peçam ao Presidente Lula que reproduza aquela iniciativa em todas as regiões, porque saímos de lá convencidos de que esse é o caminho certo para um planejamento mais adequado do desenvolvimento nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas, do Partido Liberal do Estado de Minas Gerais, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para comunicar que se encerrou, neste final de semana, na cidade de Uberaba, no Triângulo Mineiro, a 69ª edição da Exposição

Internacional de Gado Zebu, a ExpoZebu 2003, que alcançou, mais uma vez, recordes históricos e dignos de louvor.

Só a arrecadação dos leilões superou, em muito, a feira do ano passado, fechando na ordem de aproximadamente R\$70 milhões, conforme balanço parcial. Outro recorde foi o número de animais inscritos, ao todo, 2,3 mil cabeças.

O sucesso econômico da feira é um ótimo sinal para a agropecuária brasileira, pois se deve à excelente qualidade do material genético de nossos animais.

Os resultados da ExpoZebu comprovam, ainda, que a carne brasileira é bastante saudável e tem total condição de se destacar mundialmente, como já havia salientado o Presidente Lula na abertura oficial do evento. Com o tema “Rumo ao mercado internacional”, a ExpoZebu 2003 atraiu visitantes de diversos países. Cerca de **227 estrangeiros** passaram pelo Salão Internacional da feira e fizeram compras de material genético brasileiro, as quais atingiram US\$3 milhões.

Nesse sentido, Sr^{as} e Srs. Senadores, colo-me à disposição tanto do Presidente Lula, como dos criadores de zebu, para ajudar no que for possível, na Organização Mundial do Comércio, a fim de que cada vez mais se quebrem as barreiras aos produtos brasileiros, especialmente a carne.

Encerro meu breve comunicado lembrando, ainda, que a ExpoZebu 2003 cumpriu importante papel social, por meio de doações expressivas ao Programa Fome Zero, do Governo Federal. Parabênzoo os organizadores da feira e toda a classe criadora por mais um ano de sucesso absoluto, que certamente se repetirá no ano que vem. A ExpoZebu é exemplo de um Brasil que dá certo e contribui para o crescimento econômico, ao promover e exaltar a força do setor agropecuário, um dos grandes tesouros do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Peço a palavra como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, como Líder, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma manifestação breve, de muita alegria e satisfação, em nome da população do Rio de Janeiro, que tenho a honra de representar nesta Casa, pela decisão do Governo de restaurar a **Rádio Nacional**, esse patrimônio enorme da Nação brasileira – patrimônio da cultura, da radiodifusão, da comunicação em geral deste País – que havia sido condenado à morte pelo Governo anterior, por inanição ou absoluta escassez de recurso.

Prevaleceu, entretanto, o bom senso do Governo Lula – e da nova administração da Radiobrás, cujo Presidente, Sr. Eugênio Bucci, queremos cumprimentar, em nome da população do Estado do Rio de Janeiro e de toda a Nação brasileira –, que resolveu investir pouco mais de um milhão, mas o suficiente para restaurar as condições físicas daquela entidade brava e representativa da nossa cultura. A **Rádio Nacional**, com alcance em todo o território nacional, promoveu a cultura deste País em um grau que nunca poderá ser esquecido.

Dessa forma, em nome do meu Partido, o PT, e da população do meu Estado, o Rio de Janeiro, cumprimento o Presidente da República, o Presidente Eugênio Bucci, da Radiobrás, por essa decisão de valor inestimável para a história deste País, que é a restauração de um patrimônio de fundamental importância. Não poderia existir nada mais representativo da cultura brasileira e da história do rádio brasileiro do que a **Rádio Nacional**, que, finalmente, alvissaras, será restaurada.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 336, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 12, alínea c, inciso II do Regimento Interno, que dispõe sobre o PLS nº 174/2000, que altera a Lei nº 9.656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, seja encaminhado ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2003. – Senador **Tião Viana**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2003

Altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que “dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica revogado o inciso VII do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, pretendeu preservar o único imóvel de uma família, tornando-o impenhorável. Assim, esse imóvel fica livre de ser leiloado por dívidas contraídas por um dos membros da família.

O art. 3º da Lei nº 8.009, de 1990, no entanto, abre algumas exceções a essa impenhorabilidade.

Posteriormente, a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que é a Lei do Inquilinato, acrescentou mais um item, o de nº VII, ao art. 3º da Lei nº 8.009, de 1990. E mais uma exceção à impenhorabilidade do bem de família, desta vez decorrente de fiança concedida em contrato de locação.

Ora, esse item VII contrasta vigorosamente com o espírito da Lei nº 8.009, pois a fiança em contrato de locação é uma dívida que em nada beneficia a família protegida. Pelo contrário, só beneficia terceiros.

Assim propomos a revogação do item VII do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990 e contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2003. – Senador **Paulo Paim**.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA*

LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990

Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 143, de 1990, que o Con-

gresso Nacional aprovou, e eu, Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

.....
 Art. 3º A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido:

I – em razão dos créditos de trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias;

II – pelo titular do crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel, no limite dos créditos e acréscimos constituídos em função do respectivo contrato;

III – pelo credor de pensão alimentícia;

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, DE 2003

Acrescenta dispositivo ao art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 18 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações, observados os acréscimos da MPV nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001:

“Art. 18.

§ 7º O órgão federal executor do programa de reforma agrária manterá atualizado o cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária, disponibilizando tais informações através de banco de dados e fazendo publicar as relações devidas, com a qualificação completa dos assentados, até a data de 30 de março do ano seguinte.

§ 8º O Poder Público estadual e municipal, bem como os empreendimentos de iniciativa privada que assentam famílias em área rural, manterão cadastro atualizado dos beneficiários, com respectivas qualificações completas, e enviarão as relações ao Incra, mediante recibo, até o dia 30 de janeiro do ano seguinte.

§ 9º O Incra e as demais entidades que distribuem terras e programa de Reforma Agrária rastrearão as informações constantes dos arquivos, reciprocamente, antes de procederem ao assentamento dos inscritos.

§ 10. Os responsáveis pela busca que descumprirem as obrigações impostas no parágrafo anterior responderão civil, penal e administrativamente. (NR)”

Justificação

É do conhecimento geral desta Nação que falsos produtores rurais se infiltram nos assentamentos em programas de Reforma Agrária com o intuito, único e exclusivo, de obter um lote para logo em seguida revendê-lo.

Há necessidade urgente de que o Incra publique e coloque à disposição de todos a relação dos assentados, bem como façam o mesmo os estados e os municípios, bem como os empreendimentos de iniciativa privada que distribuem terra rural, em programa de reforma agrária.

A transparência destas ações, através da publicação e da disponibilização em bancos de dados da relação dos assentados, irá conferir maior segurança e contabilidade ao processo da Reforma Agrária trazendo como resultado uma maior satisfação por parte de toda a sociedade.

Entretanto, não basta apenas dar publicidade à distribuição de terras em programa de Reforma Agrária, necessário se faz observar, conferir, rastrear as listas para que se possa excluir esta ou aquela família que já foi beneficiada em outro programa de Reforma Agrária a fim de inibir a especulação imobiliária, propiciando o acesso a terra àqueles que realmente desejam trabalhar e produzir.

Imprescindível o controle que ora se objetiva, para impedir, como acontece com certa frequência, do ex-proprietário desapropriado receber indenização milionárias para logo após recomprar parcela por parcela dos assentados a preço vil.

Registre-se que é urgente e necessário que se adote uma política agrícola capaz de fixar o trabalhador na zona rural e que realmente e estimule a produção, a fim de que sejam alcançados os verdadeiros objetivos da Reforma Agrária.

Espero contar com o apoio dos meus ilustres pares para o aperfeiçoamento da Reforma Agrária no Brasil, porque esta não se restringe à distribuição de títulos, mas deve alcançar a promoção da justiça social e da produção agropecuária.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2003. – **Delcídio Amaral**.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA*

LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993.

Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 18. A distribuição de imóveis rurais pela Reforma Agrária far-se-á através de títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de 10 (dez) anos. (Vide Medida Provisória nº 2.183-56, de 24-8-01)

Parágrafo único. O órgão federal competente manterá atualizado cadastro de áreas desapropriadas e de beneficiários da reforma agrária.

.....
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.183-56,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos
– decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2003

Modifica o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.148, de 8 de novembro de 2000, que dispõe sobre prioridades de atendimento as pessoas que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.148, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 2º (...)

Parágrafo único. É assegurada, em todas as instituições financeiras e em todos os hospitais, a prioridade de atendimento às pessoas mencionadas no art. 1º.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem por objetivo estender o direito de atendimento privilegiado para os idosos, as gestantes, os deficientes físicos e as pessoas acompanhadas de criança de colo, em todos os hospitais deste país, tanto público quanto privado.

É notório que as pessoas idosas nesse país são desrespeitadas cada vez mais. Inúmeras vezes presenciemos idosos passarem por situações constrangedoras, quanto vão a um hospital.

Atualmente, a novela da Globo “Mulheres Apaixonadas”, vem expondo à sociedade o desrespeito dos jovens e familiares com os idosos. Essa situação presenciada na novela baseia-se na imaturidade e no descaso dos jovens. É importante ressaltar que um dia, esses mesmos jovens que desrespeitam serão desrespeitados, se não mudarmos essa concepção de que velho é imprestável.

Sonhamos com uma sociedade em que o ser humano possa envelhecer com a preservação plena dos seus direitos, em condições de liberdade, respeito e dignidade. Não podemos jamais esquecer que o Universo tem um ritmo sábio e tudo o que a humanidade fizer por si e pela natureza reverterá em seu próprio benefício.

Pelo exposto acima e dada a importância deste projeto peço a colaboração dos ilustres pares à aprovação do mesmo.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2003. – Senador **Paulo Paim**.

*LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA*

LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000

Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

Art. 2º As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato, às pessoas a que se refere o art. 1º.

Parágrafo único. É assegurada, em todas as instituições financeiras, a prioridade de atendimento às pessoas mencionadas no art. 1º.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais –
decisão terminativa.)
.....

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 182, DE 2003

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para modificar a definição de bebidas alcoólicas e algumas normas relativas às advertências sobre o seu consumo e à propaganda em serviços de radio-difusão sonora e de sons e imagens e em serviços de televisão por assinatura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º e o art. 4º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

Parágrafo único. Considera-se bebida alcoólica, para efeitos desta lei, o líquido potável com qualquer teor alcoólico. (NR)”

“Art. 4º A propaganda comercial de bebidas alcoólicas não associará o produto ao esporte olímpico ou de competição, à condução de veículos, à condição de maior êxito das pessoas e às imagens ligadas à sexualidade.

§ 1º É vedada a propaganda comercial de bebidas alcoólicas nos serviços de radio-difusão sonora e de sons e imagens e nos serviços de televisão por assinatura em todo o território nacional.

§ 2º A vedação de que trata o § 1º deste artigo aplica-se à propaganda estática existente em estádios, veículos de competição e locais similares. (NR)”

Art. 2º A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 4ºA:

“Art. 4º-A. A embalagem, o rótulo e a propaganda das bebidas alcoólicas conterão, obrigatoriamente, advertência sobre os malefícios do seu consumo e sobre a proibição da venda a menores de dezoito anos.

Parágrafo único. A advertência a que se refere o **caput** deste artigo, escrita de forma legível e ostensiva, terá sua forma e seu conteúdo definidos em regulamento.”

Art. 3º Revoga-se o art. 5º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996.

Art. 4º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

O consumo de substâncias psicoativas figura entre os grandes problemas enfrentados pela sociedade moderna e afeta cerca de 10% da população dos centros urbanos, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Dessas substâncias, o álcool e o tabaco são as mais utilizadas e trazem as conseqüências mais graves para a saúde pública mundial.

Estudo realizado pela Universidade Harvard revelou que o álcool seria responsável por cerca de 1,5% de todas as mortes no mundo e por 2,5% dos anos vividos com incapacidade. Os agravos à saúde causados direta ou indiretamente pelo álcool são muitos e envolvem transtornos psíquicos (alcoolismo, depressão e distúrbios de conduta) e físicos (cirrose hepática e miocardiopatia alcoólica) e lesões decorrentes de acidentes (automobilísticos e no trabalho). Podemos acrescentar, ainda, o comportamento sexual de risco induzido pela bebida e a iniciação ao uso de drogas ilícitas.

A tendência ao consumo de bebidas alcoólicas em idade cada vez mais precoce é observada em todo o globo. Isso explica o enorme sucesso alcançado pelas chamadas bebidas *ice*. Elas têm baixo teor alcoólico e são produzidas a partir da mistura de bebida alcoólica com sucos de frutas ou outros ingredientes adocicados e coloridos, agradando ao paladar dos adolescentes. Essas bebidas são consideradas inocentes pelo público jovem, mas podem causar embriaguez e dependência.

De fato, um levantamento realizado em 1997, em 10 capitais brasileiras, mostrou que 74% dos adolescentes de escolas de ensinos fundamental e médio já haviam feito uso de álcool na vida. Destes, 26,5% faltaram às aulas após beber. Por conta disso, convivemos com altos índices de abandono escolar,

bem como o rompimento de outros laços sociais importantes.

Além dos prejuízos sociais causados pelo consumo de bebidas alcoólicas, vale mencionar os custos financeiros associados. A estimativa precisa dos valores é difícil, pois nem todas as conseqüências do álcool são diretas e evidentes.

Informações obtidas no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) mostram que, no ano de 2001, tivemos 84.467 internações para tratamento de problemas relacionados ao uso do álcool no País. No mesmo período, foram emitidas 121.901 autorizações para internação hospitalar por distúrbios associados ao alcoolismo. O custo anual para o Sistema Único de Saúde (SUS) ultrapassou os 60 milhões de reais.

Esses números não incluem os gastos com tratamentos ambulatoriais e com quaisquer formas de tratamento de agravos à saúde causados indiretamente pelo álcool, como câncer, deficiências nutricionais, agravamento de doenças psiquiátricas e acidentes.

Aproximadamente, a metade dos pacientes atendidos, devido a acidentes de trânsito, em um grande hospital de referência brasileiro, o Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, apresentavam índices de alcoolemia superiores ao permitido por lei. Restringindo-se às vítimas fatais, essa proporção chega a 96%. Estima-se que o SUS gaste, anualmente. Um milhão de reais com os tratamentos.

A associação do consumo de álcool com a violência não se limita aos acidentes. Nos Estados Unidos, um estudo revelou que o uso abusivo de álcool estava presente em 68% dos homicídios culposos, 54% dos homicídios dolosos, 62% dos roubos, 44% dos furtos e em pouco mais de 60% dos casos de violência doméstica, como espancamento de crianças e agressões entre os pais.

O combate a um problema tão generalizado e amparado em hábitos profundamente arraigados em nossa sociedade implica a adoção de medidas firmes e a participação de toda a população. Acreditamos que o foco principal da estratégia de combate ao alcoolismo deva estar na prevenção, pois medidas excessivamente repressivas adotadas por outros países, no passado, trouxeram mais problemas que alívio.

O contato dos dependentes de álcool com a bebida usualmente se dá na adolescência. Um dos fatores que incentivam esse contato é, sem dúvida, a influência dos meios de comunicação de massa. As propagandas de cervejas e bebidas *ice*, ao associarem o seu uso à virilidade, à saúde, à sensualidade, à

prática de esportes e a outros atributos, constituem uma grande armadilha para os nossos jovens.

É um contra-senso que as empresas fabricantes de bebidas se utilizem de concessões públicas (rádios e emissoras de televisão) para promover o consumo de produtos sabidamente nocivos à saúde da população. Precisamos, urgentemente, eliminar a influência perniciosa da propaganda de bebida alcoólica sobre o comportamento da juventude.

Não obstante o avanço representado pela promulgação da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, as disposições legais mostraram-se insuficientes em relação ao álcool. Todas as pessoas engajadas na luta contra o alcoolismo foram unânimes em criticar o conceito de bebida alcoólica adotado por essa lei. Ao definir bebidas alcoólicas como "as bebidas potáveis com teor alcoólico superior a treze graus Gay Lussac", ficaram isentas das restrições legais as cervejas e a maioria dos vinhos e coquetéis, exatamente as bebidas mais consumidas pelos adolescentes.

É imprescindível rever essa definição e atacar mais duramente a propaganda comercial de bebidas alcoólicas, banindo-a dos veículos de comunicação dependentes de permissão ou concessão pública.

Consideramos importante, ainda, a divulgação de advertências sobre os malefícios do consumo de álcool e sobre a proibição da sua venda a menores de dezoito anos.

Por todos os argumentos apresentados, submetemos o presente projeto de lei à elevada apreciação do Congresso Nacional. Em razão da relevância da matéria para a proteção da juventude brasileira, esperamos contar com o apoio de nossos Pares.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2003. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.294, DE 15 DE JULHO DE 1996

Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O uso e a propaganda de produtos fumíferos, derivados ou não do tabaco, de bebidas alcoólicas, de medicamentos e terapias e de defensivos agrícolas estão sujeitos às restrições e condições es-

tabelecidas por esta lei, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Consideram-se bebidas alcoólicas, para efeitos desta Lei, as bebidas potáveis com teor alcoólico superior a treze graus Gay Lussac.

Art. 2º É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumífero, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo, privado ou público, salvo em área destinada exclusivamente a esse fim, devidamente isolada e com arejamento conveniente.

§ 1º Incluem-se nas disposições deste artigo as repartições públicas, os hospitais e postos de saúde, as salas de aula, as bibliotecas, os recintos de trabalho coletivo e as salas de teatro e cinema.

§ 2º É vedado o uso dos produtos mencionados no caput nas aeronaves e demais veículos de transporte coletivo.

Art. 3º A propaganda comercial dos produtos referidos no artigo anterior só poderá ser efetuada através de pôsteres, painéis e cartazes, na parte interna dos locais de venda.

§ 2º A propaganda conterá, nos meios de comunicação e em função de suas características, advertência escrita e/ou falada sobre os malefícios do fumo, através das seguintes frases, usadas seqüencialmente, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada cinco meses, todas precedidas da afirmação "O Ministério da Saúde Adverte"

I – fumar pode causar doenças do coração e derrame cerebral;

II – fumar pode causar câncer do pulmão, bronquite crônica e enfisema pulmonar;

III – fumar durante a gravidez pode prejudicar o bebê;

IV – quem fuma adocece mais de úlcera do estômago;

V – evite fumar na presença de crianças;

VI – fumar provoca diversos males à sua saúde.

Art. 4º Somente será permitida a propaganda comercial de bebidas alcoólicas nas emissoras de rádio e televisão entre as vinte e uma e as seis horas.

§ 1º A propaganda de que trata este artigo não poderá associar o produto ao esporte olímpico ou de competição, ao desempenho saudável de qualquer atividade, à condução de veículos e a imagens ou idéias de maior êxito ou sexualidade das pessoas.

§ 2º Os rótulos das embalagens de bebidas alcoólicas conterão advertência nos seguintes termos: "Evite o Consumo Excessivo de Álcool".

Art. 5º As chamadas e caracterizações de patrocínio dos produtos indicados nos arts. 2º e 4º, para eventos alheios à programação normal ou rotineira das emissoras de rádio e televisão, poderão ser feitas em qualquer horário, desde que identificadas apenas com a marca ou *slogan* do produto, sem recomendação do seu consumo.

§ 1º As restrições deste artigo aplicam-se à propaganda estática existente em estádios, veículos de competição e locais similares.

§ 2º Nas condições do **caput**, as chamadas e caracterizações de patrocínio dos produtos estarão liberados da exigência do § 2º do art. 3º desta Lei.

(Às Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, cabendo a última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2003

(Do Sr. Leonel Pavan)

Altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, incluindo como beneficiário da lei os representantes comerciais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 90 da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem as atividades de representante comercial.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Até 1988, o representante comercial poderia ser enquadrado para beneficiar-se da isenção do PIS e IR. Mas, em 1988, a Receita Federal proibiu o enquadramento do representante comercial, ao entendimento que a sua atividade se assemelhava ao do corretor de imóveis. Após reiteradas decisões judiciais favoráveis aos representantes comerciais, por meio de mandados de segurança na Justiça Federal, nos quais se discutia a ilegalidade do ato da receita fede-

ral, o Superior Tribunal de Justiça – STJ, reconheceu que microempresa de representação comercial é isenta do imposto de renda, revertendo assim os entendimentos anteriores.

Porém, com a edição da Lei nº 9.317/96, ficou vedada, expressamente, a inclusão do representante comercial no benefício do Simples, como se vê em seu art. 9º XIII:

“Art. 9º Não poderá optar pelo Simples a pessoa jurídica:

XIII – que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida”.

O representante comercial é um profissional que se dedica à mediação de negócios mercantis, e tem sua profissão regulamentada por lei que não lhe exige habilitação técnica, basta que tenha vocação para o comércio para tomar-se um representante comercial. A sua imensa maioria é composta por pequenas empresas familiares, as quais têm como sócios marido e mulher e um ínfimo capital. Além de pagar os impostos federais, paga também o ISS para as prefeituras municipais.

Dessa forma contamos com o apoio dos nossos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei por ser medida de inteira justiça.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2003. – Senador **Leonel Pavan**.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA*

LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 9º Não poderá optar pelo Simples, a pessoa jurídica:

XIII – que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida; (Vide Lei nº 10.034, de 24-10-2000)

*(À Comissão de Assuntos Econômicos
– decisão terminativa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência chama a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para comunicar que, não tendo havido acordo entre as diversas Lideranças para a apreciação do Item 1, fica sobrestada a pauta da Ordem do Dia de hoje.

São as seguintes as matérias sobrestadas:

– 1 –

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 9, DE 2003**

(Proveniente da Medida Provisória nº 94, de 2002)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2003, que reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, dá nova redação à Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 94, de 2002, tendo

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), 1º pronunciamento: preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, nos termos de Projeto de Lei de Conversão que oferece, e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada perante aquela Comissão; 2º pronunciamento: reitereando a aprovação do Projeto de Lei de Conversão, com alterações que promove.

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2003
(Proveniente da Medida Provisória nº 103, de 2003)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 103, de 2003, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 1 a 3, 12, 13, 15 a 19, 21 a 37, 55, 56, 67 e 68, parcialmente às de nºs 11 e 68, nos termos de Projeto de Lei de Conversão que oferece, com duas emendas de redação, que apresenta; pela rejeição das Emendas de nºs 4 a 10, 14, 20, 54, 57 e 58; e pela inconstitucionalidade das de nºs 38 a 53, 59 a 66 e 69.

– 3 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 104, DE 2003
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 104, de 2003, que revoga o art. 374 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (dispõe sobre a com-

penção de dívidas fiscais e parafiscais), tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Wilson Santiago (PMDB-PB), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, nos termos de Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2003, e contrário às Emendas nºs 1 e 2, apresentadas perante a Comissão Mista. O Plenário daquela Casa, no entanto, rejeitou o Projeto de Lei de Conversão e as emendas, aprovando o texto original da Medida Provisória.

– 4 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 101, DE 2002
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 101, de 2002, que dispõe sobre a contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para Seguridade Social - COFINS devidas pelas sociedades cooperativas em geral, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado André de Paula (PFL-PE), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 19, apresentadas perante a Comissão Mista; ainda, pela inadequação orçamentária e financeiras das Emendas nºs 1 a 9 e 12 a 19.

– 5 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 11, DE 2003
(Proveniente da Medida Provisória nº 107, de 2003)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2003, que altera a legislação tributária, dispõe sobre par-

celamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 107, de 2003, tendo

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Professor Luizinho (PT-SP), 1º pronunciamento: preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 3, 15, 25 e 69, nos termos de Projeto de Lei de Conversão que oferece, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4 a 14, 16 a 24, 26 a 68, 70 a 80 e 81, apresentadas perante aquela Comissão; 2º pronunciamento: reiterando a apresentação do Projeto de Lei de Conversão, com alterações que promove.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 1999

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito), tendo

Parecer favorável, sob nº 161, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Íris Rezende.

– 7 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2001

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2001 (nº 1.676/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 241, de 2003, da Comissão Diretora, Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos, oferecendo a redação do vencido.

– 8 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2000 (nº 2.308/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre a divulgação, através da Internet, dos dados e informações relativos a licitações realizadas pelos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em todos os níveis da administração pública, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 208, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, com Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 9 –

REQUERIMENTO Nº 188, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 188, de 2003, do Senador Álvaro Dias e outros senhores Senadores, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda a remessa do Relatório Final do Banco Central do Brasil sobre as causas que levaram ao saneamento financeiro, intervenção e consequente privatização do Banco do Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 341, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra à nobre Senadora Iris de Araújo, do PMDB do Estado de Goiás.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Informo a V. Exª que solicitei a inscrição para falar, como Líder, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª tem razão, Senador Almeida Lima, a Mesa registrou seu pedido.

Tendo o Senador Jefferson Péres usado da palavra antes da Ordem do Dia, V. Exª está devidamente inscrito para falar após os demais Líderes, dentro da ordem de inscrição.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de fazer o pronunciamento preparado para esta tarde, sinto a necessidade de prestar uma homenagem a profissionais de especial importância para este País.

Hoje, além do aniversário da Abolição, comemora-se o Dia do Zootecnista. Gostaria de parabenizar todos os profissionais da área, ressaltando a importância da profissão para uma Nação que tem a produção agropecuária como elemento estratégico para o fortalecimento de sua economia e para seu desenvolvimento sustentável.

Quero, em particular, congratular-me com os 580 profissionais zootecnistas registrados no Conselho Regional de Medicina Veterinária e Zootecnia do meu Estado e os 1.200 graduandos dos cursos de Zootecnia espalhados por Goiás.

Devemos salientar o papel do zootecnista, que tem como principal atividade o desenvolvimento de biotecnologias que aprimoram a produção animal e a atuação em toda a cadeia do agronegócio, buscando aumento de produtividade para alimentos de origem animal.

O profissional zootecnista dedica-se à criação e melhoramento de raças animais que interessam diretamente aos homens, objetivando o desenvolvimento de técnicas de exploração econômica dos rebanhos e a viabilização de sua produção. Pode ainda atuar na organização de empresas rurais, na extensão rural, no planejamento, direção e realização de experimentos em instituições de ensino e pesquisa que tenham como objetivo o aperfeiçoamento da produção de animais domésticos.

A Zootecnia envolve o processo de produção dos animais de interesse econômico e social. É preciso ressaltar que está havendo evolução nos indicadores de produção e produtividade dos animais pela ação direta dos zootecnistas. A busca de alternativas de produção pecuária tem sido o foco de atuação desses profissionais, e, cada vez mais, a profissão tem tido relevante papel na qualidade dos produtos animais, com as características adequadas aos mais diferentes mercados consumidores.

Minhas homenagens, portanto, aos zootecnistas brasileiros, mulheres e homens que ajudam a construir um Brasil próspero, que buscam competência e almejam uma sociedade melhor!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria também de chamar a atenção para um fato que certa-

mente todos os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras têm conferido ao longo de suas vidas. Em nossa vida, saímos de nossas casas, vamos a supermercados, vamos ao banco, enfim, somos cidadãos comuns, independente de estarmos no Senado, usando esta tribuna. Tenho verificado – e acredito que isso aconteça com todos os Senadores e Senadoras – que, hoje, o assunto de todas as rodas no País diz respeito à reforma da Previdência e à reforma tributária. As pessoas fazem, de certa forma, uma queixa quanto ao que se passa em sua vida pessoal. Por diversas vezes, tenho recebido pessoas da terceira idade que estão preocupadas com a situação dos inativos. Temos recebido pessoas jovens ainda que trabalharam uma vida toda, chegaram à idade de aposentadoria e hoje manifestam uma preocupação em relação à extensão do tempo de aposentadoria, de acordo com o projeto apresentado pelo Governo para debate.

Meu pronunciamento diz respeito exatamente a esse ponto. Percebemos, Senador Ramez Tebet, que as pessoas se preocupam com relação às reformas. Como não poderia deixar de ser – isto é normal –, cada pessoa se preocupa com o que lhe diz respeito naquele momento.

Achei por bem preparar um pronunciamento que chame a atenção das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores para o momento que estamos vivendo, que é de muita responsabilidade, pois, afinal, somos condutores dos anseios da população. Participamos de uma estrutura política, de um complexo político, que engloba o Senado – e aqui temos a função de legislar – e o Governo, que determina as políticas. E, neste momento, o Governo envia ao Congresso um projeto como esse.

Espero poder contribuir com este pronunciamento, não chamando a atenção em nível de consciência, porque temos certeza de que a temos muito bem formada, pelos anos de luta, de trabalho. Temos consciência política não só como candidatos, mas também como eleitores desta Nação.

Está claro para a sociedade brasileira que a maior contribuição que o Congresso Nacional pode dar neste momento, sem dúvida, é lançar-se ao debate democrático, aberto, livre e transparente a respeito do futuro possível de ser construído agora a partir da nossa disposição de realmente criar um novo modelo de desenvolvimento para o nosso País.

A supremacia do chamado capital financeiro criou uma camisa-de-força que vem, ao longo dos anos, asfixiando as possibilidades de expansão do processo produtivo brasileiro, com conseqüências especialmente desastrosas no que diz respeito à geração de

novos postos de trabalho. Os índices de desemprego, que já atingem a inaceitável marca dos 20%, são o reflexo mais dramático desse modelo de gestão que perdura e quer continuar se reproduzindo às custas do sofrimento do povo.

Está claro que é preciso dar um basta a essa situação, por si só aflitiva, angustiante, porque envolve a sobrevivência de mais de 75 milhões de brasileiros literalmente excluídos das condições mínimas e indispensáveis ao seu bem-estar e ao exercício de sua plena cidadania.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o debate a respeito das reformas precisa ser compreendido a partir do imperativo de mudar o curso dos acontecimentos e de efetivamente oferecer instrumentos técnicos necessários à concepção de uma nova etapa da vida nacional, em que possam ser abertos os caminhos que devolvam ao Estado sua condição de agente fomentador do desenvolvimento e não de eterno administrador de crises.

Chegamos, sem nenhum exagero, a uma encruzilhada. É preciso ter o imprescindível espírito patriótico e irretocável amor ao País na hora de dar o passo decisivo que pode nos conduzir a um foco de luz e de esperança ou, efetivamente, transportar-nos para a escuridão sem fim.

Não há nenhum exagero nessa constatação, Sr. Presidente, porque os dados objetivos a respeito dos sistemas previdenciário e tributário do País apontam para a perspectiva da quebradeira e do caos, caso não sejam tomadas medidas realmente rígidas e absolutamente necessárias. Em um cenário de exaustão como esse, diagnosticado por todos os especialistas e estudiosos dos problemas nacionais, com certeza, cada um de nós será convocado a fazer um sacrifício pessoal, a dar a sua cota de contribuição, para que não seja inviabilizada toda uma estrutura responsável pela vida de milhares de cidadãos.

Precisamos verdadeiramente de um choque de realidade. Por força de contingências históricas, a nossa geração acabará sendo forçada a carregar nas costas o fardo e a terrível herança de décadas e décadas de procedimentos que viciaram o organismo do Estado e que agora chega ao seu estágio terminal, que só pode mesmo ser revertido por meio de um receituário por si só amargo.

Falo unicamente como uma cidadã preocupada com o destino do seu País. Pretendo que esta minha manifestação, espontânea e sincera, possa, quem sabe, motivar as Sr^{as} e os Srs. Senadores a um comportamento diferenciado desta rotina vigente na nossa política. Ou seja, refugar aquelas práticas secula-

res de não aceitar o que é necessário ser feito em função das repercussões na imprensa ou em virtude de perspectivas eleitorais. Se formos analisar um a um os itens dos projetos das reformas previdenciária e tributária encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, chegaremos a simples conclusão de que todos, literalmente todos, são impopulares. Isto é, ferem interesses, retiram direitos, punem setores da sociedade e trazem perdas a segmentos diversos.

Mas será que um Governo que deseja manter os seus índices de aceitação na sociedade proporia essas medidas apenas pelo prazer de se indispor com setores da comunidade que serão atingidos? A lógica e a razão indicam que não.

Os procedimentos que chegam à análise do Congresso Nacional somente podem ser encarados como o último e imprescindível recurso para debelar o monstro da insolvência financeira e, em futuro próximo, devolver a estabilidade e o crescimento a uma nação castigada e sofrida, mas que não desiste da luta e persevera.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, se nada for feito, o déficit na previdência chegará a um tal patamar que não será possível depositar a aposentadoria dos nossos idosos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Iris de Araújo, eu gostaria de participar do seu pronunciamento.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois, não, Senador Mão Santa, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Atentamente, estamos ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a, arrebatados por ele e pela sua presença que sempre encanta todos os brasileiros, como mulher, política ímpar. Mas, ao lado dos aplausos, quando V. Ex^a se preocupa com o desemprego, que é o mal maior deste País, eu gostaria de dizer que essas reformas não são tão fáceis de serem implementadas. Maquiavel, em seu livro “O Príncipe”, dizia que todas as reformas são muito complicadas. Atentai bem, porque, primeiro, elas retiram privilégios de alguns. Ninguém quer perder privilégios, vantagens. Digo mais, se porventura trouxer vantagem, aqueles que a tiverem não acreditam que isso possa acontecer. Então, quem defende reforma não tem muito apoio, não. Reforma é difícil, é complicado. Mas podemos acreditar que vai ocorrer porque o Presidente da República tem o apoio não de “O Príncipe”, de Maquiavel, mas de “O Pequeno Príncipe”, de Antoine de Saint-Exupéry*, que diz: “Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cati-

vas.” E ele cativou o povo do Brasil, pela maneira afável e sincera com que está governando. Mas é difícil. Eu gostaria de acrescentar ao seu belo pronunciamento palavras de John Fitzgerald Kennedy: “Tenho que enfrentar uma nova fronteira e, para isso, preciso de muita coragem, inovação e invenção”. E foi mais longe ao dizer: “Se nós, a elite, os poderosos, não olharmos para os muitos que sofrem, os pequenos, humildes, necessitados, essa sociedade livre perecerá”. Essas são as nossas preocupações. Orgulhoso estou de usar da palavra, quando V. Ex^a traduz a grandeza do PMDB, com sua presença de liderança feminina. Aproveito hoje, 13 de maio, Dia da Libertação dos Escravos, para lançarmos a candidatura de V. Ex^a à Prefeitura de Goiânia. Merece ser apoiada pelo nosso Partido, pelo povo. Confiamos na vitória das mulheres brasileiras, que tão bem V. Ex^a representa!

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Senador Mão Santa, só me resta agradecer e dizer que o aparte de V. Ex^a apenas abrilhanta o meu pronunciamento no que diz respeito às reformas. Com relação à outra parte, levo em consideração o seu entusiasmo como companheiro de partido de longa data e certamente movido por isto fez esse aparte. Mas eu gostaria de acrescentar, Senador Mão Santa, que V. Ex^a tem razão ao dizer das dificuldades, aqui no Congresso, representantes que somos do povo brasileiro, para a aprovação das reformas. Mas observo que se nós políticos não mostrarmos a nossa face e dizer ao povo brasileiro que também queremos assumir esta responsabilidade de mudar a vida da maioria que sofre, não poderemos ser chamados de representante do povo brasileiro. Teremos que ser corajosos, e o projeto do Governo veio à apreciação do Congresso, que logicamente irá discuti-lo e aperfeiçoá-lo antes de votá-lo.

Continuando, eu gostaria de acrescentar que é claro não foi o povo brasileiro que fabricou a situação absurda que vivemos hoje. Os culpados são os gestores inescrupulosos que não quiseram enfrentar os fatos de frente e deixaram o barco à deriva. Mas, nem por isso, vamos fugir a nossa obrigação cívica de colaborar e fazer alguma coisa para pelo menos estancar esta sangria.

Sim, Senador Mão Santa, há justos que pagam pelos pecadores e estamos diante de uma experiência assim. Décadas e décadas se passaram sem que nenhum governante tivesse a coragem patriótica de pelo menos propor ao Congresso Nacional alternativas capazes de impedir a propagação da falência. Como legisladores, diante do pacote de leis que chega para nossa análise, só nos resta curvar diante dos

fatos reais e tentar contribuir da melhor forma, porque esse é o nosso dever.

Assim, Sr. Presidente, se pudermos fugir aos holofotes da mídia agora, tanto melhor para o País, tanto melhor para o nosso povo.

O Brasil, neste momento, requer-nos sacrifício, aqui compreendido como um gesto de nobreza. Aqueles que doam um pouco de si para a Pátria, com certeza, serão recompensados mais à frente, quando a Nação novamente retomar o ciclo do crescimento, quando as empresas voltarem a oferecer oportunidades aos nossos trabalhadores, quando a alegria brilhar nos lares de milhares de pais e mães de família, que hoje choram diante de pratos vazios.

O que está em jogo não é uma reforma fria e burocrática, porque estaremos aqui lutando para aperfeiçoá-la, mas a primeira oportunidade real de modificar a rota dos acontecimentos e de fazer a coisa certa, mesmo que por caminhos tortuosos.

Se fosse pela nossa vontade pessoal, jamais admitiríamos as medidas contidas nas propostas de reforma. Mas e aí? Cruzaríamos os braços e deixaríamos o País à deriva? Certamente não é essa a nossa missão.

A nossa tarefa é fazer tudo o que for possível para, pelo menos, diminuir as gritantes desigualdades e o inaceitável quadro de exclusão que hoje já envolve 45% dos brasileiros, mesmo o País produzindo anualmente quase US\$600 bilhões e colocando-se entre as 12 maiores economias do Planeta.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – V. Ex^a permite-me um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não, Excelência.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Eu aguardava uma oportunidade para apartear V. Ex^a e dizer que as reformas que tramitam inicialmente na Câmara dos Deputados, mas que são do conhecimento de todos nós, sem dúvida alguma, caso não recebam a contribuição modificadora do Congresso Nacional não nos deixarão chegar aonde precisamos e almejamos. É impensado e inadmissível deixar que a solução para a Previdência nacional recaia sobre os inativos. É impossível aceitar que a reforma tributária sacrifique, cada vez mais, as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, que V. Ex^a representa como Senadora do Estado de Goiás. Na última sexta-feira, ouvi uma entrevista do Senador Duciomar Costa, do Estado do Pará, que mostrou, de forma clara e muito evidente, como hoje é praticada a política tributária e como ela está prevista nessa proposta de reforma que vem

exatamente para manter a situação. Outro dia, chamei a atenção das Lideranças políticas dessas três regiões ainda subdesenvolvidas para não se entregarem à possível política do ditado “é dando que se recebe” para a resolução de questões e problemas circunstanciais em seus Estados, em troca da aprovação de projetos, porque, sem dúvida alguma, motivarão mais cem anos de subdesenvolvimento. A proposta contida na reforma tributária não contempla a diminuição das desigualdades regionais. Mais ainda, não traz avanços nem mesmo do ponto de vista político, social, econômico, ético e moral, pois não abrange uma proposta de melhor divisão da receita nacional. Além disso, permite que o Congresso Nacional continue, por ocasião das votações das leis orçamentárias, utilizando-se de emendas orçamentárias para Estados e Municípios. Dessa forma, o Governo Federal não estará liberando recursos para atender suas reais necessidades, mas para contemplar interesses de ordem político-eleitoral. Permite-se assim que se continue praticando a corrupção, de que todos temos conhecimento, e que o Congresso Nacional, por suas Casas, pelos relatórios conclusivos de Comissões Parlamentares de Inquérito, já identificou. Portanto, que ela venha de forma moderna e que avance na perspectiva de uma divisão de recursos tributários que permitam à União fazer o rateio de verbas não, por favor, e sim, por determinação constitucional; que Estados e Municípios não tenham a necessidade de vir a Brasília, com pires nas mãos, pleitear recursos, quando deveriam recebê-los por força de lei e não por vontade do Presidente de plantão. Muito obrigado pelo aparte a V. Ex^a.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço, nobre Senador, a oportunidade do aparte, até porque ele corrobora realmente aquilo que eu estava dizendo. Não me detive a examinar nenhum ponto da reforma. Apenas disse que, perante a opinião pública, seriam impopulares, difíceis de se analisarem todos esses pontos. Logicamente, cada pessoa traz o seu sentimento em relação ao prejuízo que vai ter diante desses temas que já estão sendo discutidos pela imprensa.

Mas o que quero levar à consideração das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, e o aparte de V. Ex^a aborda isso muito bem, com lucidez e competência, é que temos que dar uma chance às reformas, porque elas podem abrir as avenidas de uma nova concepção de desenvolvimento que dê um basta à ditadura do capital financeiro e canalize o que existir de melhor no País para o processo produtivo, que gera trabalho e renda,

Srs. Senadores. É isso que o povo brasileiro está realmente a precisar.

É preciso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acreditar no Brasil, na sua capacidade de superar os problemas, na sua imensa potencialidade. Precisamos acreditar na grandiosidade do nosso povo que, certamente, será o beneficiário maior das medidas que corajosamente adotarmos em favor do Brasil. É preciso mais ainda: que nós, legisladores, acreditemos na nossa capacidade, ao examinar essas reformas, de corrigi-las, de lutar por elas para que, aperfeiçoadas, elas digam respeito à necessidade de todo o povo brasileiro.

Muito obrigada.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso da Sra. Íris de Araújo, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr^{as} e Srs. Senadores, lerei a lista dos inscritos para falar pelas Lideranças: Eduardo Siqueira Campos, pelo PSDB; Almeida Lima, pelo PDT; Ramez Tebet, pelo PMDB; João Alberto Capiberibe, pelo PSB; João Batista Motta, pelo PPS; Ana Júlia Carepa, pelo PT.

Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos. V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois assuntos me trazem à tribuna hoje usando o horário da Liderança do meu Partido, o PSDB.

Primeiro, quando ontem fiz uso da palavra comuniquei a estranheza e a insatisfação da Bancada, do Governo e do povo tocantinense em virtude da omissão grave do Executivo, que não incluiu o Governador Marcelo Miranda na reunião dos Governadores da região Norte. E disse que, a partir daquela data, os oito Deputados Federais e os três Senadores estariam em obstrução até que o fato fosse devidamente esclarecido.

Com a mesma veemência com que ontem trouxe a esta tribuna o protesto do povo tocantinense, hoje trago o esclarecimento. Esta não é a primeira vez que registro desta tribuna que a melhor forma de corrigir um erro é assumi-lo, pedir desculpas e sanar o mal, principalmente, dirigindo-se àqueles que se sentiram atingidos.

Digo isso especialmente ao querido povo do Tocantins, o mais novo Estado da Federação, o caçula dos Estados e integrante da região Norte por destinação da Assembléia Nacional Constituinte, pelo trabalho árduo do então Constituinte Deputado Siqueira Campos, de quem tenho a honra e o privilégio de ser filho, amado pelo povo do nosso Estado.

Ontem o Governador Marcelo Miranda veio a Brasília a chamado do Ministro José Dirceu, recebeu as explicações de S. Ex^a e, ato contínuo, foi conduzido ao Gabinete do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, quero recordar aqui o que ocorreu quando veio a esta Casa o Sr. José Graziano. Perante os Senadores da República, S. Ex^a teve a humildade de pedir desculpas a esta Casa pela sua infelicidade de ter dito aquela frase que tanta repercussão teve no Congresso e na imprensa brasileira.

Não é com surpresa, Sr. Presidente, que digo aos meus irmãos tocaninenses e ao Senado da República, a quem levei o meu protesto, que com a mesma humildade que lhe é peculiar, com a mesma simpatia, com o mesmo carinho que tem para com o meu Estado, Sua Excelência o Presidente da República disse ao Governador Marcelo Miranda: "Foi um erro!" Talvez um erro de comunicação entre a Casa Civil e a Presidência da República ou entre a Casa Civil e o Estado em tela, governado pelo querido Governador Jorge Viana, com quem temos as melhores relações. Como Senador da República, vim a esta tribuna, ainda no mandato de Fernando Henrique Cardoso, para elogiar ações do Governo do Acre, para destacar artigos e transcrever para os Anais da Casa feitos, que comemorava como brasileiro, promovidos pelo então Governador Jorge Viana. Sabia que do anfitrião e organizador daquele encontro, amigo do povo tocaninense, não partiria discriminação alguma. Foi um equívoco, um lamentável equívoco!

O que o Presidente da República fez ao Governador Marcelo Miranda fez também ao povo do Estado do Tocantins. Foi carinhoso. Foi atencioso. Com a humildade, o cidadão Luiz Inácio Lula da Silva disse ao Governador Marcelo Miranda: "Governador, pedirei a José Dirceu que, em missão precursora, vá ao Estado do Tocantins, a fim de que o povo se sinta homenageado. E marcarei, eu mesmo, uma ida, como Presidente da República, ao Estado do Tocantins".

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – V. Ex^a permite-me um aparte, nobre Senador Eduardo Siqueira Campos?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Pois não, Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Eduardo Siqueira Campos, penso que não foi propriamente um erro nem um equívoco; foi um reconhecimento da valorosa Bancada do Tocantins, que desde ontem, tendo à frente V. Ex^a, fez sucessivos pronunciamentos protestando contra o esquecimento do Governador. Quem possui uma Bancada como a de V. Ex^a não pode ser esquecido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço, Senador Garibaldi Alves Filho. V. Ex^a testemunhou ontem meu pronunciamento.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a permite-me breve aparte, Senador Eduardo Siqueira Campos?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Em seguida, Senador Tião Viana, com muita alegria.

Sou mesmo assim, Sr. Presidente. Falo com veemência, com ênfase, sempre lembrando aquela passagem do pai de todos os advogados, Cícero, que foi procurado por um cidadão, tarde da noite, o qual afirmou:

– "Dizem que o senhor é o melhor de todos os advogados. Fui caluniado. Estou tranqüilo, estou sereno, mas fui difamado e quero o serviço de um bom advogado".

– Cícero disse: "Não. A sua causa eu não pego".

– "Mas como? Fui caluniado!" É uma infâmia o que disseram contra mim!"

– Cícero disse: "Ah, agora, sim, sinto-me diante de um homem que foi caluniado, difamado. Agora posso ser seu advogado".

Sr. Presidente, eu me acostumei a procurar ser justo quando faço uso da palavra, sabendo que tenho o peso da responsabilidade de representar o meu Estado. Nós temos as diferenças político-partidárias, mas eu fui, talvez, o primeiro a vir a esta tribuna e dizer que me sentia em condições de votar as reformas como foram apresentadas, sem abrir mão do debate, da intensa discussão e até das mudanças nas emendas oferecidas, quando, naquela tarde memorável, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve nesta Casa com os Governadores, entre os quais estava o Governador Marcelo Miranda, que sempre esteve presente em todos os encontros promovidos pelo Presidente, para entregar as reformas. Eu disse que me sentia em condições de votar essas reformas. Mas, ontem, não vi outro caminho senão pedir o socorro dos meus Pares e vir à tribuna do Senado para manifestar o que estava ocorrendo nas ruas de Palmas, Araguaína e de todo o meu Estado do Tocantins:

a profunda indignação do nosso povo contra o esquecimento. Os tocantinenses se revoltaram ao verem reunidos os Governadores da região Norte e nós, o Estado tido como solução, como modelo, como proposta de reordenamento da população no território nacional, constatarmos que fomos esquecidos daquela forma.

Sr. Presidente, considero o episódio encerrado; apenas farei uma observação antes de ouvir o Líder Tião Viana. Foram criados grupos de trabalho naquela reunião para discutir o desenvolvimento estratégico. É preciso que imediatamente se inclua o nome do Governador, que veio a todas as reuniões promovidas pelo Presidente, nesses grupos de trabalho. A imprensa noticiou liberação de recursos. É preciso incluir aí o Tocantins e as prioridades do Governador Marcelo Miranda, para que o nosso povo seja também atendido.

Finalmente, Sr. Presidente, aguardaremos a ida do Ministro José Dirceu, a quem devo fazer justiça. A mesma humildade, o mesmo carinho que teve o Presidente da República com o Governador Marcelo Miranda, também teve o Ministro Chefe da Casa Civil José Dirceu. Dou o episódio por esclarecido. Aguardarei, em consequência da ausência do nosso Governador, as medidas reparadoras e a inclusão do Governador Marcelo Miranda nos grupos de trabalho, em todas as demais discussões, em tudo o que mais houve, já que aqui foi anunciado por tantos Senadores o quanto foi importante. Que o Governador Marcelo Miranda tenha a oportunidade de, nesses encontros regionais – e comemoro a execução desses fóruns –, também estar presente.

Ouçõ o Senador Tião Viana, Líder do PT.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Eduardo Siqueira Campos, é muito importante podermos conviver com uma análise crítica correta, fundamentada e ao mesmo tempo inquestionável, como a que V. Ex^a fez sobre a falta do envolvimento do Estado de Tocantins no encontro dos Governadores no Estado do Acre. Acredito plenamente que a justificativa do equívoco se deu pela interpretação geopolítica que temos na região. Historicamente, a interpretação que todo o povo da Amazônia tem é que o Tocantins é um Estado mais identificado no seu componente histórico e geopolítico com o Centro-Oeste. E sabemos que tendo em vista a localização é um Estado nosso, é um Estado-irmão e membro efetivo da região Norte. A tese que se desenvolveu foi instar os Governadores para o grande debate amazônico em si. Houve uma falha na condução, na concepção do encontro. Acredito que V. Ex^a é merecedor de to-

dos os pedidos de desculpas, juntamente com seu Estado. Não foi intencional, foi apenas uma concepção de organização e da tese a ser debatida. E a única maneira que temos para corrigir esse episódio é a extensão do Tocantins na definição e edificação do projeto estratégico para a região. Acredito que isso vá ser feito imediatamente. O Governador Jorge Viana se encontra no Panamá, mas, ao chegar, vai imediatamente agir com outros Governadores na retificação desse problema. E saiba V. Ex^a que nos é imprescindível e só nos engrandece a presença do Estado do Tocantins como Estado irmão e que construa a realidade da Amazônia com os olhos do amanhã, que nós, V. Ex^a e seu Estado todo temos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço, Líder Tião Viana. Certamente o povo do Tocantins, por meio da **TV Senado** e dos registros dos Anais desta Casa, sente-se também reconfortado com as palavras de V. Ex^a, que, dentre outras características de um grande líder, traz a vantagem de ser também bastante humilde e dedicado às boas causas.

Muito obrigado a V. Ex^a, em nome do povo do nosso Estado.

Sr. Presidente, o segundo tema que me trouxe a esta tribuna é noticiar a esta Casa um feito que vamos dividir e comemorar com a Mesa Diretora, agora sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, nosso 1^o Secretário, com o nosso Presidente José Sarney, e estendo aos demais membros da Mesa e, principalmente aos nossos funcionários, ao Dr. Agaciel, ao Dr. Carreiro, a todos os nossos servidores que nos auxiliam nos trabalhos desta Casa.

O Senado completou 180 anos de existência no último dia 6 de maio. Hoje, é modelo para os Senados da América Latina. Tendo em mente o disposto no art. 52 da Constituição Federal, que estabelece, dentre outras atribuições desta Casa, dar ampla divulgação as suas atividades legislativas, buscando assim aumentar o relacionamento de transparência e de parceria com a sociedade, à qual temos o privilégio de servir, é que, com essa satisfação e como membro da Mesa, anuncio a conquista, por parte do Senado da República, do nosso **site**, mais notadamente do **site** de política. A imprensa atribuiu o Prêmio Academia iBest 2003, na categoria de política, para o **site** do Senado Federal.

Sr. Presidente, isso dá uma demonstração da competência, da qualidade principalmente. E tendo em vista ser hoje a **Internet** um dos meios de pesquisa mais utilizados pelo Brasil inteiro, o Senado coloca

à disposição da opinião pública nacional o **site** de sua página política, de qualidade reconhecida pela imprensa nacional, que atribui este Prêmio para o nosso **site** do Senado Federal.

Quero aqui, Sr. Presidente, destacar a afirmação do nosso Diretor-Geral, Dr. Agaciel Maia, que “a busca da excelência deve ser perseguida em todas as áreas e que este Prêmio consagra o excelente trabalho que vêm desempenhando os servidores desta Casa, ao criarem e manterem uma página na Internet que é dinâmica, atual e eficiente, consolidando a instrução do nosso Presidente José Sarney de estreitar crescentemente os laços de parceria com a nossa sociedade.”

Portanto, gostaria de parabenizar todos os servidores do Prodasen, o jornalista Armando Rollemberg, toda a área de Comunicação Social do nosso Senado, especialmente o nosso Diretor-Geral, Dr. Agaciel Maia, e particularmente V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, que, para orgulho de todos nós, é o nosso 1º Secretário, responsável por essas ações no Senado Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hoje, Senador Eduardo Siqueira Campos, durante a reunião da Mesa Diretora, o Presidente da Casa, Senador José Sarney, o Dr. Agaciel e o Secretário-Geral, Sr. Raimundo Carreiro, comunicaram-nos a premiação que o Senado recebeu de melhor **site** político, à disposição dos internautas. De forma que a Mesa se sentiu feliz. Hoje ainda disse ao Dr. Agaciel que temos de preparar uma homenagem especial àqueles que elaboram essa página.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Almeida Lima, pela Liderança do PDT.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, na última semana, foi lido neste plenário um requerimento de nossa autoria que propõe a criação de uma comissão temporária interna, composta de 11 membros e igual número de suplentes, para, no prazo de 1 ano a contar da data de sua criação, estudar a reforma da ordem político-eleitoral e partidária e, a partir de suas conclusões, propor alterações sistêmicas.

O Governo, o Congresso, a mídia e a sociedade muito têm falado sobre as reformas da Previdência, das Leis Trabalhistas e da Tributária. Todavia, não podemos deixar em segundo plano a Reforma Política.

A Reforma Política não é apenas necessária, mas inevitável, pois o atual ordenamento legal que rege as questões político-partidárias e eleitorais nada mais é do que uma grande colcha de retalhos, um mosaico de difícil compreensão, ditado por questões pontuais, de momento. Esse quadro se reflete de várias maneiras: quantos eleitores, por exemplo, lembram-se em qual deputado ou senador votou nas últimas eleições? Poucos, pouquíssimos. Essa questão não é fútil. Sua resposta revela mais que o desinteresse do eleitor. Revela o quão pouco ele se sente representado nos parlamentos estaduais e federal.

É certo que algum tipo de reforma político-partidária virá. Porém, não é qualquer tipo de reforma que interessa ao Estado Democrático de Direito. Reformas pontuais – demonstram a experiência – são incapazes de oferecer soluções viáveis no longo prazo.

É preciso, pois, que o Parlamento cumpra o seu papel de promover o debate e de encontrar soluções para o sistema político-partidário e eleitoral do País.

Assim, preocupado com a condução que vem sendo dada à Reforma Político-eleitoral e Partidária ou, melhor dizendo, que não vem sendo dada a ela, estou propondo, por meio do requerimento a que me referi, a instalação de Comissão Temporária Interna, com o objetivo de estudar a Reforma da Ordem Político-partidária e Eleitoral, necessitando da compressão de V. Ex^{as} e do apoio no sentido de que a Presidência desta Casa submeta à deliberação tal requerimento.

Após quase vinte anos de experiência democrática, não há dúvidas quanto às virtudes dessa forma de governo. Não temos, como em outros tempos – e digo isso com satisfação –, grupos que estejam a propor soluções de força e a conspirar contra governos eleitos.

Transparece que nós, brasileiros, estamos convencidos do fato de que a democracia é a única forma de governo capaz de dar conta da administração de uma sociedade extremamente complexa, constituída de grupos que constantemente apresentam interesses diversos e contraditórios.

Conflitos de interesses existem em qualquer tipo de sistema político. No entanto, apenas a democracia é capaz de transformar esses conflitos em energia benéfica para a sociedade.

O canal para isso é o fenômeno tipicamente democrático conhecido como representatividade e ela significa associar, de um lado, a delegação de poder com, de outro, a fiscalização e a transparência de seu exercício.

A representatividade legítima as leis para os cidadãos, pois são elaboradas por aqueles que são considerados como os autênticos representantes do povo.

O processo político-eleitoral e partidário funciona – para usar uma metáfora – como a rede que a sociedade passa em si mesma para escolher aquelas pessoas – homens e mulheres – que são mais aptas para o exercício da representação.

Isso nos conduz à reflexão sobre o tamanho ideal dessa rede ou, para ser mais técnico, quão adequado é o nosso atual sistema representativo e o modo como nele estão configuradas as instituições políticas como, por exemplo, eleições, mandatos e partidos.

Voltando mais uma vez à metáfora, podemos dizer que a nossa rede, o nosso sistema eleitoral e partidário, organizado jurídica e institucionalmente, tem deixado muito a desejar.

Essa constatação não é nova. De muito se ouve no seio da sociedade reclamos quanto à forma de organização de nosso sistema político.

No que tange à formação de nossos Parlamentos, o eixo de nosso sistema tem sido a proporcionalidade com lista aberta. Ao longo das últimas cinco décadas, essa conformação tem sido alterada apenas pontualmente, ou seja, o edifício tem sofrido reformas aqui e lá. Esse modelo de reformas pontuais parece-nos estar esgotado.

Isso acontece porque o modelo de representação política está em descompasso com a sociedade. Esta, ao longo dos últimos 20 ou 30 anos, passou por mudanças substanciais, enquanto o modelo de representação política é, em linhas gerais, o mesmo de 50 anos atrás.

A percepção que temos do problema é clara. A sociedade brasileira precisa, para aproveitar todo o seu potencial dinâmico atual, de um novo sistema de representação política.

Precisamos, pois, de um novo conceito de modelo político e, para materializá-lo, temos de pesquisar sobre o tema, discuti-lo e encontrar caminhos para que a representação política seja um retrato tão fiel quanto possível da sociedade. Assim, ao encontrarmos esse novo conceito, essa nova realidade, estaremos fazendo política, no melhor sentido da palavra, pois estaremos materializando o melhor para a sociedade brasileira.

Tenho a certeza de que esta Casa, auxiliada por pesquisadores, cientistas e pela sociedade civil, será capaz, de tornar, uma vez mais, o Poder Político apto

o suficiente para dar conta da dinâmica e da capacidade de transformação da sociedade brasileira.

Não podemos deixar passar o momento, pois o preço da omissão é tornar o nosso sistema político-partidário e eleitoral ainda mais obsoleto. Como todos sabem, não existe vácuo de poder. Se o Congresso não cumprir a sua missão de ser o representante da sociedade civil, certamente outros atores sociais virão e cumprirão esse papel.

A proposta que faço, por meio do requerimento a que me reporte, alberga não apenas o interesse em evitar a progressiva erosão da legitimidade que se revela nas diversas modalidades de desencantamento com a política que desfilam diariamente ante nossos olhos, mas, também e principalmente, a ambição de construirmos uma sociedade política à altura da sofisticação e da complexidade que têm caracterizado o desenvolvimento material e ideal da sociedade brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o requerimento que apresentei, ainda por deliberar, trata exatamente da possibilidade, aprovado seja, da criação de uma Comissão Temporária no sentido de, durante todo um ano, em seminários permanentes, em discussões largas e aprofundadas, discutirmos com a sociedade brasileira, com os diversos segmentos diretamente envolvidos e interessados, toda uma nova legislação eleitoral e política que venha a estabelecer as condições necessárias, os instrumentos políticos hábeis à promoção da legitimidade como decorrência de um sufrágio universal do exercício da soberania popular, a mais limpa, a mais clara, a mais cristalina possível.

O processo eleitoral e partidário neste País, hoje, não contempla os interesses da sociedade brasileira, qual seja, interesses de termos uma representação política legitimada, escoimada dos vícios que estamos acostumados a presenciar, desde a organização do Poder Judiciário Eleitoral, por meio da legislação eleitoral, de um Código Eleitoral, que tem, pela sua omissão de julgamento, permitido que eleitos de forma indevida e ilegítima passem longo período no exercício do mandato por falta de uma decisão.

É preciso o aprimoramento das instituições e que elas possam refletir as condições necessárias para a legitimação do exercício da soberania popular, estabelecida pelo art. 14 da nossa Constituição Federal por meio de eleições livres, legítimas e periódicas, estabelecendo a verdadeira representação popular e que esta não seja eleita e empossada, trabalhada em contradição ao pensamento daqueles que a conduziram. Muitas vezes, por falta de legislação adequada,

moderna, há eleição de inúmeros representantes que não guardam a legitimidade e a pureza da intenção do exercício da soberania por várias razões. Entre essas razões estão as decorrentes do abuso do poder econômico e político e o uso inadequado das conhecidas e famigeradas pesquisas eleitorais, que, muitas vezes, traçam um quadro completamente diferente daquele que realmente existe no seio do eleitorado. Por falta de legislação que corresponda às necessidades da busca dessa legitimidade, esses abusos existem, influenciando de forma decisiva em pleitos eleitorais, corrompendo a opinião mais pura do eleitorado.

Por essa razão, entendo que, mediante a formação de uma Comissão temporária interna, com prazo de um ano, exatamente para não se pensar em uma reforma eleitoral político-partidária casuística, circunstancial e pontual para a próxima eleição, mas para que, a partir dela, possamos oferecer à Nação brasileira uma legislação eficiente, eficaz, moderna, atual, que corresponda aos anseios da nossa sociedade e ao estágio em que ela se encontra.

Concluo, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedindo o apoio de V. Ex^{as} para que este requerimento possa tramitar e que a sua deliberação seja pela aprovação para a instalação, o quanto antes possível, desta Comissão, para iniciarmos os trabalhos que venham concluir no oferecimento de propostas como as que acabei de referir.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra pela Liderança do PMDB, ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para a região que nós, modestamente, representamos no Senado da República, o Centro-Oeste, ontem foi um dia excepcional. Os Governadores da região foram recepcionados pelo Governador de Goiás, Marconi Perillo, e se reuniram com o Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Ali estavam representadas as quatro Unidades da Federação da região: Goiás; Mato Grosso, pelo Governador Blairo Maggi; Distrito Federal, cujo Governador, Joaquim Roriz, foi representado pela Vice-Governadora, Maria de Lourdes Abadia; e Mato Grosso do Sul, por meio de nosso Governador, José Orcírio dos Santos. Ficou definitivamente decidido que a região Centro-Oeste, a exemplo das regiões Norte e Nordeste, teria a sua Agência de Desenvolvimento.

A notícia é verdadeiramente auspiciosa, porque há muitos anos estamos defendendo nesta Casa a necessidade imperiosa de um órgão, de uma autarquia que viesse realmente fazer o papel que fez a antiga Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco. Fui seu último Presidente, tendo permanecido à frente daquele importante órgão, que prestou grandes serviços à região Centro-Oeste, por quase três anos. Quando assumiu, o ex-Presidente Collor entendeu de extinguir a Sudeco. Sem dúvida nenhuma, quando fez isso, puniu severamente a nossa região. Não perdão o ex-Presidente Collor por ter extinto a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

O Presidente Lula, que tem governado o País com tanta sinceridade, quando esteve em Campo Grande por ocasião da exposição agropecuária, dirigindo-se à classe produtora, aos empresários do meu Estado, a todos os sul-mato-grossenses que ali se encontravam, disse que ia ordenar a criação de uma Agência de Desenvolvimento para o Centro-Oeste. O Centro-Oeste é uma região promissora, possui cerca de R\$100 milhões de hectares próprios para a produção de alimentos – são 100 milhões de hectares agricultáveis! – não possui uma Agência de Desenvolvimento como as regiões Norte e Nordeste. Não tem um Banco de Desenvolvimento! Está-se constituindo em letra morta o dispositivo contido nas Disposições Transitórias da Carta Magna de 1988, que prevê a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Parece-me – quase não tenho dúvida disto – que o sonho acalentado pela região Centro-Oeste de ter a sua Agência de Desenvolvimento nos moldes da ADA – Agência de Desenvolvimento da região Amazônica – e da ADN – Agência de Desenvolvimento do Nordeste – será efetivamente concretizado para o bem da nossa região. As regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste necessitam de políticas de desenvolvimento. É realmente preciso que o Governo, que o Poder Público, impulsione e induza o desenvolvimento dessas três regiões.

Por isso, afirmo que a reunião de ontem foi altamente alvissareira, porque se anunciou para a Nação a disposição firme e – parece-me – irrevogável do Governo Federal de criar a Agência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Essa proposição é muito importante.

Sr. Presidente, fui o último Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da região Centro-Oeste. Portanto, venho à tribuna saudar a criação do projeto e torço para que ele chegue imediatamente ao Congresso. Adotei essa bandeira de luta desde que assumi meu mandato no Senado da Repú-

blica. Sempre lutei pelo desenvolvimento regional. Eu sempre disse que o desenvolvimento do País teria de passar, necessariamente, pelo nosso interior. Sempre lutei para eliminar as desigualdades regionais existentes em nosso País.

Sr. Presidente, quando recebemos notícia como esta, sem dúvida alguma, temos de comparecer à tribuna para saudar o Governo Federal por estar prestes a fazer com que esses entendimentos tornem-se realidade o mais rapidamente possível, a fim de que seja institucionalizada a Agência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Não combina com o Brasil, Sr. Presidente, o título de campeão das desigualdades regionais, de campeão da desigualdade social, de campeão da má distribuição da renda ou da falta de oportunidades.

Está na Câmara dos Deputados – em breve chegará a esta Casa – o projeto de reforma tributária. Tenho dito que esse projeto deve ter em vista o desenvolvimento regional do País. Nós, dessas três regiões, devemos estar atentos, senão os Estados mais ricos da Federação poderão ser os mais beneficiados, em detrimento daqueles que têm potencialidade e precisam de uma ação efetiva do Poder Público para poder corresponder àquilo que podem oferecer em benefício da Nação e de todos os brasileiros.

Na região Centro-Oeste, existe uma lacuna, em decorrência da extinção da Sudeco. Eu me lembro de que, para a criação dos fundos constitucionais – à época, eu estava à frente da Sudeco –, foi preciso que a Bancada do Centro-Oeste se unisse às Bancadas do Norte e do Nordeste para trabalhar em favor da criação dos fundos do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Tantas faixas foram pregadas aqui nos postes de Brasília, nos gramados em frente do Congresso Nacional, com o **slogan** “292 e uma só vontade”, que era a de defender essas regiões. Formou-se, portanto, um bloco constituído de Parlamentares do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para a criação daqueles fundos.

Venho a esta tribuna, portanto, formular votos e até fazer um apelo ao Governo Federal para que envie logo o projeto de lei criando aquilo que está prometido pelo Presidente da República e que foi confirmado ontem na reunião que realizaram os Governadores dos quatro Estados da região Centro-Oeste junto com o Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Senador Ramez Tebet, primeiramente, quero parabenizar-

o Sr. Ramez Tebet, primeiramente, quero parabenizar-lo pela iniciativa de registrar aqui, enfaticamente, a reunião ocorrida ontem, sob o comando do Ministro José Dirceu, com os quatro Governadores da região Centro-Oeste, com a presença do nosso Governador Zeca do PT. Foi um acontecimento histórico. O nosso Estado de Mato Grosso do Sul, a nossa região sofre muito em função da extinção da Sudeco, e V. Ex^a, com muita honra e muito trabalho, comandou e ajudou muito o nosso Estado e a nossa região. Penso que essa notícia vem num momento fundamental para o nosso desenvolvimento. A Agência do Centro-Oeste vem num momento fundamental para nós, que temos agricultura, pecuária, minérios, hidrovias, ferrovias e um meio-ambiente fantástico, representado, principalmente, pela região do Pantanal. Nossas classes produtoras têm eficiência, competência e competitividade. Precisamos da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste para viabilizar a infra-estrutura necessária à garantia da competitividade que já alcançamos. Vejamos o exemplo da soja. Hoje, colhemos 56 sacas por hectare, um valor absolutamente recorde, que mostra a eficiência das nossas classes produtoras. Assim também o milho, o algodão e todo o nosso rebanho, a famosa “carne verde”, o vitelo pantaneiro, que será disputado nos principais mercados mundiais. A Agência do Centro-Oeste nos ajudará, Sr. Senador, primeiro, viabilizando recursos para a infra-estrutura, de forma a facilitar a vida de quem trabalha e produz, gerar empregos e viabilizar o nosso Estado, segundo, sendo parceiro na preparação da nossa mão-de-obra. Precisamos da Agência do Centro-Oeste para preparar o nosso pessoal, qualificar a nossa mão-de-obra, o que também é uma responsabilidade importante da Agência. Em terceiro lugar, também de extrema relevância, ajudará com uma orientação técnica, de tal maneira que os principais interessados tenham acesso às linhas de financiamento. Portanto, Senador Ramez Tebet, parebenizo-o pela iniciativa e por seu registro, pois essa Agência resgatará o grande futuro e nos ajudará, se Deus quiser, a construir, como representantes de Mato Grosso do Sul, um amanhã muito melhor.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Delcídio Amaral, é claro que o aparte de V. Ex^a enriqueceu o meu humilde pronunciamento que é realmente de regozijo, por ser uma luta travada dentro deste Senado, gritando por isso há oito anos.

Quantas vezes ocupei esta tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reclamando por uma agência de desenvolvimento para o nosso Estado, para a nossa região? Nós dois somos de Mato Grosso do Sul. V. Ex^a é de Corumbá, uma cidade rica, que

possui minério em abundância. O potencial mineral de Corumbá é inesgotável. E a siderurgia? E as hidrelétricas prometidas? Tudo isso não está dando certo porque é preciso que o Poder Público induza, seja o condutor, para que possamos aproveitar as potencialidades do nosso Estado.

São vinte e quatro milhões de cabeças de gado que temos no nosso Estado. O couro sai dali praticamente **in natura**. Mato Grosso do Sul não produz, com esse couro, sapatos, cintos ou bolsas! Isso é um absurdo! Como é que vamos responder aos nossos conterrâneos quando perguntam como esse Estado não se industrializa? Sabemos que há um processo de industrialização em Mato Grosso do Sul, mas ele é tênue, é pequenininho perto das grandes potencialidades que temos. O nosso Centro-Oeste está cansado de ouvir falar das nossas riquezas, das belezas do meu Estado mesmo. Fala-se no Pantanal, o Patrimônio da Humanidade. Pantanal, região bonita. Todos querem conhecer. O ecoturismo está em evidência. Mas tudo de forma ainda muito incipiente. O quanto não vai lucrar o nosso Estado com uma agência de desenvolvimento que injete recursos ali, que oriente os empresários nos empreendimentos? Tudo isso é finalidade da Agência de Desenvolvimento. Acredito que o Centro-Oeste tenha direito a tudo isso. Já perdemos muito tempo sem essa Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Pois não, Senador.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Exª está abordando um tema que não é importante apenas para o Centro-Oeste, é importante para o Brasil. Se tivermos uma alavanca como uma agência funcionando a todo vapor no Centro-Oeste, aquela região vai se destacar, e o Brasil vai junto, no progresso daquela região. Então, não só concordo com V. Exª como não entendo o porquê da injustiça de não termos, até hoje, uma Agência do Centro-Oeste. V. Exª foi Ministro, eu fui Ministro, fizemos tudo para ter essa agência, e até hoje não conseguimos que fosse implantada. Mas acredito que agora será. Estou solidário com toda a população do Centro-Oeste. E mais: acredito que V. Exª, como um grande defensor do Centro-Oeste, irá movimentar tudo o que for possível. Conte com um aliado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Ney Suassuna, o aparte de V. Exª comprova meu regozijo e o do Senador Delcídio Amaral. V. Exª, representante da Paraíba, Estado do Nordeste que soube o valor da Sudene para a região e que deseja a sua reativação por intermédio da Agência do Desenvolvimento para o Nordeste, reconhece a importância de

uma agência para impulsionar o desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida da gente brasileira.

O Centro-Oeste possui condições mais do que suficientes para ajudar a solucionar os graves problemas que afligem o País. O Brasil é um País de concentração: concentração de gente, de renda, de complexos industriais. Tudo funciona nos grandes centros. É preciso que isso vá para outras regiões, para o Norte, para o Nordeste, para o Centro-Oeste. É uma luta. Portanto, agradeço o aparte de V. Exª. Sei que V. Exª, em rápida passagem pelo Ministério da Integração Nacional, desejou viabilizar o que deixamos até formalizado, lá. Mas não houve condições.

Tenho que estar alegre, porque, agora, o Presidente da República esteve em meu Estado e disse que seria criada a Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Menos de 60 dias após a visita do Presidente da República, o Ministro-Chefe da Casa Civil reúne-se com os quatro governos da região Centro-Oeste e diz que será inclusive uma autarquia, com recursos próprios, que poderá emprestar a juros consentâneos com o setor produtivo, a fim de que promova o que for necessário para os projetos serem aprovados e viabilizados. Isso é muito importante para nós. Senador Ney Suassuna

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Ramez Tebet, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço o Senador João Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Ramez Tebet, V. Exª tem inteira razão quando fala da necessidade de adensar a cadeia produtiva das ricas matérias-primas de que dispõem o Centro-Oeste, a Amazônia e o Nordeste. E essa reclamação é justa, até porque observamos que o Brasil preserva laços que considero ainda coloniais. Veja o que aconteceu com o café e o cacau, da Bahia. O Brasil, em toda a sua história, foi grande produtor de café e de cacau, mas a cadeia produtiva, os equipamentos para fazer o café foram desenvolvidos pelos italianos. Por que nós, que desenvolvemos essa grande produção, não desenvolvemos, paralelamente, todas as cafeteiras e os aparatos para servir o bom café, na mesa? Da mesma forma, como se explica o fato de dizerem hoje que os suíços têm o melhor chocolate do mundo, se eles nunca plantaram um pé de cacau? Esse adensamento da cadeia produtiva, essa visão do desenvolvimento, que é a visão do desenvolvimento local, que V. Exª está expondo, só pode acontecer se houver indução pelo Estado, se houver políticas públicas dirigidas a processo. E as agências de desenvolvimento, bem conduzidas, bem gerenciadas, em contato permanente com o desejo das comunidades das nossas regiões Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste, são fundamentais. Quero parabenizar V.

Exª e dizer que também estou muito feliz. Daqui a pouco, explicarei por que estou feliz com esse repensar da economia, o repensar dos modelos para o nosso País e para as nossas regiões. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Capiberibe, V. Exª honrou-me muito com seu aparte, que vem confirmar a opinião generalizada de todos quantos estão aqui no Senado da República, que têm obrigação de defender os seus Estados. O Poder Público tem obrigação de induzir, de impulsionar esse desenvolvimento. E o instrumento para isso são essas agências de desenvolvimento, que precisam realmente ser bem administradas, bem tocadas. E espero que isso vá acontecer.

O Sr. Eurípedes Camargo (Bloco/PT – DF) – Senador Ramez Tebet, V. Exª faz um vibrante discurso, baseado no acúmulo de experiência adquirida ao longo da sua trajetória política. E, com muita propriedade, defende a importância dessa agência para a nossa região Centro-Oeste, que traz o desenvolvimento. Eu não poderia deixar de, neste momento, expressar a alegria de estar participando deste debate e da defesa que V. Exª faz com tanta competência, com tanta experiência. Solidarizo-me com o pensamento de V. Exª sobre a importância dessa agência. Agradeço a oportunidade deste aparte, parabenizando-o pelo seu brilhante discurso.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Eurípedes Camargo, a palavra de V. Exª é a palavra do Distrito Federal, que anseia pela criação dessa agência também. Fico feliz em receber o aparte de V. Exª e também essa opinião do Senado, manifestada aqui pela voz de Senadores da nossa região e de outros que, apesar de não pertencerem à região Centro-Oeste, honraram-me com seus apartes, comunicando deste mesmo ideal, desta mesma vontade e reconhecendo a necessidade da nossa região. Formulo votos de que esses apartes ecoem rapidamente na Casa Civil, no Ministério da Integração Nacional. Que possamos transformar em realidade, o mais urgentemente possível, o que ontem ficou praticamente decidido.

Recordo-me de que há muitas promessas para nós, meu caro Senador. Na visita feita pelo Presidente Lula ao meu Estado, Sua Excelência muito agradou aos pecuaristas e aos empresários ao prometer a criação de um centro tecnológico do couro, visando ao aproveitamento e melhoria da qualidade daquele produto de Mato Grosso do Sul e – também podemos dizer – do Brasil. Lá, o rebanho compõe-se de 24 milhões de cabeças.

Dessa sorte, fica o registro de quem – volto a repetir –, há oito anos, desde que chegou aqui no Senado, luta para que seja criada essa agência, porque

nunca se conformou com a extinção da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, muito obrigado pela atenção.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador João Alberto Capiberibe, pela Liderança do PSB, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na seqüência do pronunciamento do Senador Ramez Tebet, hoje é um dia de alegria, nesta Casa, para todos que pensam no desenvolvimento do nosso País e que acreditam que o Poder Público tem uma grande responsabilidade na indução desse processo. Pelos discursos ouvidos aqui, imagino que os neoliberais, que julgam que o mercado pode regular nossas vidas, certamente não se congratulariam com a tarde de hoje.

Mas vim aqui para falar da visita do Presidente Lula à Amazônia e de sua reunião com os Governadores, Ministros, lideranças regionais e lideranças da Amazônia. Trata-se de uma visita histórica, construtiva e, sobretudo, comovente. Histórica porque o Presidente Lula, no seu discurso, apresentou um roteiro de discussão para a formulação de um projeto para a Amazônia, em que afirmou e reafirmou a necessidade de um modelo diversificado, múltiplo como é a nossa natureza amazônica e invocou a necessidade de se respeitar a história e a cultura dos povos da Amazônia na construção de modelos econômicos. Comovente, porque estivemos em Xapuri com o Presidente, 15 anos depois da de Chico Mendes.

Sr. Presidente, Chico Mendes e os seringueiros do Acre resistiram à destruição da floresta, à contradição entre o capital e o trabalho, espelhada na relação entre o barracão e o seringueiro, em que o barracão determinava não só o preço da produção do seringueiro, mas também o preço dos víveres necessários à vida do seringueiro na floresta. Tudo isso era determinado pelo barracão, pelo patrão. O seringueiro não tinha acesso ao mercado, ele era um trabalhador cativo.

Mas mesmo essa contradição não foi suficiente para uma mobilização coletiva dos seringueiros. Os seringueiros da Amazônia, principalmente os do Acre, mobilizaram-se no momento em que, alavancados pelas agências de desenvolvimento regional com crédito fácil, se decidiu converter a floresta em pasto.

É aí que os seringueiros de Chico Mendes e de Wilson Pinheiro, mártires da luta pela preservação da mata, conseguem mobilizar-se e impedir que as florestas acreanas sejam completamente destruídas pela conversão, movida mais pelo desconhecimento, pela ignorância das riquezas concentradas na floresta e pela ambição do lucro imediato, do lucro a qualquer custo e de curto prazo.

Sr. Presidente, discutimos um calendário para as atividades sustentáveis da Amazônia, sustentáveis sob o ponto de vista socioambiental e econômico. Devemos definir com clareza o que é sustentabilidade, conceito que se aplica comumente a todas as atividades. Em nosso caso, a sustentabilidade deve contemplar a justiça social e, sobretudo, o respeito à natureza. Ou seja, temos de desenvolver atividades econômicas que sejam justas sob o ponto de vista social e que sejam harmônicas com os recursos naturais. É com isso que se compromete o nosso Governo: o Governo do Presidente Lula.

Há, na Amazônia, algumas experiências que precisam ser consideradas. É claro que a experiência do Acre foi conduzida pelo companheiro Governador Jorge Viana. E contamos no Senado com o Líder do Bloco, Senador Tião Viana, e também com a Senadora Marina Silva, que hoje ocupa o cargo de Ministra do Meio Ambiente. S. Ex^{as} ajudaram a construir a grande vitória que resultou da reunião ocorrida em Rio Branco, no Estado do Acre, que definiu um modelo sustentável para a Amazônia e que conclama todas as forças da região para contribuir e propor que possamos, no Plano Plurianual, o PPA, que vai de 2004 a 2007, contemplar os recursos necessários para dar chance a uma nova construção histórica na Amazônia.

O programa de desenvolvimento sustentável para a Amazônia prevê cinco eixos principais, que já foram citados: a produção sustentável com tecnologias avançadas; o novo padrão de financiamento, até porque vamos revelar alguns dados que me parecem importantes serem de conhecimento das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. Nos últimos dez anos, a Sudam, o Finaf, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica financiaram um montante na ordem de R\$370 bilhões para a Amazônia. Desse montante, 66% foram concentrados nos Estados do Maranhão e Mato Grosso.

Portanto, o programa de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, proposto pelo Presidente Lula, pretende rever e criar novos padrões de financiamentos mais justos e, sobretudo, que contemplem as atividades econômicas sustentáveis do ponto de vista socioambiental.

Um terceiro eixo é a gestão ambiental e o ordenamento territorial. Nesse aspecto, foi levantada a necessidade de ampliar a área de desmatamento nas propriedades da Amazônia. Hoje os proprietários só

podem desmatar até 20% de suas propriedades para conversão em produção agrícola, e pretende-se ampliar essa área de desmatamento.

Tenho dados que mostram quanta terra produtiva inútil temos, isto é, sem utilização em nosso País. No conjunto dos Estados brasileiros, essas áreas não produtivas representam 4,6% dos estabelecimentos agropecuários. Na Amazônia, atinge percentuais mais elevados. No Maranhão, 29,6% das áreas estão totalmente abandonadas e improdutivas; no Mato Grosso, 21%. No Pará, 20% das áreas foram desmatadas, tiveram a natureza destruída, para nada; no Tocantins, 18,9%.

Sr. Presidente, precisamos ter um bom gerenciamento ambiental e um zoneamento econômico-ecológico para que se aproveite com o mínimo de racionalidade as riquezas que temos disponíveis em nosso País. Há potencialidade de riquezas em todo o Brasil e na Amazônia, que está mais intocada, porque suas riquezas ainda estão disponíveis para serem utilizadas. Mas não podemos continuar com o modelo predador, do ponto de vista ambiental, e excludente, do ponto de vista social.

Colaboraremos com esse projeto em construção. Precisamos criar linhas de crédito na Amazônia que contemplem a cadeia produtiva. Imaginem uma floresta, já plantada. Herdamos a floresta amazônica da natureza; ela está plantada. Por que teremos de investir capital e trabalho para derrubar essa floresta e convertê-la em pasto ou em soja se podemos desenvolver atividades econômicas capazes de gerar os empregos necessários para os 22 milhões de habitantes da nossa região?

Vimos o manejo florestal sustentado na terra de Chico Mendes. A morte de Chico Mendes não foi em vão. Há em Xapuri uma indústria de móveis de altíssimo valor agregado, produzidos com madeira resultado de manejo, madeira certificada, numa demonstração clara de que é viável, do ponto de vista econômico, aproveitar com racionalidade a floresta em vez de destruí-la. Chico Mendes e Wilson Pinheiro deram a vida por esse projeto, para preservar e dar uma chance à floresta amazônica de ser utilizada diferentemente. E o Presidente Lula, seus Ministros e os Governadores discutiram exatamente a construção de modelos diversos, pois o Presidente nunca falou em modelo único. Sua Excelência falou em modelos de desenvolvimentos para a região, que – repito – têm de ser diversificados, múltiplos, tal como a natureza amazônica. É exatamente neste projeto que todos nós estamos envolvidos: encontrar o caminho.

A Amazônia construiu uma longa e penosa história de relação com o mundo exterior. Eu e o Senador Valdir Raupp acompanhamos a reunião ocorrida em Manaus, em 1995, com o Presidente Fernando Henri-

que Cardoso, quando assinamos a Carta da Amazônia. Naquela época, vivíamos o apogeu da doutrina neoliberal. Quem mandava era o mercado. O Estado não podia induzir e influenciar a economia. Tudo era deixado ao sabor do mercado.

E tudo ficou na assinatura da Carta, não houve consequência. Mas a ação do Presidente Lula trará consequências para a Amazônia, porque Sua Excelência é o Presidente que mais conhece a aquela região; é o Presidente que mais visitou as comunidades isoladas da Amazônia em toda a história do nosso País. Portanto, da sua decisão de construir, com os amazônidas, um projeto de desenvolvimento sustentável que harmonize a ação do homem na natureza já tem consequências práticas.

Há um calendário de encontros, debates, em que poderemos sugerir políticas. Mais do que isso, o Presidente levou toda sua equipe, todos sintonizados com o novo modelo de respeito à natureza. O Banco da Amazônia e a ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia – também estão afinados com a mesma proposta.

Não há como concorrer, mas os produtos da Amazônia, como o açaí, chegaram ao mercado pela ação espontânea das pessoas e hoje é consumido em todo Brasil. Foi levado pelos visitantes e pelos amazônidas para outras regiões, até que, a partir de 1996, espontaneamente, sem política, pesquisa, crédito ou assistência, o produto entrou no mercado. Ora, como ele, há centenas de outros produtos da Amazônia que iremos colocar no mercado.

Vivemos em uma floresta rica em biodiversidade, de onde podemos tirar, de forma sustentável, a madeira de lei para a construção, para o setor mobiliário, e gerar milhões de empregos na região. E podemos gerir essa floresta de forma perene, sem destruí-la, pois essa tecnologia já existe, só precisamos saber utilizá-la.

Contudo, a Amazônia carece de instrumentos fundamentais para seu desenvolvimento, entre eles o conhecimento técnico e científico. Nossas universidades precisam receber um tratamento, um mutirão de apoio, para que recebam recursos humanos necessários à construção do conhecimento.

Mas hoje estou particularmente feliz; aliás, todos nós da Amazônia, porque o Governo do Presidente Lula não exclui modelo, contempla a possibilidade da biodiversidade e o seu uso, bem como o de suas cadeias produtivas, que nunca contaram com políticas, e agora terá política voltada para pesquisa, para crédito, assistência e comercialização. Enfim, era exatamente o que esperávamos do Presidente e foi isso que Sua Excelência nos adiantou.

Para finalizar, trago, para registro, um artigo que me parece oportuno, até porque tramita nesta Casa

Projeto de Lei do Senado Federal nº 130, cuja autoria é do Senador Demóstenes Torres, que busca tornar transparente o uso dos recursos públicos, as receitas e as despesas de todos os entes públicos municipal, estadual e federal por meio da **Internet**. Esse é um processo fundamental para a recuperação da nossa cidadania, porque os geradores desses recursos públicos são os pagadores de impostos, ou seja, todos nós.

Portanto, passo a ler o artigo do Sr. José Luiz Portella Pereira, intitulado:

DE OLHO NOS NÚMEROS

A transparência do Orçamento é termômetro de uma democracia

José Luiz Portella Pereira

Se você quiser saber como os governos o tratam, como eles o consideram, é só verificar a forma como tratam o Orçamento público.

Orçamento é o instrumento mais importante na relação entre Governo e sociedade. Ele é a relação de receitas e despesas de cada administração. Ou seja, o Orçamento explicita de que modo o Governo arrecada o dinheiro, quais são as suas fontes e como ele gasta esse dinheiro. Em suma, o que ele faz do dinheiro com que todos nós contribuímos.

De quem ele toma dinheiro, a fonte, é muito relevante porque demonstra a qualidade da arrecadação e a justiça social que o Governo procura estabelecer em algo que está ao total alcance dele.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Senador João Capiberibe, lamentamos informar que o tempo de V. Ex^a está esgotado, e há outros oradores inscritos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, já encerro meu pronunciamento.

A transparência do Orçamento, se implementada como propomos, certamente acarretará uma revolução na nossa sociedade, porque teremos um instrumento eficaz de controle desses recursos.

Sr. Presidente, solicito a inserção deste artigo nos Anais do Senado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO CAPIBERIBE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

COLUNISTAS[Enviar matéria](#)[Comente](#)[Assine já](#)**De olho nos números***A transparência do Orçamento é termômetro de uma democracia*

JOSÉ LUIZ PORTELLA PEREIRA

Se você quiser saber como os governos o tratam, como eles o consideram, é só verificar a forma como tratam o Orçamento público. Orçamento é o instrumento mais importante na relação entre governo e sociedade. Ele é a relação de receitas e despesas de cada administração. Ou seja, o Orçamento explicita de que modo o governo arrecada o dinheiro, quais são suas fontes e como ele gasta esse dinheiro. Em suma, o que ele faz do dinheiro com que todos nós contribuímos.

'O controle do Orçamento pode ser um i revolução'

De quem ele toma dinheiro, a fonte, é muito relevante porque demonstra a qualidade da arrecadação e a justiça social que o governo procura estabelecer em algo que está ao total alcance dele. Se ele prefere taxar a classe média e deixa os ricos escapar através de brechas na legislação, que possibilitam planejamento ou elisão tributários, quer dizer que defende os mais aquinhoados. Não adianta fazer discurso indignado contra as injustiças sociais.

Onde ele gasta é fundamental para saber quais são suas prioridades práticas; quer dizer, a quem ele privilegia.

Nesse caso, não é suficiente saber para onde vai o dinheiro. O mais importante é conhecer que benefício real ele traz para a sociedade. Gastar não quer dizer beneficiar.

A imprensa só sabe realizar a fiscalização examinando quanto se gastou do que estava programado para ser consumido. Não basta. Dinheiro desperdiçado é aquele que o Estado despense mas gera pouca ou nenhuma vantagem para a população. Não é só a corrupção que desperdiça o recurso público. O dinheiro mal gasto também.

Para que você possa fazer essas singelas avaliações, o Orçamento público precisaria ser transparente e de fácil entendimento. Mas não é. Aliás, é muito obscuro e ininteligível, propositadamente, de forma a não permitir seu acompanhamento. Governo que faz isso não cumpre com o compromisso mais importante de transparência com a sociedade. Infelizmente, a maioria age assim. Deixa o Orçamento para os técnicos como um assunto reservado.

Melhor do que várias tentativas, algumas bem demagógicas, de Orçamento participativo, seria um Orçamento acessível, que permitisse

discussão da sociedade não só na elaboração, mas, sobretudo, em sua execução, que é o que interessa.

Agora, o cúmulo do absurdo é não criar mecanismos reais de avaliação dos benefícios trazidos. Quase ninguém o faz, porque evidenciaria a ineficiência da máquina e a ineficácia da gestão.

Temos de lutar vigorosamente por um sistema de acompanhamento, pois o que se perde não é pouco.

O dinheiro de conservação das estradas está de fato transformando-se em quilômetros de rodovias conservadas? E o recurso para construção de quadras está resultando em gente praticando esportes? Cabe verificar.

A única forma de fazer isso é criar um controle na ponta da linha feito pelas pessoas, e não por fiscais. Não há órgão nenhum, no Brasil, que tenha o número de fiscais necessários para acompanhar sequer 20% dos serviços. Sempre a possibilidade de corrupção é maior que o confrontado com o controle da população. Mas é possível? Dá para fazer?

Sim. A merenda escolar mais bem pontuada é aquela que os pais acompanham pela associação de pais e mestres. Antes era comprada e tinha acompanhamento centralizado todo em Brasília. Hoje, é feita na escola e controlada pelos pais e professores.

Se isso for implementado, será uma revolução. Ética e financeira. Aparecerão milhões de reais que hoje desperdiçamos. Está ao alcance de qualquer governo, de qualquer partido. Abandonar a prática do Orçamento obscuro é trazer à luz seu entendimento, além de implementar um sistema de controle ancorado na população, acabando com a concentração de poderes em conselhos municipais, facilmente manipulados pelo poder público local. Como seus governos - municipal, estadual e federal - estão tratando você? Eles fazem do Orçamento algo de fácil compreensão?

Manifeste-se.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais. E agradecemos a cooperação de V. Ex^a, eminente Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista, Líder do PPS, por 20 minutos, para comunicação de interesse partidário, nos termos do art., 14, II, alínea “b”, do Regimento Interno.

Peço permissão para lembrar que a Senadora Ana Júlia Carepa está inscrita e a sessão será encerrada às 18 horas e 33 minutos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje tive a grata satisfação de presenciar, na Comissão de Infra-Estrutura, depois de sabatinado, a aprovação do nome do Sr. Luís Alfredo Salomão para a Diretoria na Agência Nacional de Petróleo. Também parabeno o Governo, o Presidente da República, pela indicação.

Trata-se de um ex-Deputado Federal que nos deixou muita saudade, um homem ímpar, sério, culto, que não deixa a mínima margem para que se possa duvidar da sua capacidade.

O Dr. Luiz Alfredo Salomão, engenheiro elétrico, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, tem um currículo exemplar. Atualmente filiado ao PT, ele foi Secretário de Transportes; da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia; e de Obras e Meio Ambiente do Estado de Rio de Janeiro, onde exerceu ainda um mandato de Deputado Estadual. Pelo PDT, cumpriu também três mandatos de Deputado Federal, tendo sido Líder do Partido na Câmara Federal. Ex-diretor da Escola de Políticas Públicas e Governo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem várias publicações, entre elas **Nós, a Força do Poder Popular**, editado pela Editora Paz e Terra.

Certamente, o Rio de Janeiro está orgulhoso por essa nomeação e merece os nossos cumprimentos. Afinal, Luiz Alfredo Salomão, como demonstra o seu currículo, tem os requisitos necessários para atuar como diretor dessa importante empresa. Não tenho dúvidas de que todos nós, representantes de Estados produtores de petróleo, ganhamos com essa indicação. Mas, como Parlamentar do Espírito Santo, gostaria de deixar registrado aqui meu incômodo com o fato de um capixaba ainda não estar integrando a diretoria da Agência Nacional de Petróleo.

O Espírito Santo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é hoje responsável por 40% das notificações de descobertas de óleo e gás, feitas pela ANP, desde sua criação, em janeiro de 1998. As perspectivas de reserva apontam que o Estado poderá chegar, em 2007, a uma produção diária de 500 mil barris de petróleo e 30 milhões de m³ de gás. Atualmente, o Espírito Santo é o quinto no **ranking** nacional de produção

de petróleo, com 45,5 mil barris/dia. Nossa posição certamente nos credencia a integrar a diretoria da ANP, e bons técnicos não nos faltam.

Concluo este breve pronunciamento fazendo, em nome de todos os capixabas, um apelo ao Governo Federal: que o Espírito Santo não seja esquecido nas futuras nomeações para a ANP, podendo, assim, ocupar o lugar que merece no cenário nacional. Mais uma vez, cumprimento o companheiro Luiz Alfredo. Desejo-lhe muito sucesso e espero que ele possa cumprir a promessa que fez ao Governador Paulo Hartung – seu dileto amigo –, sendo também um diretor a serviço do Espírito Santo.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS – ES) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador João Batista Motta, não posso perder a oportunidade de elogiar o seu Estado não apenas pela sua riqueza e pela importância que representa para todo o Brasil, mas por ter me recebido, assim como centenas de Vereadores, na semana passada, no Congresso Nacional de Vereadores. Estive no Estado palestrando sobre o tema “Turismo e Qualidade de Vida”. O carinho do povo capixaba, dos representantes do Governo, da Prefeitura, das ONGs, e também dos organizadores daquele evento certamente mostra a capacidade e o objetivo público daquela população, principalmente em relação ao tema turismo pela qualidade dos serviços prestados no Estado. Também lamento a falta de indicação de um homem público do seu Estado. Evidentemente, esse fato não tira o mérito do Sr. Luiz Alfredo Salomão, que foi hoje indicado. Sou da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, mas lamentavelmente não pude votar, pois estava inscrito para emitir pronunciamento neste plenário. Por isso, aproveito este momento para saudar o Estado de V. Ex^a e seu povo pelo compromisso público que firmaram – tiveram um passado recente meio negro, mas, no momento, o Espírito Santo transforma-se em exemplo. Constatamos isso nesses dias em que lá estivemos. Também desejo registrar nosso apoio ao Luiz Alfredo Salomão – infelizmente não é do Estado de V. Ex^a, mas merece nosso apoio.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS – ES) – Senador Leonel Pavan, agradeço a V. Ex^a o aparte. A escolha do Luiz Alfredo Salomão engrandece-nos. Embora seja do Rio de Janeiro, é uma satisfação imensa para o Espírito Santo tê-lo ocupando esse cargo, pois temos certeza da sua imparcialidade e de que cuidará bem do nosso petróleo e da empresa que assume hoje a responsabilidade de cuidar.

Tive a oportunidade de dizer a ele, na Comissão de Serviços e Infra-Estrutura, que irei à sede da em-

presa no Rio de Janeiro, levando um inventor capixaba que oferecerá ao mercado um produto que, colocado na boca do tanque dos postos de gasolina e na ponta da mangueira de cada caminhão transportador, fará com que possamos verificar a qualidade dos produtos transportados; evitará falsificações. Hoje o que mais nos atrapalha, o que mais maltrata o povo, principalmente do interior, são as adulterações dos produtos. Estão colocando água no **diesel**, mais álcool na gasolina, enfim há adulteração com prejuízo de motores, com prejuízo de toda a sociedade brasileira.

Essa invenção vai fazer com que, uma vez ligada a mangueira do caminhão transportador à boca do tanque dos postos de gasolina, esse só será aberto, a passagem só será permitida, uma vez acionado, via satélite, um dispositivo por quem emitiu a nota fiscal, digitando seu número. É uma invenção maravilhosa, é um anúncio espetacular que estou fazendo a todo o Brasil para todos aqueles que sofrem com esse problema.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito esta oportunidade para dar outro aviso, trazendo ao conhecimento do Senado Federal que, no próximo dia 18, uma delegação brasileira vai a Moscou, com a finalidade de alavancar negócios que possam aumentar nossas exportações para a Rússia.

Essa delegação, capitaneada pelo Ministro Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, será integrada por representantes de vários setores da nossa economia, notadamente os ligados aos agronegócios, que têm sido tão importantes para a pauta de exportações brasileiras.

É preciso destacar e incentivar iniciativas como essas, que representam importante meio de divulgação de nossos produtos, abrindo as portas de mercados internacionais às potencialidades exportadoras do Brasil. Apenas a título de exemplo, só o Espírito Santo pode contribuir nesse processo com a oferta de celulose, aço, granito, café e carne, produtos que têm alcançado excelência nos quesitos produtividade, qualidade e, conseqüentemente, competitividade.

Nesta oportunidade, registro a recondução do Deputado Átila Lins à Presidência do Grupo Parlamentar Brasil-Rússia, tendo como Primeiro Vice-Presidente o Deputado Paulo Delgado e para Segundo Vice o Deputado João Hermann. Esse grupo parlamentar se somará aos esforços dos setores competentes do Poder Executivo visando agilizar os entendimentos bilaterais para incrementar o relacionamento entre os dois países também na área de cultura, meio ambiente, esportes e cooperação, nas áreas de tecnologia, energia e indústrias aeroespacial, naval e petrolífera, além de tantas outras áreas do conhecimento humano.

Na nova realidade da economia global, principalmente após conflitos que podem gerar retração dos tradicionais mercados consumidores dos produtos brasileiros, é indispensável ampliar parcerias, alcançando novos mercados. E essa tarefa não é só do Poder Executivo. Ela é de todos nós, e o PPS está engajado nessa missão para valer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa pelo tempo que resta da sessão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, público que nos assiste. O assunto que nos traz hoje não é novo; tem sido recorrente junto ao povo e nesta Casa. Trata-se de segurança pública.

Aqui mesmo o Ministro da Justiça compareceu para falar sobre o Fundo de Ajuda aos Estados que apresentam os maiores problemas com a criminalidade. É óbvio que ninguém fala de algo que não chame a atenção, que não lhe toque ou incomode. Se as casas não fossem dotadas de quaisquer equipamentos de seguranças disponíveis, se as pessoas pudessem andar tranqüilamente nas ruas das grandes e médias cidades, a segurança pública não seria um assunto prioritário.

Na última sexta-feira, dia 09 de maio, Belém, a Capital do meu Estado, o Pará, viveu um autêntico “dia de cão” a partir do assalto feito a um carro forte em frente a uma agência bancária. A polícia foi às ruas, conseguiu prender três assaltantes; dois foram mortos. Sem dúvida alguma, a polícia deu o melhor de si para restabelecer a normalidade do dia-a-dia. Mas ficou patente a visão equivocada de quem dirige a segurança pública, principalmente quando os fatos atropelam os planos desses mentores.

O exemplo disso são dois Secretários de Estado. O Secretário de Defesa Social chegou a afirmar que aquele episódio era rotineiro nas sextas-feiras do belenense. Porém, quero dizer a V. Ex^{as} que não me lembro da minha cidade nessa situação. Não consigo me lembrar nenhuma vez da cidade assim. Uma onda de assaltos, na verdade, se deu e também uma onda de boatos! Ocorreram realmente vários assaltos, quatro, mas uma onda imensa de boatos fez fechar o comércio e as escolas; a população ficou aterrorizada. O pânico tomou conta. Eu não estava em Belém, estava no Rio de Janeiro, e fiquei assustada, preocupada, inclusive, com a minha família. Infelizmente, o Secretário disse que aquilo era rotineiro. Enquanto isso, a televisão mostrava os tiroteios no centro da cidade. Se a intenção do Secretário era talvez tranqüilizar a população com aquela declaração, não obteve sucesso, pois a população acabou por ver em sua atitude

uma confissão de ineficiência para combater esse tipo de situação.

Gostaria de mencionar a situação da minha categoria; sou bancária, e essa se torna cada vez mais uma profissão de risco. Após 24 assaltos a bancos em menos de cinco meses – ainda estamos na primeira quinzena do mês de maio e devo dizer que durante todo o ano passado foram 25 assaltos – nossas autoridades, com certeza, já deveriam estar preocupadas. Também deveria ser motivo de preocupação o fato de membros dessas quadrilhas serem oriundos de diversos Estados da Federação. No entanto, insistem em dizer que os assaltos são fatos isolados e que nada indica que o crime organizado esteja se infiltrando, criando uma ramificação em nossa região.

Na semana passada, o Senador Duciomar Costa, do Pará, também levantou a voz para tratar de outros assaltos a bancos ocorridos nos Municípios de Tucuruí e de Redenção e transmitidos em rede nacional. Provocaram pânico, fizeram as cidades reféns e causaram estragos semelhantes aos da Capital do Estado. Na oportunidade, o Senador disse que o aparelho de segurança pública não tem condições de enfrentar sozinho esse segmento do crime. É verdade. Quanto a isso, concordo plenamente. Mas falta humildade para reconhecer a situação e tentar uma ação que envolva outros setores antes que seja tarde e o crime encontre no Pará um ambiente propício para prosperar. É o que estamos vendo ocorrer, infelizmente, só que de forma muito peculiar em que os assaltos a bancos se tornariam, na verdade, uma grande fonte de receita para financiar outras atividades criminosas.

E sem dúvida, Sr. Presidente, os banqueiros que não investem em segurança bancária contribuem também. Embora o dinheiro dos bancos esteja protegido pelo seguro – infelizmente, talvez por essa razão haja um notório descaso com a segurança bancária –, os bancários, os vigilantes, a população em geral usuária dos bancos acabam vivendo sempre um clima de terror, de pânico.

A Confederação Nacional dos Bancários exige um maior rigor na segurança dos bancos. Para a entidade, a legislação atual é permissiva e omissa em muitos pontos:

1 - Não existem critérios para a aplicação das penalidades em relação aos bancos.

2 - A Polícia Federal fiscaliza e, se encontra irregularidade, estabelece a penalidade com base em valores mínimos. As multas podem ir de 1 a 20 mil Ufirs; geralmente são aplicadas multas de 1 mil Ufirs para grandes bancos.

3 - Os bancos preferem ser autuados a investir em segurança bancária.

4 - A qualidade dos equipamentos de segurança bancária é mínima e, infelizmente, a formação dos guardas também é inadequada.

A insegurança bancária, sem dúvida alguma, incentiva o assalto aos bancos. No Estado do Pará, em 1998, foram praticados 53 assaltos, envolvendo bancos públicos e privados. Além dos bancos, sete bancários que transportavam malotes foram vítimas. Dos 60 assaltos, 14 foram em pontos de atendimento com porta de segurança. Em 1999, os assaltos foram 46, 16 em Belém, a capital, e 30 no interior, inclusive em duas aeronaves. Os assaltos praticados ocorreram em 03 postos com porta de segurança. Em 2000, o número de assaltos caiu para 34, sendo 22 assaltos no interior e 12 na Capital, com 10 bancários seqüestrados. Em 2001, o número de assaltos foi 32, sendo 25 no interior e 07 na capital, com 13 bancários seqüestrados – o que nos mostra que a prática do seqüestro dos funcionários passa a se tornar cada vez mais recorrente. No ano de 2002, os assaltos foram em número de 25, sendo 16 no interior e 09 na capital, com 12 bancários seqüestrados. Neste ano, no mês de janeiro, a agência do Banco do Brasil em Conceição do Araguaia foi assaltada por sete homens fortemente armados. O gerente e sua família foram conduzidos até o banco de onde foram roubados R\$150 mil.

Quero chamar a atenção para a necessidade de ações preventivas e repressivas, para que essas atividades criminosas sejam combatidas.

A violência com que os assaltos são praticados tem aumentado bastante. O número de assaltantes e o tipo de arma usada têm colocado a população do Pará sob riscos enormes. Hoje, os assaltos, principalmente no interior do Estado, param as cidades. Há verdadeiros tiroteios em praça pública, com exibição de armamento pesado, com homens mascarados como se fosse um filme de terror.

A Lei nº 7.102, de 1983, exige que todo banco tenha um plano de segurança. Em 2002, a Polícia Federal autuou 32 bancos em função de irregularidades na segurança interna de 368 dependências. Essas irregularidades representam na verdade o descumprimento da lei que determina que bancos possuam em suas dependências – agências e postos de atendimento – vigilantes, alarmes e pelo menos mais um dispositivo de segurança, como câmaras de vídeos, câmaras fotográficas, cofres com temporizador, escudos blindados etc.

A Lei nº 7.102, de 1983, já merece uma revisão para atualizá-la, e muitos bancos insistem em desrespeitá-la, mantendo dependências sem equipamentos de segurança e colocando em risco a vida de milhares de usuários, clientes e trabalhadores, tanto bancários como vigilantes.

Como podemos observar, apesar do aumento dos lucros, não cresceu o investimento com a segurança bancária. Como exemplo, cito o Banco Itaú, que, no primeiro trimestre deste ano, teve um lucro de R\$714 milhões e, no entanto, foi um dos quatro bancos mais atuados pelo descumprimento da lei sobre segurança bancária. Esse exemplo indica que, apesar da alta dos lucros, os bancos não aumentaram os investimentos com a segurança bancária, principalmente, os privados. Muitos bancos não têm o plano de segurança, que é obrigatório. A Polícia Federal vem, nos últimos anos, dando prazo para que o banco coloque em prática as medidas de segurança, mas não impede o funcionamento da agência. Em várias agências do interior, no Pará, o Bradesco não tem portas com detector de metais. Nessas agências ele põe vigilante armado, cofres com temporizador, sistema interno de TV e apresenta esses itens como seu sistema de segurança.

Há resistência dos banqueiros contra a implantação de portas com detector de metais e pagamento de guardas bancários...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Senadora Ana Júlia Carepa, lamento informar que o tempo de V. Ex^a acabou. Peço-lhe desculpas, a troca do “P” de Pará pelo “b” foi ocasionada pela sua beleza de mulher e de Senadora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada. Eu gostaria, então, de concluir...

O Sr. João Batista Motta (PPS – ES) – Senadora Ana Júlia Carepa, antes de concluir, V. Ex^a concede-me um aparte? Sr. Presidente, V. Ex^a me permite um aparte, antes que S. Ex^a conclua?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Em homenagem à Senadora Ana Júlia Carepa, bela Senadora, prorrogo a sessão por cinco minutos.

O Sr. João Batista Motta (PPS – ES) – Senadora, V. Ex^a permite-me um aparte?

O Sr. Duciomar Costa (Bloco/PTB – PA) – Um minuto para cada um, Senadora?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Então, vou fazer o seguinte: vou concluir e depois concedo um minuto de aparte a cada um de V. Ex^{as}.

Essa resistência dos banqueiros de implantar as portas de segurança, de não pagar os guardas, até mesmo de não preparar melhor a própria segurança de forma diferenciada para exercer essa função, essas falhas no sistema de segurança dos bancos colocam em risco a vida, principalmente, como eu já disse, a de clientes e de trabalhadores. É urgente uma fiscalização mais rigorosa por parte da Polícia Federal e também uma revisão da Lei nº 7.102, de 1983.

Sr^{as} e Srs. Senadores, já mencionei aqui que sou funcionária bancária do Banco do Brasil, concursada há vinte anos, e sei do temor, da situação de in-

segurança que vivem os bancários, que vive a nossa categoria, cuja profissão, como disse, passa a ser cada vez mais de mais risco. Já perdemos vários companheiros e companheiras. Neste mês, faz oito anos que Sílvia Lopes, minha amiga, foi assassinada. Jovem, deixou dois filhos. Isso causou um clima de comoção tão grande, que todas as agências do Banco do Brasil foram dotadas de portas de segurança após a morte dela. Como vereadora, apresentei um projeto de lei que obrigava a isso, mas foi vetada pelo prefeito. Depois, quando assumimos a prefeitura, ela foi aplicada.

Quero dizer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores e a todos os que nos ouvem que irei apresentar, nesta Casa, uma proposta que altera a Lei nº 7.102, de 1983, a qual dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelecendo normas para a constituição e o funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores. Sei que esse assunto encontrará respaldo nesta Casa para que possamos fazer as mudanças necessárias, para adequar a lei e exigir seu cumprimento por parte de quem ganha tanto dinheiro neste País, como os bancos.

Concedo um aparte de um minuto ao Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PPS – ES) – Senadora, eu gostaria de fazer coro a suas palavras. Sou testemunha de tudo o que V. Ex^a está dizendo. Entretanto, não é só no setor bancário que a violência está alarmante, mas em todos os setores. Outro dia, o Presidente Lula esteve no meu Estado, no Espírito Santo, onde a violência está insuportável. O Rio de Janeiro e São Paulo dispensam comentários. Estão agredindo as famílias dentro de casa, dentro dos bancos, nos locais de trabalho. V. Ex^a pensa que o Banco Itaú deve gastar mais recursos com segurança. Temos de olhar a questão de outra maneira. O Banco Itaú tem de ganhar menos e deixar algum dinheiro no bolso do povo brasileiro. Os bancos estão levando todos os nossos recursos. As grandes empresas estão se locupletando. A riqueza no País não está distribuída. Nós, que fazemos parte da base do Governo, devemos lutar para que na reforma tributária o cidadão comum possa fabricar camisas, calças, etc., dentro de casa para vendê-los nas ruas, nas feiras. Devemos lutar para que o cidadão comum possa produzir arroz, feijão, colocá-los em cima de uma carroça e vendê-los no meio da praça. Precisamos baixar a alíquota para 4,5%. Exigir que o cidadão tenha uma firma organizada para comercializar seus produtos é um absurdo. O que falta no Brasil é distribuição de renda. Temos de olhar a violência, acima de tudo, sob esse ponto de vista. Se não procurarmos o Presidente da República, que é um homem do povo, vem da base e sabe por

que a violência está proliferando desse jeito, não vamos chegar a lugar algum. A reforma tributária deveria ser voltada à população e à distribuição de renda, para que possamos pôr fim ou, pelo menos, amenizar a violência que estamos enfrentando hoje. Muito obrigado pelo aparte.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador João Batista Motta. Ouço o Senador Leonel Pavan, um minuto, Senador.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senadora Ana Júlia Carepa, do Pará, cumprimento V. Ex^a por seu pronunciamento e endosso as palavras do Senador que me antecedeu, dizendo que a violência não está apenas nos bancos, mas nas escolas, nas universidades, nas ruas, nas residências, nos lares de cada um. O problema é que hoje o País, que está discutindo a segurança seguidamente, ainda não encontrou uma política adequada para falar ao povo brasileiro que há um processo para eliminar, definitivamente, os bandidos ou dar segurança ao Brasil. Se não, vejamos: cada vez que se fala em construir presídios, os Governadores, os Deputados, os Senadores ou os Prefeitos são contra a construção em seus Estados, como se o ladrão fosse cometer crimes apenas nas cidades onde mora. Os Governos Federal e Estaduais precisam ter uma política prática e decisiva para implantar definitivamente o processo – às vezes até autoritário – de construir presídios por todo o Brasil. Mas como se falar em segurança num Brasil, onde um policial é mal pago, às vezes com salário atrasado, sem equipamento, sem carro, sem munição, sem as mínimas condições necessárias para trabalhar? Lemos, ouvimos e vimos, pela imprensa nacional, que há policiais morando em barracos, em favelas, até no meio dos marginais, escondendo as suas fardas, escondendo a sua identidade por medo de serem perseguidos pelos marginais. Precisamos constituir uma Polícia forte, competente, educada, qualificada, mas, acima de tudo, com salários justos para realmente ser reconhecida pelo trabalho que faz por todos nós.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada.

Senador Duciomar Costa, concedo-lhe um aparte – um minuto, Senador, para não abusar da tolerância da Presidência.

O Sr. Duciomar Costa (Bloco/PTB – PA) – Senadora Ana Júlia Carepa, tentarei cumprir um minuto. Semana passada, V. Ex^a estava em outra missão e eu usava esta tribuna justamente para falar sobre a situação.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Citei o discurso de V. Ex^a, inclusive.

O Sr. Duciomar Costa (Bloco/PTB – PA) – Parabéns V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Fiz um relato sobre um bancário, colega de V. Ex^a, que chegou a ligar para mim quando a cidade de Redenção foi sitiada – porque aquilo não foi um assalto; a cidade foi tomada, como V. Ex^a bem sabe. O gerente do banco chegou a me ligar e fazer um apelo para que eu tentasse conseguir um emprego para ele, mesmo que visse a ganhar menos, mas ele queria ter a tranqüilidade de ver a filha completar 15 anos, tamanha é a situação de insegurança nas redes bancárias. Sabemos que há violência em todos os setores, não só nos bancos. Mas, com relação aos bancos, como assinala V. Ex^a, acredito que devemos fazer algo para sensibilizar, ou mesmo para determinar, por meio de leis, que os banqueiros tenham sensibilidade e entendam que a mão-de-obra, o ser humano, o trabalhador bancário merece respeito, e eles têm condições de dar segurança mais digna. É importante que possamos sair dos discursos e dar instrumentos para que isso ocorra, porque estamos chegando ao caos e a sociedade não aceita mais o discurso. Obrigado, Senadora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada. Agradeço a tolerância do Senador Mão Santa e aos Senadores pelos apartes.

Reconhecemos que a violência não é um problema só dos bancos, mas os bancos são instituições financeiras que mexem com dinheiro, e é óbvio que eles são alvo, é natural que isso ocorra. Por isso, Senador, apresentarei mudanças, uma outra proposta de legislação da Lei nº 7.102, para que não só possamos modernizar a legislação da segurança bancária, mas para que possamos exigir que os bancos – que já ganham muito dinheiro – invistam em segurança, para os trabalhadores bancários – que é a minha categoria –, para os usuários, para qualquer pessoa que deles se utilizem e, com certeza, para os vigilantes.

É muito importante a mobilização. Quando a Sílvia morreu, lembro-me bem, eu era Deputada Federal e ameacei até fazer uma greve de fome para que fossem instaladas as portas de segurança, o que acabou sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Senadora Ana Júlia Carepa, terei que encerrar, senão o Sr. Roberto Marinho, da **Globo**, nos processará, porque todos ficarão ligados na **TV Senado**, diante dessa beleza de Senadora que o Pará mandou para Brasília.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex^a a tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Capiberibe.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 337, DE 2003

Requeiro, nos termos do art 218 do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do *advogado* Celso Bastos, eminente jurista brasileiro, especializado em Direito Constitucional.

Além do exercício da advocacia, Celso Bastos dedicou-se, com igual talento, à área educacional e era, ultimamente, professor e coordenador do curso de pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Uma de suas últimas tarefas, nesse curso, foi a de orientador, na área de doutorado, do professor Carlos Ayres de Britto, cujo nome acaba de ser indicado pelo Presidente da República para Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Requeiro também que o voto de pesar do Senado seja comunicado à família do educador e à Universidade Católica de São Paulo.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – A Mesa encaminhará o voto de pesar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Marco Maciel e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço este pronunciamento da tribuna do Senado da República para levantar, neste plenário, o grave problema com que se defronta o município de Manicoré, em meu Estado, no tocante às reservas indígenas naquela área.

Peço a especial atenção do líder do Governo nesta Casa, Senador Aloizio Mercadante e, igualmente, lanço um apelo ao Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, para que voltem suas atenções ao meu Amazonas, a fim de que possa ser examinada a questão aqui exposta.

O apelo é também do Prefeito Manoel de Oliveira Galdino, no momento às voltas com verdadeiros disparates que vêm ocorrendo na demarcação de terras indígenas. As áreas são demasiadamente superiores às necessidades das populações indígenas que ali vivem.

Como o Prefeito de Manicoré, também defendo a filosofia que compõe o **Estatuto do Índio** (Lei nº 6001/73), no qual está bem claro o propósito de res-

peito à cultura indígena e da integração de suas comunidades à comunhão nacional. Nem poderia ser diferente.

Conta-me o Prefeito que, na prática, porém, o que se vê, pelo menos em Manicoré, é exatamente o oposto do que a lei assegura. Ele acrescenta que, sem que se saiba em nome de quais interesses, algumas ações muito estranhas levam populações aculturadas a novamente serem rotuladas como primitivas. Como que, em passe de mágica, índios já totalmente integrados à comunidade acabam sendo usados com o objetivo, de duvidosa origem, de permitir a criação de novas reservas indígenas.

Tal prática, danosa ao município, faz com que a pequena comunidade indígena de Manicoré conte com uma área imensa para pouca gente. Em números que me foram repassados pelo Prefeito Galdino, a população indígena das reservas locais é de apenas 355 pessoas, ocupando a área de 1 milhão e 50 mil hectares – caso venha a ser ampliada a reserva com a anexação do território do Rio Marmelos. Em algumas das reservas, como a de Sepoti, por exemplo, onde há 57 índios, a área por habitante é de 4.435 hectares.

Para o município de Manicoré, os prejuízos são notórios pela injusta perda econômica e patrimonial imposta por ação da autoridade federal, complementa o Prefeito Manoel de Oliveira Galdino.

Ao expor os problemas com que vem se defrontando, o Prefeito Galdino pede, por último, que eventuais demarcações que vierem a ser feitas pelo Governo Federal se processem em conjunto com a Prefeitura de Manicoré.

Essa é uma pretensão justa, não resta dúvida. E, se essa prática se tornar rotineira, poderá evitar os disparates que me foram relatados pelo Prefeito.

Leio, a seguir, a representação formulada ao Ministro da Justiça pelo Prefeito Manoel de Oliveira Galdino, subscrita também pelo Vice-Prefeito Roberval Teixeira Lopes, pelo Presidente da Câmara Municipal, Zildo de Oliveira Galdino, e por vereadores de Manicoré. O documento, que está sendo encaminhado ao Ministro, é parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)



Estado do Amazonas
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANICORÉ

Manicoré, 28 de abril de 2003.

REPRESENTAÇÃO Nº 01/03

Excelentíssimo Senhor Ministro:

Com nossas homenagens, dirigimo-nos a Vossa Excelência com o propósito de expor a situação que se estabeleceu neste município a partir da iniciativa da **FUNAI** - Fundação Nacional do Índio em proceder seguidas demarcações administrativas de áreas indígenas, e cientificar a V. Exa., da geração de transtornos de insuperável monta, senão vejamos:

1. O município de Manicoré está situado no sul do Estado do Amazonas, às margens do Rio Madeira. São quase 40.000 (quarenta mil) pessoas, **que vivem** em perfeita harmonia, o que hoje, em razão da atividade da FUNAI, não mais ocorre.

Handwritten signatures and initials:
- A large signature on the left: "Júlio (F. 20)"
- A signature in the center: "Júlio (F. 20)"
- A signature on the right: "Júlio (F. 20)"
- A signature at the bottom right: "Júlio (F. 20)"
- A signature at the bottom center: "Júlio (F. 20)"
- A signature at the bottom left: "Júlio (F. 20)"

2. Existem no território municipal, notadamente na bacia do Rio Marmelos, comunidades de índios e de não índios, integradas há décadas, composta de forma harmônica o suficiente para desfrutar pacificamente do extrativismo dos castanheais nativos, da pesca de substâncias e da exploração agropastoril. Para disciplinar e controlar o desenvolvimento daquela região, foi editada a Lei Municipal nº 449/97 de 27 de agosto de 1997, criando a Área de Proteção Ambiental do Rio Marmelos, com fulcro nas disposições dos artigos 30 e 225 da CF/88 e das Leis Federais nºs 6.902/81 e 6.938/81;
3. O equilíbrio que se verifica na perfeita integração da população indígena com os não índios determinou que, ao longo do tempo, ocorresse a mistura gradativa das comunidades, tendo sido alcançado, por essa via, o desiderato, de trazer a comunhão nacional o conjunto de silvícolas, das diversas etnias aqui existentes - Essa assertiva consta dos Resumos dos Relatórios de Identificação elaborados pelos antropólogos da FUNAI responsáveis pelo trabalho de campo. As informações constantes desses relatórios dão conta da completa miscigenação dos índios provenientes de diferentes grupos e de não índios.
4. O espírito da Lei 6001/73, que instituiu o Estatuto do Índio, está resumido em seu artigo 1º, que impõe: "Essa Lei regular a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e **integrá-los, progressiva e harmonicamente, à comunhão nacional**". Parágrafo Único: "Aos índios e as comunidades indígenas **se estende a proteção das Leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros...**";
5. A Constituição Federal de 1967 garantia aos índios, em seus artigos 4º, IV e 198 a posse permanente das terras por eles habitadas. Esse dispositivo foi regulamentado na Lei 6001/73 em seu Capítulo II. A Constituição federal de 1988 recepcionou tal dispositivo, que está contido no artigo 231.

Juarez Lino

2

6. Entretanto, há que se convir que tal disposição impõe condição fundamental e de bom senso: Que as terras ocupadas pelos índios sejam respeitadas e que delas sejam possuídas até que se integrem à comunidade nacional. Assim, a partir do momento em que os grupos indígenas se adequem a comunidade nacional, mediante processo evolutivo natural e harmônico, cumprem-se os desígnios da Lei Magna e da legislação infra-constitucional.

7. O que se observa, na prática, pelo menos em Manicoré, é exatamente o oposto: Os índios, que já estão integrados (os relatórios antropológicos informam um sem número de situações que refletem exatamente o propósito buscado pela Lei), têm como idioma o português, são católicos ou evangélicos, exercem atividades, inclusive mercantis, comuns à grande maioria dos não índios, são casados há décadas com indivíduos de outras tribos ou com não índios, estão espalhados pela Amazônia, tendo muitos migrado para centros urbanos, agora estão sendo identificados como grupos indígenas não integrados. Segundo consta, a FUNAI ofereceu aos habitantes da área que pretendia transformar em Reserva Indígena, a possibilidade de declara-se índio ou não. A partir dessa estranha forma de identificação, compôs seu trabalho;;

8. A propósito, a mais ferrenha e radical liderança indígena é exercida por um agente de saúde, que nunca tinha sido índio antes. Isso, sem dúvida, não encontra guarida no espírito do Estatuto do índio e muito menos na constituição;

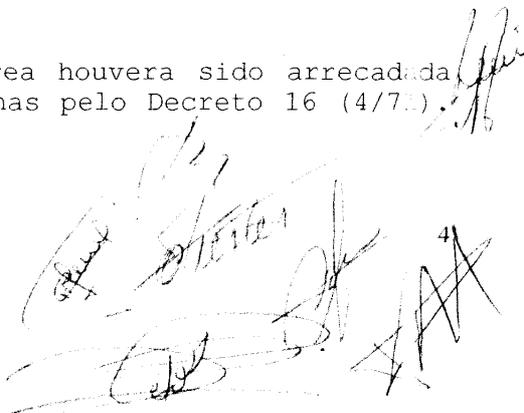
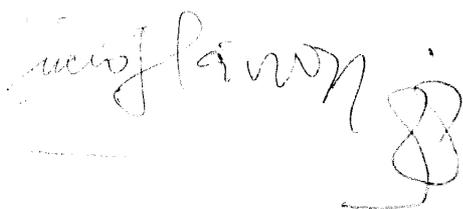
9. Os que se declaram não índio, embora integrantes das comunidades, foram expulsos da área, alguns mediante pequena indenização. Coube a essa Prefeitura adquirir uma grande área rural para assentar a população excluída. Após solucionado esse conflito, nova leva de expulsões: alguns dos remanescentes, por discórdia com as lideranças surgidas, resolveram deixar a área indígena, convertendo-se em novos e insolúveis problemas para a comunidade.

Júlio César

deputado
Federal

deputado
Federal

10. Isso seria apenas um indiscutível equívoco antropológico, se não trouxesse a reboque um injusto e complicado competente: As imensas áreas de terra que são subtraídas do município e demarcadas como se fossem de tradicional ocupação por determinado grupo indígena. Há uma tendência de aumentar cada vez mais a área cabente a cada indivíduo, embora se saiba que o índio tem pequena mobilidade e as comunidades são concentradas, há absurdos como a destinação de mais de 4.400 hectares para cada elemento do Grupo Indígena;
11. Um pequeno e absurdo exemplo é a criação da Terra Indígena Sepoti, que foi demarcada sobre a área definida como de Preservação Permanente pela Lei Municipal acima citada: O antropólogo responsável pelo levantamento da população Tenharim que levou à constituição da Reserva Sepoti, em Manicoré, encontrou, segundo seu relatório, 57 (cinquenta e sete) indivíduos, não especificando-lhes as idades, tendo indicado como território desses poucos elementos, uma área de 252.795 (duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e noventa e cinco) hectares, **o que significa um absurdo de 4.435 (quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco) hectares por indivíduo de qualquer idade.** E esse laudo foi homologado pelo Presidente da FUNAI e originou a Portaria Declaratória nº 296/00, de 13 de abril de 2000, de lavra do Exmo. Sr. Ministro da Justiça;
12. Em 24 de outubro de 2002, mediante o Ofício nº 395, PRES, o Presidente Substituto da FUNAI, ao arripio de qualquer princípio de legalidade ou autoridade, declarou a **inconstitucionalidade da Lei Estadual** que houvera criado a Área de Proteção Ambiental em 1997, por alegar que "a referida área sobrepõe a Terra Indígena Sepoti", que foi constituída três anos após. As terras então demarcadas foram entregues aos índios, que, de integrados, passaram a ser considerados não integrados, invertendo o rumo da História;
13. Considere-se ainda que tal área houvera sido arrecadada pelo Governo do Estado do Amazonas pelo Decreto 16 (4/78).



Segundo consta, a FUNAI não teria cumprido as exigências do Decreto Federal 1775/96, o que afastou qualquer impugnação;

14. Nas bastasse **a entrega desse colossal patrimônio ao pequeno Grupo Tenharim**, a FUNAI nomeou, em Portaria de seu Presidente (nº 176, de 05 de março de 2002), **novo Grupo de Trabalho** com o **intuito de ampliar os limites da área indígena, num montante aproximado de mais 300.000 hectares, que de imediato foi considerado como "Área Pretendida" e anexada ao território indígena. Se arrecadada, teremos mais de 550.000 hectares entregues a um grupo de 57 indivíduos**;

15. Apenas essa exacerbação já seria suficiente para consubstanciar a irresignação de qualquer pessoa de bom senso. Mas não é só: Ao entregar as terras para os que se declararam índios, a FUNAI e as ONGs que gravitam em torno da questão indígena, não se sabe com que fundamento, outorgam aos silvícolas imensos poderes: **Não se pode, por exemplo, transitar pelo Rio Marmelos divisa dos municípios de Manicoré e Humaitá, porque está ele inserido em "área pretendida"** e já foi tomado pelos índios. Os demais ribeirinhos, que sempre viveram do extrativismo e da pesca de subsistência estão sendo sistematicamente impedidos de acessar as áreas de onde há muito tempo tiram seu sustento. **A situação caminha para um maior acirramento e pode-se prever desfechos traumáticos.** Trata-se, sem sombra de dúvida, da área mais importante do território do município, não habitada por índios, inserida na Área de Proteção Ambiental e fundamental para o equilíbrio da subsistência de toda a população ribeirinha, indígena ou não;

16. Aliás, por se falar em Constituição, não se está respeitando a igualdade garantida a todos os brasileiros. E esse princípio também está estampado na Lei 6001/73. Como pode haver justiça na medida em que se privilegia um pequeno grupo de habitantes, destinando-se-lhes imensas áreas de terra, **em detrimento de uma população muito maior**, que, de repente deixa de desfrutar de seu histórico meio de vida por determinação de um órgão do Governo Federal?

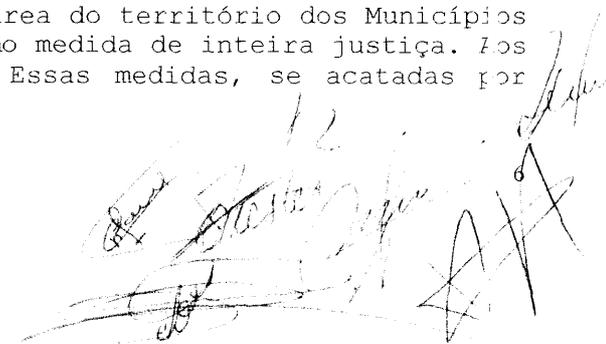
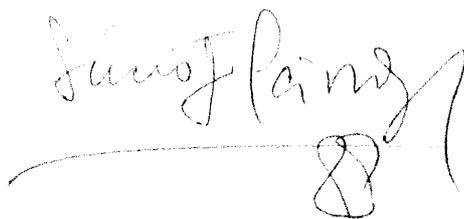
Guilherme

Guilherme
Guilherme
Guilherme
Guilherme

17. Nada contra os índios, até porque os conhecemos muito bem o sabemos de sua simplicidade e ingenuidade. O que se nos apresenta como questionável é a presença dos organismos estranhos que os manipulam e a FUNAI, que extrapola de sua competência para atender a interesses possivelmente não identificados com os propósitos da lei que a rege. Os índios, nessa panacéia, acabam por tornar-se agressivos e arrogantes, contrariando sua natureza;
18. Acrescente-se que todas as políticas públicas de saúde, educação, assistência social e quaisquer outras implementadas pela municipalidade têm necessariamente que alcançar a população indígena. Muito pior: Os índios vêm se tornando cada vez mais exigentes e dão-se o direito inclusivo do hospedar-se nos hotéis da sede do município, de alimentar-se em restaurantes de sua preferência, deixando as contas pendentes para a Prefeitura pagar. Não aceitam ser abordados por qualquer autoridade policial, ainda que estejam a cometer delitos. Só acatam a Polícia Federal, ainda assim de forma suasória. Como o município não conta com nenhuma base da Polícia Federal, está à mercê da vontade dos índios.

Assim, Senhor Ministro, apelamos à sua sapiência e ao seu bom senso para solicitar de Vossa Excelência o seguinte:

- 1. Seja revisto o critério de identificação das populações indígenas**, de forma a adequá-lo ao espírito da lei. Que os grupos indígenas efetivamente não integrados sejam preservados e com cautela trazidos à comunhão nacional. Entretanto, quanto aos índios já integrados, que não se tornem justificativas para demarcações estapafúrdias e descabidas;
- 2. Seja de imediato anulada a Portaria 176, de 05 de março de 2002, do Presidente da FUNAI**, que objetiva a demarcação de nova, importante e imensa área do território dos Municípios de Manicoré e Barcelos, como medida de inteira justiça. Aos índios basta a imensidão. Essas medidas, se acatadas por



Vossa Excelência, permitirão a manutenção de uma situação de equilíbrio histórico e impedirão a possível ocorrência de enfrentamentos não desejados, além de assegurar um critério justo e transparente na demarcação de novas áreas indígenas.

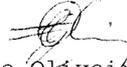
3. Confiantes no elevado espírito de justiça que norteia os atos de Vossa Excelência pedimos o acolhimento da presente, por ser do maior interesse público e do povo de Manicoré.

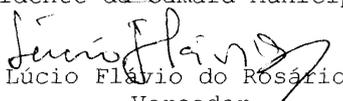
Com respeito e consideração,

Atenciosamente

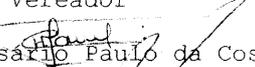

Manoel de Oliveira Galdino
Prefeito Municipal

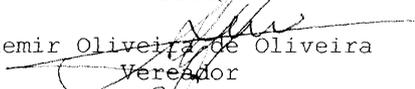

Roberval Teixeira Lopes
Vice-Prefeito Municipal


Zildo de Oliveira Galdino
Presidente da Câmara Municipal


Lúcio Flávio do Rosário
Vereador

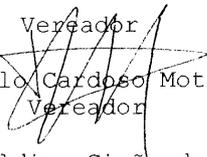

José do Nascimento Prestes
Vereador

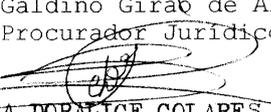

Manoel do Rosário Paulo da Costa
Vereador

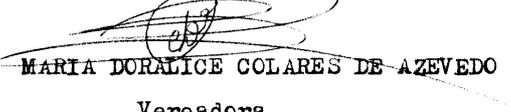

Ademir Oliveira de Oliveira
Vereador


José Rui Vieira


Vereador


Paulo Cardoso Mota
Vereador


Dr. Galdino Girão de Alencar
Procurador Jurídico


MARIA DORALICE COLARES DE AZEVEDO

Vereadora

Excelentíssimo Senhor
Prof. Dr. MÁRCIO TOMAZ BASTOS
M. D. Ministro da Justiça
Brasília - DF

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a estabilidade política, a governabilidade e a eficácia institucional, ao lado – frise-se – da estabilidade econômica, são fundamentais para o êxito de nosso projeto de desenvolvimento e imprescindíveis para que o País possa exibir a desejada expressão externa neste início do novo milênio. O Brasil está destinado, neste século XXI, a deixar de ser, como afirmou em livro Stephan Zweig, o “país do futuro”, para ser uma Nação significativamente presente nestes tempos de mundialização do planeta.

Para que tal objetivo se cumpra, urge dar-lhe a indispensável higidez institucional, realizando as inadiáveis reformas políticas.

Estas devem, como gênero de primeira necessidade, começar tratando dos sistemas eleitoral e partidário, conquanto aí não se esgotem. O sistema eleitoral – e esse ponto é essencial para a correta compreensão do tema, pois condiciona o sistema partidário – e os dois como variáveis condicionam o sistema de governo. Quando os três elementos são inconsistentes ou incompatíveis entre si, a entropia torna-se inevitável, afetando a estabilidade e o equilíbrio do sistema. Um exemplo prático decorre da famosa lei tendencial de Duverger, segundo a qual o sistema proporcional, favorecendo o pluralismo, dificulta a constituição da maioria parlamentar, sem a qual, nos sistemas parlamentaristas, não se forma o governo. Como essa maioria só pode ser obtida por grandes coalizões, os gabinetes tornaram-se instáveis, como na Itália, por exemplo. No presidencialismo, como os gabinetes não dependem de maioria parlamentar, é possível, como os EEUU durante os dois governos de Clinton, governar sem maioria, sem maioria em uma ou ambas as Casas do Congresso. Parlamentarismo com sistema proporcional sem mecanismos corretivos é, portanto, provocador da entropia do sistema político.

Essa constatação aponta a necessidade de fazermos das reformas políticas um processo de ajustamento e aprimoramento do conjunto desses sistemas e não de simples mudanças ocasionais de um ou outro. Assim, se a preferência num determinado país for por um sistema parlamentar de governo, ou se adota um sistema eleitoral majoritário, de maioria simples, como na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Austrália, ou de maioria absoluta, como na França. Uma alternativa é a adoção de um sistema proporcio-

nal com mecanismos fortemente corretivos da representatividade, como na Alemanha, para tornar viável a governabilidade e estáveis os gabinetes.

Exatamente por isso, alterações ou mudanças num ou noutro componente do sistema político, como tem sido tradição brasileira, não chegam a constituir uma reforma. Por isso, corremos o risco daquilo que, depreciativamente, porém com certa dose de razão, o historiador José Honório Rodrigues chamou de “reforminhas de conveniências”.

É fundamental lembrar, por outro lado, as limitações com que nos defrontamos, quando lidamos com o que se convencionou chamar de sistema político. Os recursos de organização do Estado e suas instituições políticas, por mais complexo que seja o país, admitem poucas e limitadas opções, até mesmo por seu caráter dicotômico. Cingem-se as seguintes alternativas: Forma de Estado – Unitário x Federativo; Forma de Governo – Monarquia x República; Sistema de Governo – Parlamentarismo x Presidencialismo; Sistema Eleitoral – Proporcional x Majoritário; Sistema Partidário – Bipartidário x Pluripartidário.

Alguém poderá observar que hoje, em alguns países, já não há mais essa dicotomia com relação ao sistema de governo e ao sistema eleitoral. Com efeito, no que se refere ao primeiro, sistema de governo, em alguns países registram-se experiências relativamente recentes do que se tem chamado de presidencialismo mitigado ou parlamentarizado, de que França e Portugal são exemplos. O mesmo se passa a propósito do sistema eleitoral: há modelos mistos ou híbridos, apelidados incorretamente de “sistema distrital misto”, que escolhe os representantes do povo combinando sistema eleitoral majoritário com proporcional. Seria a Alemanha talvez o país que mais caracterizaria este tipo.

Passo agora a fazer, ainda que sumariamente, algumas observações, detendo-me no sistema eleitoral. Antes de falar das alternativas viáveis, é preciso aludir às suas finalidades. À representação, segundo a conhecida lição de Giovanni Sartori, cumpre simultaneamente dois papéis. O primeiro, materializar representatividade, isto é, dar voz, voto e expressão política às diferentes correntes ideológicas, doutrinares ou programáticas existentes na sociedade, por meio dos partidos, atendendo-se assim ao requisito essencial da democracia, que é o pluralismo político. Logo, quanto mais partidos disputarem o voto, maior a representatividade do sistema. A outra função, tão rele-

vante quanto a primeira, é assegurar a governabilidade, a possibilidade de o governo tornar efetivas as suas decisões necessárias ao que Aristóteles chamou de o “bom governo”. O grande dilema é que as duas funções correm na mesma linha ou fluem no mesmo espaço e, como tal, não há como maximizá-las. Enfim, se aumentarmos a representatividade, teremos que diminuir proporcionalmente os padrões de governabilidade e vice-versa.

Além da superação desse problema, temos de considerar que a influência do sistema eleitoral no modelo partidário, por sua vez, condiciona o sistema de governo. Vamos figurar uma hipótese concreta. Segundo todas as constatações empíricas feitas ao longo dos últimos 50 anos, o que apenas confirma a chamada lei tendencial de Duverger, os sistemas eleitorais majoritários limitam ou, para usar expressão em voga no “economês”, “contingenciam” o número de partidos. Os sistemas eleitorais proporcionais favorecem a proliferação partidária. Quando pensamos num sistema de governo que não pode existir sem a formação de maioria parlamentar, o sistema eleitoral com ele mais compatível é, necessariamente, o majoritário. É por isso que virtualmente todos os sistemas de governo parlamentaristas, com raríssimas exceções, adotam essa modalidade de voto. São exemplos Grã-Bretanha, França, Índia, Austrália, Espanha, Portugal, Grécia, Israel e Nova Zelândia, para citar apenas alguns. Isso nos permite concluir que não há governo parlamentarista estável sem um sistema eleitoral majoritário. Os raríssimos que adotam o sistema proporcional o fazem com mecanismos fortemente corretivos, caso da Alemanha que há pouco citei.

No presidencialismo, onde a formação do governo não depende da existência de maioria parlamentar, tanto é possível adotar o sistema eleitoral proporcional quanto o majoritário. O exemplo americano apenas confirma a relação de causa e efeito entre o sistema eleitoral e sistema partidário. Sendo dos poucos presidencialismos que adotam o sistema eleitoral majoritário, seu modelo de estruturação é um dos sistemas bipartidários existentes no mundo contemporâneo. Isso no plano federal, esfera em que o partido Republicano e o partido Democrata se revezam no poder, como herdeiros dos federalistas e unionistas desde os tempos da elaboração constitucional norte-americana no século XVIII. Aliás, observe-se, tal modelo, mais uma vez, comprova a formulação de Duverger. Em síntese, sistemas majoritários produzem a redução do número dos partidos e os proporcionais sua proliferação.

Esta ponderação serve de advertência aos partidários da adoção do parlamentarismo no Brasil. Parlamentarismo com o sistema eleitoral proporcional significaria, inevitavelmente, a reedição do superado modelo italiano do pós-guerra, que tanta instabilidade política gerou no país. Os que falam em mudanças do sistema de governo em nosso País, o que, a meu ver, não é constitucionalmente possível, pois o plebiscito realizado em 21 de abril de 1993 converteu o presidencialismo em cláusula pétrea, devem ter em conta também que a complementaridade dos três sistemas (eleitoral, partidário e de governo) conforma o sistema político. Adotar, apenas por hipótese, esse sistema no Brasil – o parlamentarismo – exigiria mudar o sistema eleitoral e, por conseqüência, o sistema partidário.

Se à representação cumpre dois papéis simultâneos, o da diversidade e o da governabilidade, como proceder à engenharia política para encontrar o ponto de equilíbrio entre as duas funções? O caso italiano serve de exemplo. Os gabinetes mais instáveis no país foram aqueles formados por grandes coalizões, resultantes do alinhamento de sete ou oito partidos. Será possível garantir a governabilidade com sistemas eleitorais proporcionais? Sem dúvida! Porque os sistemas políticos não são sistemas **clausus**, isto é, fechados, inflexíveis ou de correção impossível. Tanto a modalidade proporcional quanto a majoritária admitem remédios corretivos que permitem “dosá-los”.

No caso dos sistemas majoritários, o melhor exemplo é o da França, que difere dos demais, porque corrige o princípio da maioria relativa, que é excludente, pelo da maioria absoluta, permitindo que, através das alianças, num segundo turno, as minorias se alinhem transformando-se em majorias necessárias para eleger seus representantes que, na modalidade de maioria simples, estariam fora do jogo político e da disputa pelo poder. O mesmo ocorre nos sistemas proporcionais. Aqui, o melhor exemplo é a Alemanha, que, como sabemos, adota o sistema proporcional também corrigido.

Esta afirmação exige um parêntese. O sistema alemão é usualmente chamado de “distrital” ou “distrital misto”, denominação a meu juízo imprópria. O que na linguagem eleitoral se chama de distrito existe tanto nos sistemas proporcionais quanto nos majoritários. É sinônimo de circunscrição. Assim, em nosso sistema proporcional a circunscrição ou distrito nos pleitos municipais é o Município, da mesma forma que

nos pleitos estaduais é o Estado e nas eleições federais é o País. Nos sistemas majoritários, um município como o das grandes cidades contém várias circunscrições ou distritos, e pequenos municípios se juntam sob o ponto de vista eleitoral, para constituir um distrito. A melhor definição de sistema eleitoral é a de que, qualquer que seja sua configuração, não se trata nada mais que a regra utilizada para transformar os votos em cadeiras no Parlamento, nas assembleias estaduais e nas câmaras municipais. Recorde-se, a propósito, que o sistema alemão, adotado desde a lei eleitoral de 1956, até a reunificação do país, em 1989, embora utilizasse simultaneamente, como ainda hoje, as modalidades majoritária e proporcional, sempre manteve o princípio proporcional como regra de conversão de cadeiras em votos. Daí concluir que mais adequado será chamá-lo de proporcional moderado ou proporcional corrigido. Há dois fatores de moderação. Um deles é a cláusula de desempenho, aqui impropriamente denominada de cláusula de barreira, que gira em torno de 5% dos votos, aceita em vários países; e o outro é a utilização simultânea dos dois sistemas para escolha dos parlamentares, o majoritário e o proporcional. Há, dessa forma, dois fatores de correção que, durante mais de 50 anos, vêm garantindo a formação de governo e a estabilidade dos gabinetes nos sistemas parlamentaristas.

Voltamos à questão do equilíbrio entre representatividade e governabilidade. Os sistemas originais, tanto o majoritário quanto o proporcional, apresentam inconvenientes, agravados na sociedade de massa em que é muito elevado o número de eleitores. Em sua versão original, o sistema majoritário aplicado nos Estados Unidos leva a uma concentração radical de apenas dois partidos (leia-se: sobretudo no plano federal) com evidente prejuízo da diversidade e do pluralismo. O proporcional, aplicado no Brasil, leva a uma excessiva proliferação partidária, em que nada menos de 19 partidos estão representados no Congresso.

Um dos problemas que identificamos em relação à representatividade, que deve exprimir a diversidade e o pluralismo, é que a exacerbação desse princípio termine impedindo o que poderíamos chamar de transparência ideológica ou programática. E isto tem a ver com o ponto de equilíbrio entre as duas funções do sistema eleitoral. Em que país se pode identificar 18 ou 19 correntes doutrinárias ou ideológicas? Se elas podem ser contadas com os dedos de uma das mãos, dividir sua representação em quatro ou cinco

legendas para uma das "ideologias" existentes implica em diluir, portanto afetar drasticamente a nitidez ideológica do espectro partidário.

O caso brasileiro tem levado alguns partidos a preconizar como remédio a utilização do sistema majoritário. Isso seria uma volta ao passado, pois o Brasil o praticou em diferentes modalidades, entre nossa primeira eleição nacional de 1820 e 1927, quando adotamos o atual sistema. O ano de 1927, como sabemos, marcou a última eleição parlamentar sob sistema majoritário, mas a eleição pelo sistema proporcional só foi adotada com o Código Eleitoral de 1932, sendo o primeiro pleito sob esse novo sistema o de 1933, para a Constituinte de 1934. A instituição do voto proporcional foi uma conquista da universalização do direito de voto e adotado em 1893, na Bélgica, exatamente para atender à peculiaridade histórica do país, composto de flamengos e valões. É de notar-se que o sistema majoritário puro tem também ensejado distorções e, entre outras coisas, produz a discrepância entre o número de votos e o número de cadeiras em que esses votos se transformam. É fácil constatar tal observação olhando como funciona ele em alguns sistemas majoritários, especialmente na Grã-Bretanha, Canadá, Turquia. Esta é uma aberração que, via de regra, não ocorre no sistema proporcional em alguns países como a Alemanha, a Holanda, a Suíça e o Brasil. Para dar um exemplo, com relação ao Brasil, nas eleições proporcionais de 1994, o PMDB teve 20,49% dos votos, o que lhe valeu uma representação de 20,85% das cadeiras na Câmara dos Deputados.

Como se vê, preconizar para o Brasil um sistema majoritário não seria uma boa solução, visto estar ele sendo questionado até mesmo no país de origem, a Grã-Bretanha. O desafio do modelo político brasileiro não reside, na minha opinião, em trocar o sistema eleitoral, mas simplesmente aperfeiçoá-lo. A adoção do sistema há tempos reclamado na Inglaterra foi uma das promessas de campanha do primeiro mandato de Tony Blair, ainda não cumprida. Em compensação, logrou quebrar a rigidez do sistema, adotando-o para escolha dos representantes britânicos no Parlamento Europeu. De tal sorte que os ingleses votam pelo sistema majoritário para eleger os seus representantes à Câmara dos Comuns e pelo sistema proporcional para escolher os seus representantes em Estrasburgo.

O que recomenda a manutenção do sistema eleitoral que praticamos e não a sua volta ao passado é a adoção de alguns instrumentos corretivos. Vale a

pena mencionar: a cláusula de desempenho já referida, estatuída na Lei nº 9.096/95, com aplicação prevista para as eleições de 2006. A cláusula de desempenho varia de país a país e, entre outros, já a possui em Alemanha, Argentina, Espanha, França, Suécia, Dinamarca, Israel, Nova Zelândia, S'ri Lanka. Outro instrumento de correção é o tamanho da circunscrição, fator também relevante para maior ou menor proporcionalidade do sistema. Quanto maior, maior a proporcionalidade. O número mínimo e o número máximo por distrito eleitoral variam de 1 a 22 na Finlândia e, no Brasil, de 8 a 70. Se tal não for possível, que se faça como na Alemanha, um sistema misto, com parte dos representantes escolhidos pelo sistema proporcional e parte pelo sistema majoritário. Por fim, existe o sistema de distribuição das sobras. No Brasil, entre 1932 e 1945, se utilizou o critério de distribuir as sobras ao partido mais votado, prática que se modificou em 1947 e permanece até hoje. A distribuição adicional de cadeiras se faz distribuindo-se as sobras pelo número de cadeiras obtidas pelo quociente eleitoral mais 1.

Sintetizando, espero ter demonstrado que a reclamada reforma política em nosso País exige muito mais do que simplesmente substituir um sistema eleitoral por outro. Da mesma forma, parece-me claro que a modalidade do voto proporcional é incomparavelmente superior à alternativa do sistema majoritário e, nas sociedades de massa, como é o nosso caso, indispensável, por ser mais democrático, além disso, requisito essencial do pluralismo partidário e da diversidade ideológica ou programática. Sem dúvida, faltam remédios corretivos, como a cláusula de desempenho, já prevista em lei. Sua aplicação poderia começar já no próximo ano, testando-se seus resultados no pleito municipal. Para tanto basta pequena alteração na Lei nº 9.096/95. É bom lembrar que já existe projeto de lei aprovado do Senado e em apreciação na Câmara dos Deputados nesse sentido.

Essas operações, no entanto, não dispensam outras mudanças que complementem a reforma política. O sistema partidário brasileiro também exige adaptações que o tornem mais articulado. Elas estão ao nosso alcance e a maioria delas não exige mudanças constitucionais, mas simples alterações na legislação ordinária ou complementar para pôr cobro a práticas que desvirtuam o pronunciamento soberano das urnas, deformam a correlação de forças estabelecidas pelos eleitores e maculam a legitimidade da atuação partidária no Congresso Nacional, nas Assem-

bléias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais.

O Brasil é um dos países do mundo ocidental com maior tradição de vida política, de continuidade eleitoral e de disputa partidária. Temos logrado alguns avanços, embora lentos alguns, longamente adiados outros. Tenho a esperança de que nesta Legislatura, a primeira do século XXI e do sexto século da nossa existência como nação, e que se inicia sob tão bons augúrios, seja possível a realização daquilo que a representação política está devendo: o estabelecimento de um conjunto de reformas que torne o processo político mais legítimo, mais coerente com as aspirações dos brasileiros e mais afinado com as necessidades do País.

As experiências nos mostram que, ao longo de quase dois séculos de vida independente, passamos por crises agudas de natureza política e institucional. Sem querer deter-me em longo retrospecto histórico, hoje, com a Constituição de 1988, que representou a conclusão de longo processo de transição para o Estado de Direito, tornamo-nos uma autêntica democracia. Essa foi uma conquista importante. Disso ninguém duvida. Precisamos agora melhorar a governabilidade. A democracia é condição necessária, porém não suficiente para atingir tal objetivo.

Urge, agora, dar um passo indispensável: passarmos de uma “democracia de procedimento” para uma “democracia de decisão”, que assegure a desejada governabilidade.

Impõe-se, portanto, a imprescindibilidade das chamadas reformas políticas, entendidas não apenas como aperfeiçoamento dos sistemas eleitoral e partidário, mas também do sistema de governo, do fortalecimento do pacto federativo e revigoramento dos valores republicanos, promovendo, como preconizou, há cerca de cem anos, Joaquim Murinho a “republicanização” da República.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o objetivo deste breve pronunciamento é comentar uma interessante e recente publicação que trata dos problemas da dívida pública do Brasil. Refiro-me à edição de novembro de 2002 dos **Cadernos Adenauer**, que se dedica a analisar os dilemas da dívida.

A Fundação Konrad Adenauer é um instituto alemão, com forte presença internacional, dedicado a estudos políticos sobre as questões contemporâneas da democracia representativa, dos direitos humanos, da economia social de mercado, da justiça social e do desenvolvimento sustentado. O nome da fundação é

uma homenagem a Konrad Adenauer, o grande estadista democrata-cristão que liderou, após a 2ª Guerra Mundial, a notável recuperação alemã nos campos da democracia e do ressurgimento econômico.

No Brasil, uma das boas iniciativas da Fundação, já há alguns anos, é a publicação trimestral dos **Cadernos Adenauer**, cada número dedicado a determinado tema de interesse brasileiro ou internacional. O de novembro, como disse, é sobre a dívida pública brasileira, e reúne artigos e opiniões de diversos estudiosos. São diferentes enfoques e diferentes opiniões, alguns mais técnicos, outros mais políticos, no que tange à gravidade ou não do montante da nossa dívida pública, da maior ou menor dificuldade de administrá-la, do acerto ou não das políticas que levaram ao seu crescimento e da influência maior ou menor dos azares externos que a condicionaram.

Em meio a essa diversidade de opinião sobre a formação da dívida, destaca-se uma faceta muito interessante: há quase unanimidade entre os autores sobre a maneira correta de conduzir a política econômica, em face do fato concreto da existência da dívida. E é exatamente a maneira como vinha atuando o Governo Fernando Henrique Cardoso, nos anos mais recentes, ou seja, a adoção de uma política fiscal equilibrada, a obtenção de expressivo superávit fiscal, a conquista da confiança dos investidores nacionais e internacionais, visando a uma dinamização da economia, e a busca de reformas que favoreçam a competitividade das empresas e o resgate das expectativas de avanços no panorama social.

Mais notável ainda, Sr. Presidente, é a constatação de que essa “receita de bolo” tucana vem sendo agora seguida pelo governo do partido que sempre a criticou, numa clara e auspiciosa demonstração de que, na cúpula do PT, a responsabilidade finalmente venceu a demagogia.

O primeiro artigo dessa edição dos **Cadernos Adenauer** é assinado pelo economista sênior do Banco Mundial Santiago Herrera. Em sua análise, ele lembra que a dívida pública brasileira é, hoje, predominantemente dívida interna: a dívida externa, em dólares, é 4 vezes menor que a interna. Ele diz que a gestão dessa dívida aperfeiçoou-se tecnicamente nos últimos anos, pois técnicas sofisticadas têm sido utilizadas para neutralizar a pressão negativa que a dívida exerce sobre a economia. A meta deve ser alongar e desindexar gradualmente a dívida interna. Entre suas recomendações, destaca-se a de ampliar o mercado comprador de títulos governamentais, hoje excessivamente concentrado no sistema financeiro.

Outra análise que chama atenção é a de Dieter Benecke, economista da Fundação Konrad Adenauer, pelo seu enfoque histórico e político. Ele afirma que os baixos crescimentos dos anos 80 e 90 relacionam-se com endividamento. Aponta para as duas histórias muito diferentes da dívida externa dos anos 80 e da dívida interna dos anos 90. Na primeira, preponderaram os fatores do segundo choque do petróleo, da subsequente alta dos juros internacionais e da quebra do México. Nos anos 90, houve a recuperação do crédito; mas, na segunda metade da década, ocorreram os choques externos de sucessivas crises financeiras, de repercussão global: a do México, a da Ásia e a da Rússia.

Aqui é preciso relembrar e acrescentar que, em paralelo à formação da dívida interna nos anos 90, houve contrapartidas positivas notáveis, obras do Governo Fernando Henrique Cardoso, tais como: a vitória sobre uma monstruosa inflação, a melhoria de muitos e importantes indicadores sociais, a reforma do Estado, a introdução firme da responsabilidade fiscal na consciência dos brasileiros, os avanços na reforma da previdência e em direção a uma reforma tributária, e, finalmente, a melhor articulação de nosso esforço exportador, com a decorrente obtenção de brilhante saldo positivo em nossa balança comercial, em 2002.

Um artigo muito esclarecedor sobre a natureza de nossa dívida interna é o do economista brasileiro Flávio Rabelo Versiani. Ele chama a atenção para o fato de que 85% do crescimento da dívida interna nos anos 90 deveu-se a fatores não recorrentes, isto é, a dívidas ocultas preexistentes, que não mais se repetirão e que foram reconhecidas, explicitadas e consolidadas em atos corajosos do Governo Fernando Henrique. Pelo efeito de trazer transparência a males antes escondidos no nevoeiro da insinceridade, a assunção desse endividamento pela União foi fato de efeito positivo a longo prazo.

Essas dívidas não recorrentes e herdadas dividem-se em três blocos principais. O primeiro foi o refinanciamento da dívida dos Estados e Municípios. A União assumiu o endividamento dos entes federados num montante que, em abril de 2002, era de 275 bilhões de reais.

O segundo bloco de endividamento da União não recorrente e herdado refere-se ao reconhecimento de diversos “esqueletos”, ou, em linguagem técnica, passivos contingentes, como, por exemplo, o do sistema financeiro habitacional. O valor desse bloco, em abril de 2002, era de 143 bilhões de reais.

O terceiro bloco assumido pela União foi o saneamento dos bancos federais, do Banco do Brasil, da Cai-

xa Econômica Federal e dos bancos regionais. Esse bloco totalizava, em abril de 2002, 69 bilhões de reais.

Os três blocos não recorrentes e herdados so-mavam, em meados de 2002, cerca de 488 bilhões de reais! As dívidas assim originadas formam, portanto, o grosso da dívida interna, que era, em junho de 2002, de 709 bilhões de reais. São 488 comparados a 709, Sr. Presidente!

Temos aí, Sr. Presidente, não só um importante fato político e moral, como também um indicador de que a tão propalada dívida interna tem todos os indícios de ser uma dívida administrável, como de resto apontam diversos estudos. Isto é, a dívida interna, ao longo dos anos vindouros, representará percentual cada vez menor no PIB brasileiro.

De 1994 a 2002, a dívida externa passou de 8,1% para 11,1% do PIB. Seu valor, em dólares, até decresceu, em 10%. A dívida interna, de 1994 a 2002, passou de 28,1% para 55,9% do PIB. Um percentual de 60% do PIB requer uma gestão cuidadosa e profissional, mas será um percentual cadente, cada vez mais fácil de carregar, desde que o atual e os próximos governos persistam no espírito do Governo Fernando Henrique, de seriedade, responsabilidade e credibilidade interna e externa.

São esses, Sr. Presidente, os pontos mais marcantes dessa oportuna edição da revista **Cadernos Adenauer**, da qual trago notícia para a atenção desta Casa.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 9, DE 2003

(Proveniente da Medida Provisória nº 94, de 2002)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2003, que reabre o prazo para que os Municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos, dá nova redação à Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e dá outras providências, provenientes da Medida Provisória nº 94, de 2002, tendo

Pareceres proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), 1º pronunciamento: preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, nos termos de Projeto de Lei de Conversão que oferece, e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada perante aquela Comissão; 2º pronunciamento: reiterando a aprovação do Projeto de Lei de Conversão, com alterações que promove.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 47 minutos.)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY

13-5-2003

terça-feira

- 9h00** – Senador Paulo Paim, acompanhado do Ministro Ricardo Berzoini, Ministro da Previdência e Assistência Social, da Ministra Matilde Ribeiro, Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Ministro Tarso Genro, Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e da jornalista Miriam Leitão
Presidência do Senado Federal
- 12h30** – Almoço com a presença do Senhor Presidente da República e da bancada do PMDB no Senado e na Câmara dos Deputados
Residência Oficial do Senado Federal – SHIS QL 12 – conjunto 11 – casa 1
- 15h30** – Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro
Presidência do Senado Federal
- 15h45** – Ordem do Dia
Plenário do Senado Federal
- 18h00** – Governador João Alves, Governador do Estado de Sergipe, acompanhado do Desembargador Carlos Ayres
Presidência do Senado Federal
- 20h30** – Jantar em homenagem aos Ministros do Supremo Tribunal Federal
Residência do Senado Federal, SHIS QL 12 – conjunto 11 – casa 1

ATO Nº 018 DE 2003, DA COMISSÃO DIRETORA

Estabelece normas para o pagamento da Gratificação de Atividades Acadêmicas no âmbito da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB)

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º O pagamento de Gratificação de Atividades Acadêmicas a servidores pelo encargo temporário de Professor, Conteudista, Monitor, Tutor, Técnico de Apoio e Coordenador de eventos promovidos pela Unilegis e pelo ILB é fixado com base no valor da FC-7, de acordo com a formação do profissional incumbido do desenvolvimento dos trabalhos, nível de complexidade do programa e percentuais fixados no anexo a este Ato.

Art. 2º Para efeito de aplicação deste Ato as atribuições dos encargos temporários a que se refere o artigo anterior são as seguintes:

I - Professor: responsável pela condução do processo de ensino-aprendizagem de disciplinas, ministrando aulas em regime presencial, semipresencial ou a distância.

II - Conteudista: responsável pela preparação ou revisão de conteúdo a ser utilizado nos eventos em regime presencial, semipresencial ou a distância, assim como para a geração de publicações.

III - Monitor: responsável pelo atendimento presencial de alunos regularmente matriculados em cursos presenciais e semipresenciais, no que se refere ao esclarecimento do conteúdo das disciplinas.

IV - Tutor: responsável pelo atendimento a alunos regularmente matriculados em cursos semipresenciais e a distância no que se refere ao esclarecimento do conteúdo das disciplinas.

V - Técnico de Apoio: responsável pelo planejamento visual e formatação de material instrucional a ser utilizado em eventos presenciais, semipresenciais e a distância, observados os parâmetros adotados, ou na execução de trabalhos técnico-científico de suporte aos eventos e no interesse das atividades regulamentadas por este Ato.

VI - Coordenador: responsável pela execução de procedimentos administrativos, didáticos e pedagógicos de eventos presenciais, semipresenciais e a distância, segundo rotinas definidas.

Art. 3º Os níveis de complexidade fixados no anexo deste ato correspondem, respectivamente a:

I - Nível III - os cursos em nível de pós-graduação;

II - Nível II - os cursos em nível de graduação;

III - Nível I - os cursos em nível de extensão e demais cursos que não se enquadrem nos itens anteriores.

Art. 4º Caberá à Diretoria Executiva do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) a formalização de processo para a designação dos servidores para desempenhar os encargos previstos neste Ato, de acordo com o projeto técnico do evento, onde deve constar, no mínimo, a carga horária, o nível de complexidade do evento e a qualificação do profissional designado na forma do Artigo 2º deste Ato, devendo o pagamento ser feito com base no número de horas mensais efetivamente trabalhadas pelo servidor designado.

Art. 5º Ao servidor designado para o exercício dos encargos temporários previstos neste Ato será assegurado, além do pagamento da gratificação aqui prevista, o pagamento de horas-extras, quando a prestação de serviços ocorrer fora do horário normal de trabalho, e do adicional noturno, na forma da lei.

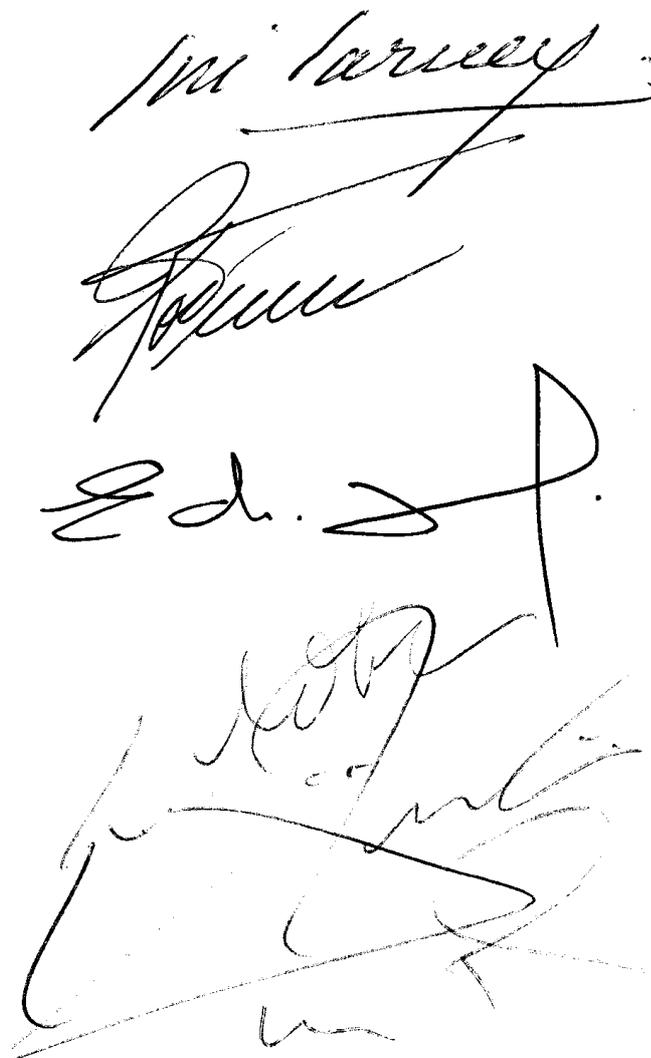
Art. 6º A declaração de serviços prestados pelos servidores, atestada pela Diretoria Executiva do ILB no processo pertinente, é o documento hábil para comprovação, para todos os efeitos, junto à Administração do Senado Federal.

Art. 7º O disposto neste Ato aplica-se, no que couber, à contratação de profissionais externos, para o desempenho dos encargos de que trata o artigo 1º, sendo os percentuais definidos no anexo a este Ato, multiplicados por dois.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário, especificamente o Ato da Comissão Diretora nº 65, de 1993.

Sala de Reuniões, em 13 de maio de 2003.



ANEXO – TABELA DE GRATIFICAÇÃO

Qualificação do Profissional	Graduado			Especialista			Mestre			Doutor		
	Nível			Nível			Nível			Nível		
Encargo	I	II	III	I	II	III	I	II	III	I	II	III
Professor	2%	--	--	2,5%	2,5%	4%	3%	3%	4,5%	3,5%	3,5%	5%
Conteudista	1,5%	--	--	2%	2%	2%	2,5%	2,5%	2,5%	3%	3%	3%
Monitor	1,5%	--	--	2%	2%	2%	2,5%	2,5%	2,5%	3%	3%	3%
Tutor	1,5%	--	--	2%	2%	2%	2,5%	2,5%	2,5%	3%	3%	3%
Técnico de Apoio	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
Coordenador	1,5%	--	--	2%	2%	2%	2,5%	2,5%	2,5%	3%	3%	3%

Em % do valor da FC-7

Ato nº 018/2003.-2003

5%	R\$ 80,00
4,5%	R\$ 72,00
4%	R\$ 64,00
3,5%	R\$ 56,00
3%	R\$ 48,00
2,5%	R\$ 40,00
2%	R\$ 32,00
1,5%	R\$ 24,00
1%	R\$ 16,00

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
ATO Nº 019 , DE 2003

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar **RESOLVE:**

Considerando que a contribuição do SIS não sofre alteração desde 1996;

Considerando que o INPC acumulado, no período em que a contribuição não variou, foi de 54.9694% ;

Considerando que a Unidade de Serviço (US), praticada pelos Hospitais e o Coeficiente de Honorários(CH), utilizada para pagamento dos honorários médicos, já sofreu três reajustes ao longo deste período;

Considerando a constante diminuição dos recursos orçamentários destinados ao SIS;

Considerando que os valores propostos continuarão abaixo do praticado pelo mercado;

Considerando a necessidade de se manter o equilíbrio entre as despesas e as receitas do Sistema Integrado de Saúde.

Art. 1º - Alterar o parágrafo único do Art. 25 da Resolução nº 91, de 1992(Regulamento do Sistema Integrado de Saúde – SIS), que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 25.

Parágrafo Único. A contribuição mensal é de caráter obrigatório, no valor de R\$120.00(cento e vinte reais) podendo ser revisto pelo Conselho de Supervisão do SIS, sempre que houver necessidade de manter o equilíbrio financeiro do Plano de Saúde”.

Art. 2º - Dá nova redação ao Art. 4º do Ato nº 38, de 1997 ;

“Art. 4º- A contribuição mensal do servidor admitido para o exercício de cargo de provimento em comissão do Quadro de Pessoal do Senado ou de seus Órgãos Supervisionados, inscrito no Plano de Assistência do SIS, é de R\$240.00(duzentos e quarenta reais), acrescidos dos encargos adicionais correspondentes à inscrição dos dependentes a que se refere os itens I ,II, III e IV do Art. 5º, podendo ser revisto pelo Conselho de Supervisão do SIS, sempre que houver necessidade de manter o equilíbrio financeiro do Plano de Saúde.”

Art. 3 - Alterar o Art. 5º inciso I e III ; do Ato nº 38, de 1997 e acrescentar o inciso IV que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º -

I- Pai e mãe, sem rendimentos, mediante pagamento adicional mensal, para cada um desses dependentes, correspondente a 1 (uma) contribuição mensal do servidor efetivo e também do pagamento de participação adicional na cobertura das despesas realizadas por esses dependentes, limitada, para cada um, à participação máxima do titular;

- II-.....
- III- Cônjuge ou companheiro(a), com rendimentos, mediante pagamento adicional mensal, correspondente a 1(uma) contribuição mensal do servidor efetivo e também do pagamento de participação adicional na cobertura das despesas realizadas por esse dependente, limitada à participação máxima do titular.**
- IV- Filho(a), inclusive adotivo(a), enteado(a), solteiro(a), sem rendimentos, maior de vinte e um anos, mediante pagamento adicional mensal, correspondente a 1(uma) contribuição mensal do servidor efetivo e também do pagamento de participação adicional na cobertura das despesas realizadas por dependente, limitada à participação máxima do titular”.**

Art. 4º - Acrescentar ao Anexo do Ato da Comissão Diretora nº 38/97 o inciso X.

Condições para inclusão de dependentes no SIS

- I-
II
III-
IV-
V-
VI-
VII-
VIII-
IX-
X- **Filho(a), inclusive adotivo(a), e enteado(a), solteiro(a), sem rendimentos, maior de vinte e um anos:**
- a) certidão de nascimento do dependente;**
b) certidão de casamento do servidor(a), no caso de inscrição de enteado(a);
c) declaração do(a) servidor(a) de que o dependente é solteiro(a), não recebe alimentos e não percebe rendimentos de valor superior a um salário mínimo e vive sob a dependência econômica;

Art. 5º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, em 13 de maio de 2003.



**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL,
Nº 057 ,DE 2003.**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL no desempenho de suas atividades regimentais e regulamentares resolve prorrogar por 160(cento e sessenta) dias, o prazo da Comissão Especial criada pela Portaria do nº 143/2002-Dger.

Brasília, 12 de maio de 2003.



Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3490 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009357/03-3,

RESOLVE designar o servidor JOÃO FERREIRA LIMA, matrícula 4792, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade de Assistência a Plenário e Portaria, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Presidência, a partir de 09 de maio de 2003.

Senado Federal, 12 de maio de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

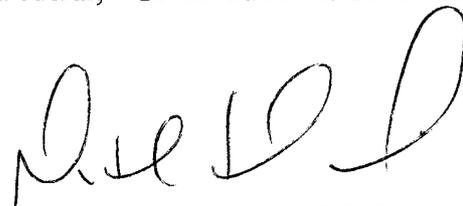
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3491, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009004/03-3,

RESOLVE dispensar a servidora LILIAN KARLA FERREIRA DO AMARAL, matrícula 4833, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Secretaria de Controle Interno, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Diretoria-Geral, a partir de 06 de maio de 2003.

Senado Federal, 12 de maio de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3492, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009290/03-6,

RESOLVE designar o servidor LUCAS ZANELLO, matrícula 3432/SEEP, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 3, Especialidade de Administração, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Magno Malta, a partir de 08 de maio de 2003.

Senado Federal, 12 de maio de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3493 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009288/03-1,

RESOLVE dispensar o servidor ADALBERTO JOSÉ CARNEIRO FILHO, matrícula 4338, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PT, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Tião Viana, a partir de 08 de maio de 2003.

Senado Federal, 12 de maio de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3494 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009069/03-8,

RESOLVE dispensar a servidora ROSIENE DE OLIVEIRA ROCHA GOMES, matrícula 3375/SEEP, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 7 - Especialidade de Processo Industrial Gráfico, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Amir Lando, a partir de 06 de maio de 2003.

Senado Federal, 12 de maio de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3495 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009371/03-6,

RESOLVE dispensar o servidor FRANCISCO CARLOS MORAIS CASAS NOVAS, matrícula 4618, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, a partir de 09 de maio de 2003.

Senado Federal, 12 de maio de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3496 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 009215/03-4,

RESOLVE dispensar a servidora THERESA MARTHA DE SÁ TEIXEIRA, matrícula 2410, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Liderança do PL, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do mesmo Órgão, a partir de 08 de maio de 2003.

Senado Federal, 12 de maio de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3497 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato n.º 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo n.º 009144/03-0,

RESOLVE dispensar o servidor **PAULO SÉRGIO VALENTE MARINS**, matrícula 3808/SEEP, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Liderança do PSDB, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do mesmo Órgão, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

Senado Federal, 12 de maio de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3498 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009147/03-9,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **GISÉLIO ROBERTO CALABRÓ VIANA** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira-Secretaria.

Senado Federal, em 12 de maio de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 3499, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 30 da Resolução nº 42, de 1993, em conformidade com o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 5, de 1995, e tendo em vista o constante no Processo nº. 002938/01-4, deferido pelo Senhor Primeiro-Secretário,

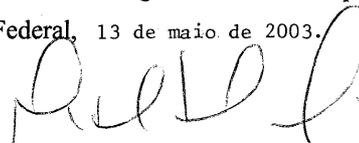
R E S O L V E:

Art. 1º. São corrigidas as promoções por mérito do servidor LUIZ HENRIQUE DE FARIA LEITE, matrícula nº. 5213, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, Técnico Legislativo – Especialidade de Transporte, que passam a vigorar da seguinte forma:

Do padrão 23 para o 24, a partir de 01 de janeiro de 1995;
do padrão 24 para o 25, a partir de 01 de janeiro de 1996;
do padrão 25 para o 26, a partir de 01 de janeiro de 1997;
do padrão 26 para o 27, a partir de 01 de janeiro de 1998;
do padrão 27 para o 28, a partir de 01 de janeiro de 1999;
do padrão 28 para o 29, a partir de 01 de janeiro de 2000;
do padrão 29 para o 30, a partir de 01 de janeiro de 2001.

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de maio de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 3500 de 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 09, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000760/03-0, resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos integrais, a servidora ODAIZA RODRIGUES ALVES, matrícula 3407, Analista Legislativo, Nível III, Classe Especial, Padrão 45, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, na forma assegurada pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as vantagens das Resoluções-SF nºs 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 13 de maio de 2003



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA		PFL	- Heráclito Fortes
PFL	- Rodolpho Tourinho		PMDB	- Mão Santa
PFL	- Antonio Carlos Magalhães			RIO GRANDE DO NORTE
PFL	- César Borges		PTB	- Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO		PMDB	- Garibaldi Alves Filho
PT	- Roberto Saturnino		PFL	- José Agripino
PL	- Marcelo Crivella			SANTA CATARINA
PMDB	- Sérgio Cabral		PFL	- Jorge Bornhausen
	MARANHÃO		PT	- Ideli Salvatti
PMDB	- João Alberto Souza		PSDB	- Leonel Pavan
PFL	- Edison Lobão			ALAGOAS
PFL	- Roseana Sarney		PT	- Heloisa Helena
	PARÁ		PMDB	- Renan Calheiros
PMDB	- Luiz Otávio		PSDB	- Teotônio Vilela Filho
PT	- Ana Júlia Carepa			SERGIPE
PTB	- Duciomar Costa		PFL	- Renildo Santana
	PERNAMBUCO		PDT	- Almeida Lima
PFL	- José Jorge		PSB	- Antonio Carlos Valadares
PFL	- Marco Maciel			AMAZONAS
PSDB	- Sérgio Guerra		PMDB	- Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO		PSDB	- Arthur Virgílio
PT	- Eduardo Suplicy		PDT	- Jefferson Peres
PT	- Aloizio Mercadante			PARANÁ
PFL	- Romeu Tuma		PSDB	- Alvaro Dias
	MINAS GERAIS		PT	- Flávio Arns
PL	- Aelton Freitas		PDT	- Osmar Dias
PSDB	- Eduardo Azeredo			ACRE
PMDB	- Hélio Costa		PT	- Tião Viana
	GOIÁS		PSB	- Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	- Íris de Araújo		PT	- Sibá Machado
PFL	- Demóstenes Torres			MATO GROSSO DO SUL
PSDB	- Lúcia Vânia		PMDB	- Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO		PT	- Delcídio Amaral
PSDB	- Antero Paes de Barros		PMDB	- Ramez Tebet
PFL	- Jonas Pinheiro			DISTRITO FEDERAL
PT	- Serys Slhessarenko		PMDB	- Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL		PT	- Furípedes Camargo
PMDB	- Pedro Simon		PFL	- Paulo Octávio
PT	- Paulo Paim			TOCANTINS
PTB	- Sérgio Zambiasi		PSDB	- Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ		PFL	- João Ribeiro
PSDB	- Reginaldo Duarte		PFL	- Leomar Quintanilha
PPS	- Patrícia Saboya Gomes			AMAPÁ
PSDB	- Tasso Jereissati		PMDB	- José Sarney
	PARAÍBA		PSB	- João Capiberibe
PMDB	- Ney Suassuna		PMDB	- Papaléo Paes
PFL	- Efraim Morais			RONDÔNIA
PMDB	- José Maranhão		PMDB	- Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO		PT	- Fátima Cleide
PPS	- João Batista Motta		PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	- Gerson Camata			RORAIMA
PL	- Magno Malta		PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI		PDT	- Augusto Botelho
PMDB	- Alberto Silva		PSDB	- Romero Jucá

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 07.04.2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Coordenador – Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Coordenadora – Representante da sociedade civil)
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)

04 - Comissão para análise e emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001 (capital estrangeiro nas TVs a Cabo) (constituída na Reunião de 17/03/2003. Parecer aprovado na Reunião de 07/04/2003)

- Daniel Koslowsky Herz (Coordenador – Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras (constituída na Reunião de 07/04/2003)

- Carlos Chagas (Coordenador – Representante da sociedade civil)
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÊNIO DA FONSECA ²

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) ⁷			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Gilberto Mestrinho	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário n° 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. (vago)
Papaléo Paes	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. (vago) ¹
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. Leonel Pavan
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário n° 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3114605 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	2. Ramez Tebet
José Maranhão	3. João Alberto Souza
Juvêncio da Fonseca	4. Íris de Araújo
Papeléo Paes	5. Valmir Amaral
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio Neto	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário n° 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: gildete@senado.gov.br

Atualizada em 13/05/2003

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	7. (vago)
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário n° 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

Atualizada em 10/04/2003

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvatti	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Romero Jucá	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário n ° 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113915 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.
Atualizada em 28/04/2003

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Lúcia Vânia
(vago) ¹	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3113915 Fax: 3111060
E – Mail: mariadul@senado.br .

Atualizada em 26/03/2003

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário n ° 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Shessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. (vago)
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. (vago) ¹
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

1 O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário n° 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

Atualizada em 13/05/2003

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo ¹	GO	3148
PFL ⁶		
Senadora Roseana Sarney ¹	MA	3070
PT ⁵		
Senadora Serys Slhessarenko ¹	MT	2291
PSDB ⁶		
Senadora Lúcia Vânia ¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho ³	RR	2041
PTB ⁵		
Senador Papaléo Paes ¹⁻⁵	AP	3253
PSB ⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior ²	AC	1078
PL ⁵		
Senador Magno Malta ¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes ¹	CE	2301

Atualizada em 7.5.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 94 PÁGINAS